



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS**

**JANE MARA DE ARAUJO COSTA**

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO ESTADO DE SERGIPE:**  
**natureza, elementos deflagradores e sujeitos políticos envolvidos**

**São Cristóvão – SE**

**2019**

**JANE MARA DE ARAUJO COSTA**

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO ESTADO DE SERGIPE:**  
natureza, elementos deflagradores e sujeitos políticos envolvidos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nailsa Maria Souza Araújo

São Cristóvão/SE  
2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C837c Costa, Jane Mara de Araujo  
Conflitos socioambientais no estado de Sergipe: natureza, elementos deflagradores e sujeitos políticos envolvidos / Jane Mara de Araujo Costa ; orientadora Nailsa Maria Souza Araújo. – São Cristóvão, SE, 2019.  
159 f.: il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Serviço social. 2. Espaço, Sociedade e Meio Ambiente - Sergipe. 3. Agronegócio. 4. Meio ambiente – Aspectos sociais. 5. Conflito social. I. Araújo, Nailsa Maria Souza, orient. II. Título.

CDU 364.682(813.7)

**JANE MARA DE ARAUJO COSTA**

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO ESTADO DE SERGIPE:**  
natureza, elementos deflagradores e sujeitos políticos envolvidos

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nailsa Maria Souza Araújo (Orientadora)  
Universidade Federal de Sergipe

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria das Graças e Silva (Examinadora externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josiane Soares Santos (Examinadora interna)  
Universidade Federal de Sergipe

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Alessandra da Silva Nunes (Suplente)  
Universidade Federal de Sergipe

Aos meus pais

Pela compreensão e  
dedicação a mim

A Adenilton (Nil) (*in memoriam*)

Espírito evoluído que me inspira  
liberdade e coragem para me  
relacionar com o mundo

Aos trabalhadores e trabalhadoras

Que em prol da emancipação humana,  
lutam contra as formas de dominação  
e exploração do capital

## Agradecimentos

Ao refletir sobre minha pretérita vida de estudante, desde o dia em que sorri ao descobri as primeiras palavras até este momento, gostaria de externalizar o quão é gratificante ser mestre. A vida acadêmica vai da beleza do conhecimento produzido pelo humano-genérico às suas contradições mais cinzentas. É uma experiência singular, e, por assim sê-la, devo agradecer às pessoas que fizeram parte desta etapa na minha vida.

Agradeço primeiramente à Deus por conceder o mistério da vida; por me enviar espíritos de luz, que me permitiram sentir e olhar para a experiência do mestrado com a clareza de que este processo (difícil) resultou em aprendizado para minha evolução humana.

Quero agradecer aos meus pais, Jane Ieda e Aldemiro, pela compreensão e segurança que me transmitem. Aos meus irmãos, Adelmo e Adielson, por torcerem sempre por mim. Adielson, tu suportaste meu estresse com carinho nesta etapa final, obrigada! Agradeço também à André (meu primo-irmão) pelo afeto, por ser essa pessoa doce que nos enche de risos e risos... Adoro-te!

Agradeço aos meus afilhados: Valentim, (meu pequenino que adora livros, és um ser iluminado) e Natan, que ao me ver dissertando perguntava se estava difícil. rs. Não poderia deixar de agradecer à Lupy que, junto com Natan e Valentim trouxestes leveza ao entardecer dos dias.

Quero agradecer imensamente à minha prima e comadre Iêda, pessoa que tanto admiro. És um exemplo de pessoa! Sempre me incentivou a estudar e sempre auxiliou no que foi possível. Sou muito grata a ti. Agradeço à Isaura por disponibilizar sua máquina de xérox, desde à graduação até hoje. rs

Sou grata ao meu primo Adenilton (Nil) (*in memoriam*). Tu foste o primeiro da família a fazer graduação na UFS, e tornou-se espelho para os outros primos; Nil: o mais sensato, o mais corajoso, o mais inteligente... Serás sempre lembrado por ser tão especial. Mesmo não estando mais aqui neste plano espiritual consigo, sentir sua energia vibrar positivamente, seja nos meus sonhos ao adormecer, seja nas minhas reflexões com olhar em outra dimensão. Minha eterna admiração por ti deixo aqui grafada.

Não poderia deixar de agradecer à Rebeca, minha amiga-irmã, a pessoa que mais me apoiou e mais me ajudou emocionalmente neste processo. Sempre me ouvindo e sendo sincera... Nossa amizade iniciou na graduação, numa aula de dança (literalmente) rs. Sei que posso contar contigo na dança da vida. Muito obrigada.

Sou grata à professora Nailsa por todas as orientações. Foste a professora à qual eu mais tive contato durante a minha vida acadêmica. Na graduação foram três disciplinas lecionadas por ti, além da orientação do Trabalho de Conclusão de Curso e da minha inserção no estágio no Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Social PPDS/PEAC. Na pós-graduação fui sua aluna em uma disciplina lecionada por ti; e ainda estive contigo durante a realização de dois PIBICs, em que participei como colaboradora. Portanto, grande parte do conhecimento que adquiri é resultado do seu ensinamento.

Meus agradecimentos à Josi e à Graça que fizeram parte da banca examinadora e a todas as professoras do PROSS, pelo conhecimento compartilhado. Sou grata à Walter Luis pela atenção com alunos do programa; e à turma 2017.1 do mestrado, em especial à Rosa e a Edson pelos risos e conhecimento compartilhado.

Agradeço ainda à CAPES e FAPITEC que facilitaram a execução desta pesquisa graças ao apoio financeiro da bolsa de pesquisa.

## **Terra Livre**

Terra  
Capital  
Latifúndio  
Privada  
Explorada  
Extinta.

Terra  
Cercada  
Cerçada  
Escrava  
Escravo  
Grilhões.

Terra  
Ocupar  
Assentar  
Produzir  
Residir  
Preservada.

Terra  
Cultura  
Cultuar  
Igualdade  
Comum  
Comunidade.

Terra  
Incluir  
Unir  
Superar  
Germinar  
Guerreiros.

Revolucionários da terra sem dono, terra livre.

Terra da chuva e do vento  
Terra do canto, do poente  
Terra das águas, do poema  
Terra da flora e da fauna  
Terra de tanta gente...

(Ulían Junior)



## RESUMO

Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa que analisou os conflitos socioambientais no estado de Sergipe. O objetivo principal foi analisar os aspectos que envolvem a natureza, os elementos deflagradores e a constituição dos sujeitos políticos envolvidos nesses conflitos. O método utilizado para compreender o objeto estudado foi o materialismo histórico dialético. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa de cunho documental e bibliográfico, de caráter exploratório. As principais fontes documentais utilizadas foram: o *Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*, da FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz); e os *relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT)* referentes à ocorrência de conflitos no Brasil no período de 2010 a 2018. Inicialmente, buscou-se refletir o “novo imperialismo” e sua relação com a “questão ambiental” e o debate dos conflitos socioambientais. Em seguida, as aproximações ao objeto nos levaram ao debate da inserção da região Nordeste do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), no atual estágio do desenvolvimento capitalista. Pudemos, com estas bases, apreender que o surgimento e aprofundamento de conflitos socioambientais relaciona-se umbilicalmente com a atual crise do capital e com suas formas e tentativas de enfrentamento da mesma, que se dá particularmente por meio do alargamento de suas bases de exploração do homem e da natureza. Identificamos os recursos naturais em disputa e as principais causas dos conflitos socioambientais do estado de Sergipe. Por último, analisamos a constituição dos sujeitos políticos envolvidos nos conflitos socioambientais e sua relação com o Estado. Os resultados revelaram que, no cenário da crise estrutural do capital, o novo imperialismo e seus efeitos, determinados pelo processo de “acumulação por despossessão”, aprofundou a “falha metabólica” do homem com a natureza e, conseqüentemente, agudizou a “questão ambiental” e os conflitos socioambientais. O saque prioritariamente aos recursos naturais dos países periféricos e uso perdulário dos mesmos causam consequências planetárias irremediáveis. Nações como o Brasil, e notadamente a região Nordeste e Sergipe, por possuir volumes consideráveis de riquezas naturais, tem se tornado palco de conflitos socioambientais no quadro atual da supremacia do imperialismo ecológico. Observamos que a região nordestina tem uma base produtiva voltada para a expansão do agronegócio e a produção/exportação de *commodities*. Os dados demonstraram também que no estado Sergipe os conflitos socioambientais envolvem a disputa pelos recursos terra e água e que o principal elemento deflagrador é o agrohídronegócio. Além disso, concluímos que o principal sujeito dos setores do capital envolvido nos conflitos são os fazendeiros/latifundiários e o principal sujeito representante da classe trabalhadora são as organizações coletivas da classe trabalhadora (Movimentos Sociais/Associações/ONG). Na relação entre os conflitos das frações destas classes, contraditoriamente, o Estado atua como sujeito deflagrador de conflitos e/ou como sujeito apoiador do capital e da classe trabalhadora.

**PALAVRAS-CHAVES:** Novo Imperialismo. Acumulação por Despossessão. Conflito Socioambiental. Estado. Agronegócio.

## ABSTRACT

This dissertation had as object of study the analysis of social and environmental conflicts in the state of Sergipe. The main objective was to analyze the aspects that involve the nature, the triggering elements and the constitution of the political subjects involved in these conflicts. The method used to understand the object studied was dialectical historical materialism. It was a qualitative research of documentary and bibliographic nature, of exploratory character. The main documentary sources used were: the Map of Conflicts Involving Environmental Injustice and Health in Brazil, by FIOCRUZ (Oswaldo Cruz Foundation); and the reports of the Pastoral Land Commission (CPT) regarding the occurrence of conflicts in Brazil from 2010 to 2018. Initially, it sought to reflect the “new imperialism” and its relation to the “environmental issue” and the debate of conflicts. social and environmental Then, the approaches to the object led us to the debate of the insertion of the Northeast region of Brazil in the International Labor Division (DIT), in the current stage of capitalist development. Based on these bases, we could apprehend that the emergence and deepening of socio-environmental conflicts is umbilically related to the current crisis of capital and its ways and attempts to confront it, which is particularly through the expansion of its bases of exploitation of capital. Man and nature. We identified the disputed natural resources and the main causes of social and environmental conflicts in the state of Sergipe. Finally, we analyze the constitution of the political subjects involved in social and environmental conflicts and their relationship with the state. The results revealed that, in the scenario of the structural crisis of capital, the new imperialism and its effects, determined by the process of “accumulation by dispossession”, deepened man's “metabolic failure” with nature and, consequently, sharpened the “environmental issue”. And socio-environmental conflicts. The plundering of the natural resources of the peripheral countries as a priority and their wasteful use cause irreversible planetary consequences. Nations such as Brazil, and notably the Northeast and Sergipe, for possessing considerable volumes of natural wealth, have become the scene of socio-environmental conflicts within the current framework of ecological imperialism supremacy. We note that the northeastern region has a productive base focused on agribusiness expansion and commodity production/exportation. The data also showed that in the Sergipe state, social and environmental conflicts involve the dispute for land and water resources and that the main triggering element is agribusiness. Furthermore, we conclude that the main subject of the sectors of capital involved in the conflicts are the farmers/landlords and the main representative subject of the working class is the collective organizations of the working class (Social Movements/Associations/NGOs). In the relation between the conflicts of the fractions of these classes, the State acts, contradictorily, as a subject that triggers conflicts and/or as a supportive subject of capital and the working class.

**KEYWORDS:** New imperialism. accumulation by dispossession. Socio-environmental conflict. State. Agribusiness.

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1</b> – Total de conflitos socioambientais no Nordeste – 2019.....	87
------------------------------------------------------------------------------	----

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES – QUADROS**

<b>Quadro 1</b> – Disputa por Terra em Sergipe - 2010/2018.....	95
<b>Quadro 2</b> – Disputa pela Água em Sergipe - 2010/2018.....	96

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b> – Recursos em disputa nos conflitos socioambientais no estado de Sergipe – 2019.....	93
<b>Gráfico 02</b> – Conflitos por Terra e por Água em Sergipe - 2010/2018.....	94
<b>Gráfico 03</b> – Elementos deflagradores dos conflitos socioambientais do estado de Sergipe - 2019.....	100
<b>Gráfico 04</b> – Sujeitos dos setores do capital envolvidos nos conflitos socioambientais em Sergipe 2019 .....	118
<b>Gráfico 05</b> – Sujeitos (refrações da classe trabalhadora) envolvidos nos conflitos socioambientais em Sergipe – 2019.....	132

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNE	– Arco do Cerrado Nordeste
MAPITOBA	– Maranhão Piauí Tocantins Bahia
IDHM	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
PAC	– Programa de Aceleração do Crescimento
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis
CNPJ	– Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
FIOCRUZ	– Fundação Oswaldo Cruz
PEAC	– Educação Ambiental com Comunidades Costeiras
RBJA	– Rede Brasileira de Justiça Ambiental
FASE	– Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
BM	– Banco Mundial
PNPCT	– Política Nacional de Desenvolvimento do Povos e Comunidades Tradicionais
ADCAR	– Associação Desportiva, Cultural e Ambiental do Robalo
ADEMA	– Administração Estadual do Meio Ambiente
ASSECQS	– Associação Estadual das Comunidades Quilombolas de Sergipe
CBA	– Companhia Brasileira de Alumínio
CBAA	– Companhia Brasileira do Açúcar e do Alcool
CDB	– China Development Bank
CEPEA	– Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CIN/SE	– Centros Internacional de Negócios
CODEVASF	– Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAFER	– Brasil Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais
CONSEAN	– Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CRILIBER	– Criança e Liberdade
CSP-Conlutas	– Central Sindical e Popular
DIT	– Divisão Internacional do Trabalho
FCP	– Fundação Cultural dos Palmares
FCP	– Fundação Cultural Palmares
FIOCRUZ	– Fundação Oswaldo Cruz
FMI	– Fundo Monetário Internacional

IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	– Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMC	– Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MCM	– Movimento das Catadoras de Mangaba
MPF/SE	– Ministério Público Federal em Sergipe
MOTU	– Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NIE	– Núcleo de Informações Econômicas do Estado Sergipe
NORCON	– Nordeste Sociedade de Construções S.A
OAB	– Ordem dos Advogados do Brasil
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONG	– Organizações Não Governamentais
PETROMISA	– Petrobras Mineração S/A
PIB	– Produto Interno Bruto
PROÁLCOOL	– Programa Nacional do Alcool
PSDI	– Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
PT	– Partido dos Trabalhadores
RTID	– Relatórios de Identificação e Delimitação do Território
SANAGRO	– Santana Agroindustrial Ltda
SEDETEC	– Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo
SEIDES	– Secretaria de Assistência e do Desenvolvimento Social
SERAGRO	– Serigy Agronegócios
SUDAP	– Superintendência da Agricultura e Produção
SUDENE	– Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TECARMO	– Terminal Marítimo de Carmópolis
TMIB	– Terminal Marítimo Inácio Barbosa
UFS	– Universidade Federal de Sergipe
UPGN	– Unidade de Produção de Gás Natural
ZPE-SE	– Zona de processamento de exportação de Sergipe

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
O “NOVO IMPERIALISMO”, O DEBATE DA “QUESTÃO AMBIENTAL” E DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	24
1. A relação metabólica homem/natureza no capitalismo.....	25
2. A crise capitalista contemporânea e os mecanismos do capital para sua superação.....	31
3. Conflitos socioambientais e “questão ambiental”: expressões da luta de classes no modo de produção capitalista.....	46
<b>CAPÍTULO II</b>	
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM SERGIPE.....	63
4. Particularidades da formação socio-histórica brasileira: pressupostos para compreensão do quadro econômico da região Nordeste e do estado de Sergipe.....	64
5. A expansão do agronegócio na região Nordeste.....	76
6. Conflitos socioambientais em Sergipe: natureza e elementos deflagradores.....	90
<b>CAPÍTULO III</b>	
A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS POLÍTICOS ENVOLVIDOS NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO ESTADO DE SERGIPE.....	104
7. O quadro atual da economia sergipana.....	105
8. Sujeitos políticos envolvidos nos conflitos socioambientais de Sergipe e sua relação com o Estado.....	114
8.1. Sujeitos dos setores do capital envolvidos nos conflitos socioambientais.....	118
8.2. Sujeitos dos setores da classe trabalhadora envolvidos nos conflitos socioambientais.....	130
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>144</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>158</b>



## INTRODUÇÃO

A degradação ambiental tem ocupado a agenda de discussões de diversos segmentos da sociedade contemporânea, pois a forma como o atual modelo produtivo tem se apropriado dos recursos ambientais traz inquietações com relação à sustentabilidade da vida planetária. Encontra-se no cerne da estrutura do capital a necessidade de produzir mercadorias de forma exacerbada para que o processo de concentração e acumulação do capital seja contínuo. No cenário atual as consequências da espoliação e da mercantilização dos recursos naturais pelo capital é evidenciada no acelerado esgotamento dos recursos ambientais do planeta num ritmo sem precedentes na história.

A partir da crise do capital instaurada em meados dos anos 1970, durante a terceira fase do imperialismo, denominada de *novo imperialismo*, foi estabelecida uma nova forma de o capitalismo expandir sua lucratividade, caracterizada por Harvey (2004) como processo de *acumulação por despossessão*, que se configura no avanço dos países centrais sobre as áreas geográficas situadas nos países periféricos, onde existem territórios que possuem um manancial de recursos ambientais ainda disponível. Os países que compõem a tríade - EUA, Europa e Japão - têm exercido intensos processos de exploração sobre os bens ambientais desses países, por meio das privatizações dos recursos da natureza com o assentimento dos Estados-nação periféricos através de incentivos fiscais estatais dos países, que vendem as riquezas de seus territórios a custos baixíssimos aos países centrais. Essa espoliação da natureza tem intensificado substancialmente as expressões da “questão ambiental” e causado o crescimento dos conflitos socioambientais.

Observamos que o Brasil, enquanto país periférico, ocupa no cenário econômico mundial, desde o período colonial, um lugar subalterno e dependente do capitalismo de países centrais, pois na maior parte de sua história econômica a produção esteve voltada para agroexportação, cuja finalidade é atender demandas de matéria-prima do capital internacional. Especificamente, as regiões Norte e Nordeste têm uma economia voltada à produção de bens primários – hoje denominadas *commodities* – fonte de lucro e necessidade do processo produtivo e reprodutivo nos moldes atuais da acumulação capitalista madura.

Com a expansão do desenvolvimento capitalista, no Brasil, instaura-se no governo Lula uma política econômica conceituada de “neodesenvolvimentista” ou novo desenvolvimentismo. Conforme Castelo (2012, p. 624; suprimimos) este programa político-econômico “[...] surgiu no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento, e logo se apresentou como uma terceira via, tanto ao projeto liberal quanto do

socialismo”. O novo desenvolvimentismo enfatiza a atuação reguladora do Estado com relação às políticas cambiais e de juros visando atender aos interesses do mercado e aos investimentos econômicos do setor privado. Concomitantemente, na área social, o novo desenvolvimentismo objetiva ampliar um mercado interno que possibilite o aumento do consumo de massa através, por exemplo, de programas sociais. Tais medidas estão associadas também às estratégias de crescimento econômico, dentre elas destacamos o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este

é um programa econômico que *não* altera o essencial da política econômica cujo eixo central está na transferência de riquezas do setor produtivo (sobretudo do capital e do trabalho) para os segmentos rentistas da economia capitalista, substancialmente bancos e fundos de pensão. Ele mantém a lógica perversa dos governos neoliberais que atacam as políticas sociais públicas e a legislação social. (BRAZ, 2007, p. 56; grifado no original).

O PAC visou atender a lógica imperialista do capital. O Nordeste foi uma das principais regiões do Brasil alvo de seus empreendimentos econômicos que, supostamente, trariam o desenvolvimento e a dinamização da economia do país. Contudo, a realização de suas obras afetou profundamente o modo de vida das populações tradicionais, pois estas são ameaçadas com as atividades da mineração, da carcinicultura, do turismo, da especulação imobiliária, do agrohidronegócio, das indústrias de exploração de petróleo e gás, dos projetos de infraestrutura, como hidrelétricas, portos, estradas, hotéis, resorts, enfim, grandes empreendimentos públicos e privados. Essas atividades têm contribuído para restringir o espaço de trabalho das populações tradicionais, quando não os expulsam de seu território.

É inquestionável que as consequências da exploração predatória da natureza impactam os sujeitos sociais de forma distinta e causam maiores riscos aos grupos mais vulneráveis. As expressões da “questão ambiental” atingem, principalmente, os sujeitos que historicamente tiveram seus meios de produção usurpados pela classe burguesa. Em Sergipe grandes empreendimentos econômicos pressionam populações tradicionais a abandonarem seus territórios, pois o modelo de desenvolvimento instaurado agrava a situação dos sujeitos políticos que se encontram em vulnerabilidade socioambiental. As disputas por estes e pelos recursos naturais têm sido a causa dos conflitos socioambientais.

Em vista desse quadro, desenvolvemos um estudo sobre os conflitos socioambientais. Para tanto, delimitamos como objeto *a análise dos conflitos socioambientais no estado de Sergipe*. Assim, chegamos a algumas indagações. A principal foi: quais as características dos conflitos socioambientais no estado de Sergipe? Outras podem ser assim sumariadas: Quais os

recursos naturais em disputa nos conflitos e quais são as causas dos conflitos? Quem são os sujeitos representantes da classe trabalhadora e quem são os sujeitos representantes do capital? Há interferência do Estado nesses conflitos?

Nosso intuito foi, por conseguinte, analisar as particularidades dos conflitos socioambientais no estado de Sergipe; refletir sobre a relação entre capital nacional, em particular o que atua no estado de Sergipe, e o capital internacional; analisar a relação do Estado e da sociedade civil com esses conflitos, bem como compreender que estes expressam características das particularidades da formação sócio-histórica do Brasil, no que se refere à reprimarização da economia e ao caráter subalterno da economia local e nacional em relação ao capital internacional, cuja dependência existe desde o início da colonização.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar os conflitos socioambientais do estado de Sergipe. E como objetivos específicos; 1) refletir a relação do “novo imperialismo” com a “questão ambiental” e os conflitos socioambientais; 2) compreender de que forma a região Nordeste do Brasil está inserida na divisão internacional do trabalho no atual estágio do desenvolvimento capitalista; 3) identificar quais são os recursos em disputa nos conflitos socioambientais do estado de Sergipe e seus elementos deflagradores 4) analisar a constituição dos sujeitos políticos envolvidos nos conflitos socioambientais no estado de Sergipe

As hipóteses que levantamos foram as seguintes: 1) nos conflitos socioambientais do estado de Sergipe a terra e a água são os principais recursos ambientais em disputa pelos sujeitos envolvidos. 2) Na relação entre os conflitos das frações das classes burguesa e trabalhadora o Estado burguês está envolvido, atuando contraditoriamente, como sujeito deflagrador de conflitos e/ou apoiador dos sujeitos do capital e da classe trabalhadora, para favorecer aos setores do capital.

A escolha deste objeto apareceu como interesse através das discussões recentes, no âmbito acadêmico, sobre a temática ambiental, que me proporcionaram, durante o período da graduação, a primeira aproximação ao debate da “questão ambiental”. Assim, a escolha por esse objeto de estudo está relacionada à minha trajetória acadêmica, o que deu fruto à produção do trabalho de conclusão de curso (TCC), o qual teve como objeto de investigação *a concepção predominante de educação ambiental nas escolas urbanas do ensino fundamental da rede pública do município de Lagarto/SE*.

Tal trabalho, assim como esta dissertação, teve como motivação maior a minha inserção, no estágio curricular, no Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Social junto às comunidades costeiras abrangidas pelo PEAC, na época executado pelo Departamento de Serviço Social da UFS, como parte das ações de mitigação do Programa de Educação Ambiental com

Comunidades Costeiras (PEAC), da PETROBRAS. Através desse projeto tive contato com pescadores e pescadoras e foi possível perceber, claramente, como as relações de produção e reprodução da vida das populações tradicionais são travadas em conflitos, principalmente, com as atividades petrolíferas da PETROBRAS, com os grandes fazendeiros da carcinicultura, com as empresas ligadas à especulação imobiliária e ao turismo. O estágio proporcionou reflexões sobre a luta de classes, pois ainda que os conflitos socioambientais sejam travados entre as refrações das classes fundamentais, eles expressam as particularidades da manifestação de uma luta mais ampla, que é a luta de classes na sociedade burguesa.

Devo mencionar aqui também a inserção enquanto colaboradora em duas pesquisas. A primeira intitulada: *caracterização do quadro atual de conflitos socioambientais na região nordeste do Brasil*. A segunda intitulada: *a constituição dos sujeitos políticos representantes do capital que são deflagradores de conflitos socioambientais no nordeste do Brasil*. As duas pesquisas foram realizadas pelo programa de iniciação científica da UFS – PIBIC/UFS, executado pelo departamento de Serviço Social da UFS. Minha inserção nessas pesquisas me motivou, ainda mais, a realizar esta investigação, pois ter a consciência de que os conflitos socioambientais são parte das relações sociais contraditórias da sociedade burguesa contemporânea estimula o investigador a procurar respostas calcadas na realidade concreta, com vistas à correta apropriação deste fenômeno.

Além disso, foi relevante realizar esta dissertação sobre conflitos socioambientais, pois permite ampliar a produção do conhecimento sobre a temática socioambiental na área do Serviço Social, já que o debate dessa temática é recente na profissão. Conforme Araújo e Santos (2012) no espaço acadêmico várias áreas do conhecimento refletem sobre esta temática, com maior tradição, especialmente, nas ciências biológicas e naturais, sendo mais recente sua apropriação pelas ciências humanas, iniciada nos anos de 1990. Somente na presente década tem sido efetivamente discutida pelo Serviço Social.

Uma aproximação tão recente como a observada necessita, certamente, de maiores aportes teóricos. No universo do debate dos conflitos socioambientais observa-se que no espaço acadêmico o campo ideo-teórico é marcadamente subjetivista, com um viés culturalista e pós-moderno. Portanto, tendo em vista a parca produção que trate da essência dos conflitos, torna-se relevante a apropriação do Serviço Social sobre esta temática, na disputa teórico-político, com a contribuição do campo marxista, pois esta corrente descortina os elementos fundantes dos conflitos e nos faz compreender sua natureza, considerando-os como expressão das particularidades da manifestação da luta de classes na sociedade burguesa.

Torna-se relevante também para o espaço acadêmico, pois amplia o conhecimento não apenas para os assistentes sociais, mas de todos os profissionais que estudam essa temática e trabalham nessa área, especificamente para aqueles que atuam na organização de movimentos sociais/ambientalistas e em comunidades onde há conflitos socioambientais, para que no âmbito da intervenção possam refletir estratégias que contribuam com a ampliação e efetivação dos direitos desses grupos sociais.

Para chegar aos resultados que dispomos nesta dissertação o método investigativo adotado foi o materialismo histórico dialético. Entendemos que este método permite ao pesquisador progressivamente avançar nas investigações, alcançando reflexões lógicas e compreendendo as contradições a partir das quais o objeto se movimenta na totalidade das relações sociais. Netto (2011), ao analisar método de Marx ressalta que no materialismo histórico dialético o conhecimento sobre o objeto inicia-se pela sua aparência, ou seja, pela forma em que este se apresenta na realidade. É somente através das investigações que se consegue alcançar a essência do elemento que foi abstraído e, progressivamente, com o avanço das análises, o mesmo é transportado para o plano do pensamento na forma de conceitos e abstrações<sup>1</sup> remetendo a determinações mais simples postas no nível da totalidade, ou seja, dos meios que explicam as universalidades e singularidades que constituem-se em particularidades.

No intuito de alcançar o objetivo que foi proposto analisamos o material obtido a partir da pesquisa qualitativa. Esse tipo de pesquisa “[...] dá uma abordagem interpretativa aos fenômenos estudados, superando a abordagem descritiva [...]. [Porém], é importante reconhecer que a interpretação só tem validade quando apoiada em variados estudos que se aproximam do tema em questão” (TOZONI-REIS, n.d, p. 14; suprimimos e acrescentamos). A coleta das informações foi realizada a partir da pesquisa bibliográfica<sup>2</sup> e da pesquisa documental, de caráter exploratório. Na primeira, “[...] a leitura apresenta-se como a principal técnica, pois é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41; suprimimos). Nesse caso, exploramos produções teóricas sobre temas referentes à relação homem/natureza, à “questão ambiental”, ao neoimperialismo, à crise

---

<sup>1</sup> “Abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade, determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável [...]” (NETTO, 2011, p. 44; suprimimos)

<sup>2</sup> “A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet”. (GIL, 2010, p. 29).

capitalista, à economia nordestina, aos conflitos socioambientais e às diferentes perspectivas de sua compreensão, bem como a natureza, os elementos deflagradores e os sujeitos políticos envolvidos nos conflitos socioambientais do estado de Sergipe. Para auxiliar no procedimento de seleção da produção, foi realizada uma leitura exploratória a fim de identificar as produções teóricas referentes ao tema.

A pesquisa documental estruturou centralmente esta dissertação. A mesma, conforme Gil (2010, p. 67, suprimimos), consiste em “[...] materiais que ainda não foram analisados criticamente, ou que ainda podem ser reformulados de acordo com os objetos da pesquisa”. Ela teve como fonte principal o *Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil* que está disponível na rede mundial de computadores sob o endereço <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>. Este é um projeto desenvolvido pela FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz) FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) que tem por objetivo dar visibilidade aos conflitos denunciados a partir de 2006. O mapa permite a busca e consulta de documentos; o mesmo foi construído a partir de fontes de informações provenientes, em grande parte, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Além disso, outra fonte documental importantíssima foram os relatórios elaborados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre Conflitos no Campo. Foram selecionados para análise os relatórios que tratam da ocorrência de conflitos no período compreendido entre 2010 e 2018. Fizemos também a busca de dados em outras fontes, como: artigos e boletins elaborados pelo Núcleo de Informações Econômicas da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (NIE); sites governamentais; sites das empresas envolvidas nos conflitos; e relatórios de financiamento do PAC.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. O primeiro capítulo versa sobre o estágio neoimperialista e sua relação com a “questão ambiental” e os conflitos socioambientais. Para compreendermos esta relação fizemos uma breve análise sobre a relação homem/natureza no modo de produção capitalista. Apresentamos as particularidades da crise capitalista iniciada em meados dos anos 1970 e os mecanismos de superação da mesma. Além disso, refletimos sobre a gênese da “questão ambiental” e as características do *novo imperialismo*, especificamente, a relação entre o processo de acumulação por espoliação e as causas dos conflitos socioambientais.

No segundo capítulo fizemos uma análise sobre as particularidades da formação socio-histórica brasileira com o objetivo de compreender o quadro econômico atual da região Nordeste e do estado de Sergipe. Tratamos de explicar como tem ocorrido a expansão do agronegócio na região Nordeste e do seu lugar na Divisão Internacional de Trabalho (DIT)

como grande produtor de *commodities*. Além disso, identificamos quais os recursos em disputa e quais os elementos deflagradores dos conflitos socioambientais em Sergipe.

No terceiro capítulo apresentamos as características atuais do quadro econômico da economia sergipana a partir da década de 1970, destacando as principais atividades econômicas da cadeia produtiva, a saber: cultivos do milho, da laranja e da cana de açúcar; o setor de produção de Petróleo e Gás; o setor da construção civil. Além destes, destacam-se também o setor da indústria extrativista; da produção de álcool e açúcar; e da indústria têxtil. Abordar tais aspectos foi necessário para entendermos sua relação com os principais sujeitos dos setores do capital envolvidos nos conflitos. Analisamos, prioritariamente, a constituição dos sujeitos políticos (representantes da classe trabalhadora e do capital) envolvidos nos conflitos socioambientais no estado de Sergipe e sua relação com o Estado.

Concluiu-se que nos conflitos socioambientais do estado Sergipe os dois principais recursos em disputa são a terra e a água. Não sem razão, pois esses conflitos são causados, principalmente, pela atuação do agrohidronegócio. Quanto aos sujeitos envolvidos os resultados encontrados mostraram que os principais sujeitos representantes da classe trabalhadora são as organizações coletivas da classe trabalhadora (Movimentos Sociais/Associações/ONG) e o principal sujeito representante do capital são os fazendeiros/latifundiários. O Estado aparece como sujeito deflagrador de conflitos e/ou apoiador dos setores capital e de frações da classe trabalhadora, revelando nesse campo sua natureza contraditória e antagonica diante da luta de classes, ainda que para preservar a ordem burguesa.

**CAPÍTULO I**  
**O “NOVO IMPERIALISMO”, O DEBATE DA “QUESTÃO AMBIENTAL” E DOS**  
**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**



## 1. A relação metabólica homem/natureza no capitalismo

No atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista o avanço do capital sobre os recursos ambientais intensifica-se substancialmente, apresentando consequências destrutivas para a humanidade, pois a extração dos recursos naturais ocorre de forma acelerada e sem observar limites, provocando a dilapidação dos bens ambientais para a produção de mercadorias que não têm como finalidade primeira responder as necessidades humanas e sim a realização da mais valia por meio da troca no mercado.

Para compreendermos as consequências destrutivas da apropriação do capital sobre os recursos naturais faz-se necessário, como uma das mediações na aproximação ao objeto, analisar brevemente a relação do homem com a natureza no modo de produção capitalista. Sabe-se que ao longo do processo histórico de organização da vida social foi se desenvolvendo uma “falha” no metabolismo que marca a relação homem-natureza. Esta “falha” origina-se no momento em que o capitalismo se constitui enquanto modo de produção e estabelece suas bases fundantes: a separação dos trabalhadores dos meios de produção; a criação do trabalho assalariado; e a produção da riqueza cada vez mais social e sua apropriação privada.

Contudo, na fase atual do capitalismo, denominada por Harvey (2004) de *novo imperialismo*<sup>3</sup>, essa “falha metabólica” intensificou-se demasiadamente, causando consequências socioambientais desastrosas para a humanidade. Na obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, Marx explica como a vida dos homens e dos animais não pode existir sem interagir com a natureza, pois há uma interdependência intrínseca entre esta e o homem:

[...] Vegetais, animais, minerais, ar, luz, etc., constituem, sob o ponto de vista teórico, uma parte da consciência humana como objetos da ciência natural e da arte; eles são a natureza inorgânica espiritual do homem, [...] sob o ponto de vista prático, eles formam parte da vida e atividades humanas. Na prática o homem vive apenas desses produtos naturais, sob forma de alimento, aquecimento, roupa, abrigo, etc. A universalidade do homem aparece, na prática, na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo: 1) como meio direto de vida, e igualmente, 2) como objeto material e instrumento de sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem; quer isso dizer a natureza excluindo o próprio corpo humano. Dizer que o homem *vive* da natureza significa que a natureza é o *corpo* dele, com o qual deve se manter em contínuo intercâmbio a fim de não morrer. A afirmação de que a vida física e mental do homem e a natureza são interdependentes, simplesmente significa

---

<sup>3</sup> Posteriormente, neste capítulo, exploraremos melhor o conceito de “novo imperialismo”/neoimperialismo conforme vem sendo cunhado por Harvey.

ser a natureza interdependente consigo mesma, pois o homem é parte dela. (MARX, 2007, s. p, grifado no original; suprimimos).

A obra supracitada leva a entender que o sociometabolismo inerente à relação homem-natureza constitui um determinado equilíbrio entre o homem e o meio ambiente, já que a existência da humanidade é condicionada pela existência da natureza, com a qual o homem necessita manter um intercâmbio contínuo para garantir a produção e a reprodução de sua vida material e espiritual. É a assim chamada relação metabólica entre o homem e a natureza, a qual é mediada pelo trabalho – categoria fundante do ser social. Para conceituar essa categoria é indispensável recorrer às reflexões de Marx em *O capital*, na célebre passagem onde afirma que o trabalho é

[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2011, p. 211; suprimimos).

Ao se relacionar com a natureza externa, por meio do trabalho, o homem transforma as matérias naturais em produtos para a satisfação de suas necessidades físicas e espirituais. Essa relação do homem com o meio externo é denominada por Marx de metabolismo social e somente é realizável por meio do trabalho. Em *O capital*, Marx (1996a, p. 172; suprimimos) ainda ressalta que “[...] o trabalho é [...] uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

O trabalho representa o fundamento da constituição da existência humana e é por meio dele que o homem realiza o intercâmbio com a natureza para produzir valores de uso que atendam às suas necessidades. O trabalho é, portanto, uma “[...] atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana”. (MARX, 1996a, p. 303; suprimimos). Há uma diferença substancial na forma como os homens e os animais se relacionam com a natureza. O primeiro projeta o resultado de suas ações no plano mental. O segundo age instintivamente para sobreviver.

[...] a influência duradoura dos animais sobre a natureza que os rodeia é inteiramente involuntária e constitui, no que se refere aos animais, um fato accidental. Mas, quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão. [...] Só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho. (ENGELS, 2006, p. 6-7; suprimimos).

Nessa perspectiva podemos afirmar que o trabalho é uma atividade que somente o homem pode realizar; foi através dele que o homem primitivo se constituiu na qualidade de ser social e diferenciou-se dos outros animais. Dizemos então que o trabalho é a categoria fundante do ser social. Netto e Braz (2011, p. 44, grifado no original; suprimimos) corroboram ao afirmar que “[...] foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos - numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social**”. No processo de transformação da natureza para garantir a reprodução social da vida,

Ao se alterar o existente, pela objetivação de uma prévia-ideação, advêm consequências e resultados inesperados que resultam em novas necessidades e em novas possibilidades para atender a estas necessidades. Lukács se refere a um ‘período de consequências’. Os indivíduos, então, operam novas prévias-ideações tendo em vista as novas exigências e possibilidades que surgiram, efetuam novas objetivações, dando origem a novos objetos [...] (LESSA, 2015, p. 20; suprimimos).

Ao passo que o homem interage com a natureza surgem novas necessidades e ele consegue aprimorar a construção de seus instrumentos de trabalho. Assim, a humanidade avança na possibilidade de extrair cada vez mais os bens naturais a serem transformados em produtos úteis. Isso revela a capacidade da humanidade de desenvolver as forças produtivas<sup>4</sup> através do trabalho, isto é,

[...] a cada processo de objetivação, o trabalho produz, objetiva e subjetivamente, algo ‘novo’, com o que a história humana se consubstancia como um longo e contraditório processo de acumulação que é o desenvolvimento das ‘capacidades humanas’ para, de forma cada vez mais

---

<sup>4</sup> As forças produtivas são o conjunto de elementos necessários para a produção de um determinado bem material compreendendo: 1) *os meios de trabalhos*, que são os instrumentos de trabalho que se interpõem entre o homem e o objeto de trabalho 2) *os objetos de trabalho*, que é a matéria a que se aplica o trabalho, seja a natureza desta matéria já alterada ou não 3) *a força de trabalho*, que é a energia humana usada para transformar o objeto de trabalho em valores-de-uso que satisfaçam as necessidades humanas. (MARX, 2011; grifamos).

eficiente, transformar o meio nos produtos materiais necessários à reprodução social (LESSA, 2001, p. 95; suprimimos).

Em cada modo de produção há especificidades na maneira como o homem se relaciona com a natureza. Entretanto, essa relação é algo insuprimível da reprodução da sociabilidade humana, seja qual for o modo de organização social.

*Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza – o que varia historicamente é a modalidade da relação da sociedade com a natureza [...] [isto é], as formas de produção material da vida social e, por conseguinte as condições materiais de existência nas quais vivem os homens. Mas é invariável o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza (a natureza, porém, pode existir e subsistir sem a sociedade). (NETTO; BRAZ, 2011, p. 45; grifado no original; suprimimos e acrescentamos).*

Nos modos de produção pré-capitalistas, apesar de já existir certo nível de degradação ambiental, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas não permitia a produção desenfreada do excedente. O objetivo precípua era produzir valores de uso, isto é, atender as necessidades humanas. Já na transição do feudalismo para o capitalismo a produção de bens autossuficientes elevou-se. De acordo com Mészáros (2000, p. 8, grifado no original),

As formas precedentes de intercâmbio produtivo entre os seres humanos e com a natureza eram, em seu conjunto, orientadas pela produção para o *uso*, com um amplo grau de *auto-suficiência* como determinação sistemática. Isso lhes impôs uma grande vulnerabilidade frente aos flagrantemente diferentes princípios de reprodução do capital já operativos, mesmo que inicialmente em uma escala muito pequena, nas fronteiras dos antigos sistemas.

Podemos observar algumas características particulares nessa fronteira de transição da produção pré-capitalista para o modo de produção especificamente capitalista, isto é, entre a produção mercantil simples e a produção capitalista. Segundo Netto e Braz (2011; grifamos) no feudalismo e no escravismo a *produção mercantil simples* de mercadorias envolvia a unidade valor de uso e valor de troca. A relação M-D-M é traduzida da seguinte forma: o produtor vende uma determinada mercadoria para adquirir dinheiro e comprar outra mercadoria, ou seja, o objetivo é vender um valor de uso para adquirir outro valor de uso pela intermediação do dinheiro. Quando esta relação se torna mais complexa e entram em cena os grandes comerciantes, que buscavam comprar mercadorias a preços baixos e vender a preços mais altos (D-M-D+) surge, então, uma *produção mercantil complexa*, que permitiu uma

acumulação de capital. Nesse estágio de transição os comerciantes têm o lucro no processo de circulação das mercadorias e os meios de produção pertencem aos produtores diretos. Essa produção mercantil complexa corresponde à fase de transição para a *produção mercantil capitalista* (D-M-D'), neste caso, os produtores diretos foram privados dos seus meios de produção. O lucro do capitalista não é criado na esfera da circulação como na produção mercantil simples, mas na exploração da força de trabalho na esfera da produção. O D' representa a mais-valia, fruto do trabalho excedente.

Trata-se de uma diferença radical. Enquanto **a produção pré-capitalista de valores de uso tem seu limite na satisfação das necessidades, a produção capitalista de mercadorias para aumentar o lucro não tem nenhum limite. Esta diferença, tão simples e geral, está na base do esgotamento dos recursos naturais a um ritmo nunca suspeitado na história da humanidade**; porém também está na base da utilização irracional de qualquer forma de energia e/ou de materiais e seres vivos. (FOLADORI, 1997, p. 156; grifamos)

Essa configuração própria ao modo especificamente capitalista de produção põe em movimento as condições para o aprofundamento a extremos da falha no sociometabolismo homem-natureza. Encontram-se explicitados em *O capital* alguns aspectos sobre as contradições do “progresso” advindo da modernidade, pois o mesmo trouxe como consequências o crescimento da população urbana e da degradação do meio natural. Um dos principais exemplos é a terra.

Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário, à terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais. Mas, ao destruir as condições desse metabolismo, desenvolvidas espontaneamente, obriga-o, simultaneamente, a restaurá-lo de maneira sistemática, como lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano. [...] E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. (MARX, 1996b, p. 132-133; suprimimos).

Foladori (2001) ressalta que Marx refere-se à separação entre o campo e a cidade como a ruptura radical do metabolismo com a natureza, que teve como consequências a

insustentabilidade urbana, com a poluição do ar, da água, visual, crescimento desordenado, congestionamento do tráfego etc.; também o espaço rural foi impactado com sinais de insustentabilidade marcados pela erosão, salinização, degradação da cobertura vegetal, compactação do solo ou acúmulo de substâncias tóxicas. Essa ruptura é uma das geradoras da situação insustentável que vivemos atualmente: o decréscimo da população agrícola e o crescimento da população urbano-industrial, amontoada nas grandes cidades.

Ainda com relação à ruptura do metabolismo, não podemos desconsiderar que no processo de acumulação primitiva do capital houve uma intensificação da “falha sociometabólica”, com a separação dos trabalhadores dos meios de produção; concomitantemente, houve a expropriação das terras camponesas através dos “cercamentos”. Podemos dizer que neste período surgem as protoformas de conflitos socioambientais, ao considerarmos que a terra é um recurso ambiental em disputa, ainda que nesta época os conflitos que envolviam a disputa pela terra não tenham ganhado visibilidade enquanto conflitos socioambientais. É na fase atual do novo imperialismo que estes conflitos ganham uma nova conotação, devido à exponenciação da exploração perdulária dos recursos ambientais pelo capital.

No processo de acumulação primitiva do capital os trabalhadores, ao serem expulsos de suas terras, foram buscar moradia e trabalho no espaço urbano. Posteriormente, com o desenvolvimento das indústrias e o crescimento das cidades aconteceu, na Inglaterra do século XVIII, a primeira Revolução Industrial. Essa mão de obra camponesa, que teve suas terras usurpadas, foi transformada em mão de obra operária, surgindo então o trabalho assalariado.

**O trabalhador assalariado cumpre com todos os requisitos de ruptura do metabolismo com a natureza:** está separado da terra como condição natural de produção; está separado dos instrumentos como intermediários de seu corpo em relação à natureza externa; está separado de um “fundo de consumo” prévio ao trabalho – depende de vender sua força de trabalho para comer -; e está separado do próprio processo de produção como atividade transformadora (FOLADORI, 2001, p. 108, grifamos).

Denota-se que, com o surgimento do trabalho assalariado como expressão da constituição de uma classe desprovida de bens e meios de produção, elemento estruturante do modo de produção especificamente capitalista, os homens perderam o controle do processo de produção, ou seja, estabeleceu-se a subsunção real do trabalho ao capital. O trabalhador tornou-se proprietário apenas de sua força de trabalho, a qual vende como mercadoria a ser inserida no

processo de trabalho capitalista. Os produtos daí advindos são valores de troca, propriedades dos capitalistas.

O capital, como um sistema de controle do metabolismo social pôde emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos abandonando todas as considerações às necessidades humanas como ligadas às limitações dos ‘valores de uso’ não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos - como o pré-requisito absoluto de sua legitimação para tornarem-se objetivos de produção aceitáveis - o imperativo fetichizado do ‘valor de troca’ quantificável e sempre expansível. (MÉSZÁROS, 2000, p. 8).

O surgimento do modo de produção capitalista determinou a supremacia do valor de troca sobre o valor de uso. Esse quadro alterou profundamente a forma do homem relacionar-se com a natureza; conseqüentemente, a “falha metabólica” intensificou-se. Na fase atual de crise estrutural do capital, em vigência desde meados da década de 1970, o desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas vem permitindo ao homem explorar a natureza de forma exacerbada, em níveis que chegaram a configurar uma ameaça à sustentabilidade planetária. Silva (2010, p. 58) ressalta que

[...] o desenvolvimento das forças produtivas, sob os auspícios do capital, não tem como direção o alargamento dos horizontes do gênero humano e o estabelecimento de uma relação adequada e respeitosa para com a natureza. Os avanços científicos e tecnológicos que pretensamente seriam destinados à melhoria da vida no planeta se manifestam, contraditoriamente, como seu oposto: a natureza é submetida ao mais intenso processo de dilapidação da história e quanto mais o trabalhador dela se apropria mais esta deixa de lhe servir como meio para o seu trabalho e para si próprio. (suprimimos)

No sistema da economia burguesa, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho e o avanço científico e tecnológico, usados como forças produtivas do capital com o fito único de produção de mais-valia, permite e supõe um alto nível de destruição ambiental que se faz em nível planetário. Podemos inferir, então, que no mesmo movimento contraditório a crise reproduz e aprofunda as expressões da “questão ambiental”, ainda que esta seja uma das mais graves expressões desta crise. Diante do exposto, apresentaremos algumas características da crise capitalista contemporânea para compreendermos sua relação com a degradação da natureza. Primeiramente, explicaremos as causas das crises capitalistas. Em seguida abordaremos as particularidades da crise estrutural iniciada em meados da década de 1970 e os mecanismos de enfrentamento do capital para sua superação.

## **2. A crise capitalista contemporânea e os mecanismos do capital para sua superação**

Sabemos que ao longo da história de seu desenvolvimento o capitalismo passou por inúmeras crises, as quais se caracterizam em conjunturais ou sistêmicas/estruturais. Esta última, datada de meados da década de 1970, atingiu o sistema econômico, a política, a cultura, as formas de ideologias, enfim “[...] se manifesta envolvendo toda estrutura da ordem do capital”. (NETTO, 2012, p. 415; suprimimos). Como parte do movimento do capital, a dinâmica contraditória das relações sociais do sistema de economia burguesa e suas leis de funcionamento determinam que elas sejam inelimináveis,

A análise teórica e histórica do MPC comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é *constitutiva* do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise**” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 167, grifado no original).

O capital é um sistema baseado, essencialmente, no antagonismo de classe; na exploração da força de trabalho; na apropriação privada dos meios de produção e na produção descontrolada de mercadorias. As crises, portanto, não são, de maneira nenhuma, algo natural. Elas revelam as contradições do modo de produção capitalista, dentre elas, a principal, é a produção cada vez mais socializada da riqueza e sua apropriação privada<sup>5</sup>. Um dos mais importantes intelectuais marxistas da atualidade afirma que “o sistema do capital é caracterizado por uma tripla fratura entre 1) produção e seu controle; 2) produção e consumo; e 3) produção e circulação de produtos (interna e internacional)”. (MÉSZÁROS, 2000, p. 8). Quando essas três unidades categóricas deixam de se relacionar de forma integral e equilibrada e/ou uma das partes para de funcionar adequadamente a estrutura econômica instabiliza-se e, consequentemente, o sistema entra em crise.

Mandel (1990) ressalta que há duas escolas que explicam a origem das crises capitalistas. Uma afirma que ela é resultado do subconsumo das massas (a superprodução de bens de consumo); outra diz que ela é causada pela superacumulação (a insuficiência de lucros para expandir os bens de capital). Para o autor, é um equívoco buscar compreender as crises a partir de um único ponto de vista, pois o subconsumo/superprodução e superacumulação estão

---

<sup>5</sup> “Eis a contradição fundamental do MPC [modo de produção capitalista]: a produção torna-se *socializada*; mais: essa socialização é *progressivamente aprofundada*, envolvendo o conjunto das atividades econômicas em escala mundial; a apropriação, porém, permanece *privada*: o conjunto dos produtores diretos (os trabalhadores) cria um enorme *excedente* que é apropriado pelos donos dos meios de produção (os capitalistas)” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 175, grifado no original).



diretamente relacionados. Apoiado nas análises de Marx, Mandel (1990, p. 209; suprimimos) elucida que é necessário interligar “[...] os problemas resultantes da queda da taxa de lucro àqueles da realização da mais-valia para explicar o fenômeno das crises periódicas”.

O processo de produção e de realização de mais-valia deve estar conectado diretamente e necessita estar em constante movimento para que o capital garanta sua reprodução e sua crescente lucratividade. Todavia, “[...] a produção da mais-valia não produz automaticamente a sua realização”. (MANDEL, 1990, p. 210; suprimimos). Esta é intrinsicamente subordinada à venda da mercadoria. Dito isso, ressaltamos que uma das causas da crise capitalista é a produção de mercadorias em larga escala e a queda do consumo destas, pois circulação/consumo de mercadorias deve gerar incessantemente a realização de mais-valia, mas quando esta não se efetiva o sistema capitalista entra em crise. Conforme Mota (2009, p. 2)

As crises expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro, processo que só se realiza mediante a venda das mercadorias capitalisticamente produzidas. Em outras palavras, quando são produzidas mais mercadorias do que a população pode comprar, o processo de acumulação é afetado, uma vez que estoques de mais-valia não asseguram o fim capitalista. Para isso, não basta produzir mercadorias, estas precisam ser transformadas em dinheiro para, rapidamente, retornarem ao incessante processo de acumulação do capital: produção/circulação/consumo.

Novamente enfatizo, através das palavras de Mandel (1990, p. 209; suprimimos e acrescentamos) que “[...] a apropriação real [da] mais-valia subordina-se à possibilidade de vender realmente a mercadoria que contêm tal mais-valia” para que o capitalista obtenha o lucro e concentre uma massa de capital cada vez maior. Quando o processo de produção e venda de mercadorias é interrompido o processo de acumulação de capital também o é, então, ocorre a crise. Entretanto, para tentar resolvê-la o capitalista investe ainda mais na produção. Esse investimento gera a superprodução, porque as mercadorias não são vendidas. O capitalista, então, começa a despedir os trabalhadores. Em razão do desemprego crescente o consumo é reduzido ainda mais, tendo como resultado o aprofundamento da crise. Sintetizando: a produção de mercadoria supera a capacidade de consumo da sociedade. Eis, então, a causa básica das crises capitalistas: superprodução de mercadorias<sup>6</sup> e subconsumo, comprometendo o processo

---

<sup>6</sup> “A superprodução significa sempre que o capitalismo produziu tantas mercadorias que não havia poder de compra disponível para adquiri-las ao preço de produção, isto é, a um preço que fornecesse a seus proprietários o lucro médio esperado. Quaisquer que sejam os meandros profundos da análise, o primeiro fenômeno a se compreender é o dessa ruptura brutal do equilíbrio instável que existe em ‘tempos normais’ entre a oferta e a procura de mercadorias”. (MANDEL, 1990, p. 211-212).

de acumulação. Ressalta-se a diferença entre as crises pré-capitalistas e crises capitalistas. As primeiras foram resultantes da *subprodução de valores de uso*. Estas últimas,

[...] são *crises de superprodução de valores de troca*. Não é porque há muito poucos produtos que a vida econômica se desregula. É porque há a impossibilidade de venda de mercadorias a preços que garantam o lucro médio – isto é, porque há, portanto, ‘muitas mercadorias’ – que a vida econômica se desorganiza, que as fábricas fecham, que os patrões demitem e que a produção, as rendas, as vendas, o investimento e o emprego caem. (MANDEL, 1990, p. 210; grifado no original, suprimimos).

Em modos de produção pré-capitalistas o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não permitiu uma produção elevada de mercadorias. Havia uma extrema insuficiência de valores de uso para atender as necessidades humanas; conseqüentemente, a fome, a miséria e as doenças se alastravam sobre as sociedades pré-capitalistas e destruíam as populações, os produtores diretos. As crises, portanto, ocorriam em razão da subprodução de valores de uso<sup>7</sup>. Contrariamente a esta, “a crise econômica capitalista é sempre uma crise de superprodução de mercadorias” (MANDEL, 1990, p. 211). Visto que

[...] não há insuficiência na produção de bens, não há carência de valores de uso; o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar o seu valor de troca e, quando isto se evidencia, os capitalistas tendem a travar a produção; na crise capitalista, a oferta de mercadorias torna-se excessiva em relação à procura (demanda) e, então, restringe-se ao limite da produção. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 168; suprimimos).

Segundo Mandel (1990), além da superprodução de valores de troca, as razões da crise envolvem a superacumulação de capitais; o subconsumo das massas; a anarquia da produção e a queda da taxa de lucros. O mesmo autor nos explica que as causas da crise se diferem de seus elementos detonadores<sup>8</sup>. O elemento detonador é, digamos, o “estopim” - fator econômico e/ou

<sup>7</sup> “A características dessas crises pré-capitalistas reside no fato de elas resultarem da destruição dos produtores diretos ou dos meios de produção ocasionados por desastres naturais (por exemplo, grandes epidemias – como a *peste negra* – dizimando os produtores) ou por catástrofes sociais (por exemplo, guerra destruindo meios de produção e forças produtivas). A conseqüência imediata dessas crises é a carência generalizada dos bens necessários à vida social; mais exatamente, tais crises indicam uma insuficiência na produção de valores de uso e, por isso podem ser designadas como *crises de subprodução de valores de uso*” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 167; grifado no original).

<sup>8</sup> Pode ser um escândalo financeiro, um brusco pânico bancário, a bancarrota de uma grande empresa, como pode ser simplesmente a mudança da conjuntura (venda insuficiente generalizada) em um setor-chave do mercado mundial. Tal detonador pode ser ainda uma brusca falta de determinada matéria prima [...] (MANDEL, 1990, p. 212; suprimimos)

político qualquer que impulse a instauração da crise. Na sequência no ciclo econômico se instaura uma fase de “[...] *depressão*: o desemprego e os salários mantêm-se no nível da fase anterior, a produção permanece estagnada, as mercadorias estocadas ou são destruídas ou parcialmente vendidas a baixo preço”. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 169; grifado do original, suprimimos).

Além da *crise* e da *depressão*, entre uma crise e outra fazem parte do ciclo econômico a fase da *retomada* (ou *reanimação*) e do *auge*. Na retomada as empresas que não sucumbiram fundem-se àquelas que quebraram, incorporam equipamentos, instalações e renovam sua produção. Pouco a pouco as mercadorias voltam a ser vendidas e o desemprego diminui. A economia reanima-se, a produção cresce novamente. Na última fase, o auge (boom), a concorrência entre as empresas faz com que os capitalistas invistam mais e mais. Assim, a quantidade de mercadorias produzidas aumenta no mercado. Retoma-se a unidade: processo de produção e circulação de mercadoria. Até que novamente surge um *detonador* e o mercado fica abarrotado de mercadorias. Resultado: surge uma nova crise e o ciclo recomeça (NETTO; BRAZ, 2011, p. 170, grifado no original).

Portanto, as crises não causam o aniquilamento do capitalismo; pelo contrário, elas são inerentes ao modo de produção capitalista, fazem parte do processo de reprodução do capital. Elas “[...] deflagram um período histórico de acirramento das contradições fundamentais do modo capitalista de produção que afetam sobremaneira o ambiente político e as relações de força entre as classes”. (MOTA, 2009, p. 3; suprimimos).

As crises não interessam a nenhum dos sujeitos sociais em presença na sociedade burguesa, nem aos capitalistas, nem aos trabalhadores. É evidente que seus impactos atingem muito diferentemente as classes sociais; não há o mesmo custo para todos: os trabalhadores sempre pagam o preço mais alto. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 173).

A reprodução da classe trabalhadora é duramente ameaçada, pois o rebaixamento do salário e o aumento do desemprego provocam o empobrecimento das classes subalternas e agravam suas possibilidades de reprodução. De acordo com Mota (2009, p. 4)

os impactos das crises apresentam-se diferenciados para os trabalhadores e os capitalistas. Para os capitalistas, trata-se do seu poder ameaçado; para os trabalhadores, da submissão intensificada. Estes últimos são frontalmente penalizados na sua materialidade e subjetividade posto que afetados pelas condições do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego, as perdas salariais, o crescimento do exército industrial de reserva e o enfraquecimento das suas lutas e capacidade organizativa.

Do que foi dito recobra-se que as crises não ocasionam o colapso do sistema capitalista: sempre haverá crises nesse sistema, pois elas são funcionais à reprodução do capital. Conforme as análises que se fundamentam na teoria marxista, somente a instauração de uma nova sociabilidade direcionada pelo [...] “protagonismo político dos trabalhadores” [...] (NETTO; BRAZ, 2011, p. 176; suprimimos) poderia destruí-lo.

Em tempos de crise estrutural do capital, todas as esferas da vida social são impactadas. Na dinâmica da correlação de forças o capital e o Estado reconfiguram-se para superar as crises. A classe dominante, com a finalidade de reestabelecer a taxa de lucro, transforma a estrutura produtiva, isto é, modifica as formas de produzir mercadorias e altera os métodos de apropriação da força de trabalho na esfera da produção, através do incremento da ciência e de novas tecnologias. Concomitantemente, o Estado redefine suas formas de intervenção seja na economia seja nas estratégias de regulação social. As relações de trabalho são transformadas e as políticas sociais e legislações trabalhistas são reformuladas para garantir a acumulação do capital. No que se refere à atualidade há alguns precedentes necessariamente observáveis para sua análise.

Temos como período precedente à crise capitalista contemporânea os denominados “30 anos gloriosos” ou “anos dourados” da economia capitalista, que corresponde ao período do segundo pós-guerra até meados dos anos 1970<sup>9</sup>. Essa época foi marcada pela expansão da economia capitalista. Mudanças na esfera político-econômica implicaram na elaboração de um pacto entre a classe burguesa e a classe trabalhadora com a regulação do Estado em torno dos conflitos entre estas classes fundamentais. Netto e Braz (2011, p. 205-206) ressaltam que nesta fase das “três décadas de ouro”

[...] o sistema [capitalista] apresentou resultados econômicos nunca vistos, e que não se repetiram mais: as crises cíclicas não foram suprimidas, mas seus impactos foram diminuídos pela regulação posta na intervenção do Estado (em geral, sob inspiração das idéias de Keynes) e, sobretudo, as taxas de crescimento mostraram-se muito significativas. (suprimimos e acrescentamos)

Para garantir as taxas de lucros foi preciso reorganizar a base produtiva. Em vista disso, consolidou-se o modelo de acumulação do capital denominado de regime de acumulação fordista-taylorista, o qual tem como principais características o trabalho fragmentado, uma

---

<sup>9</sup> Apontaremos, sucintamente, algumas características deste período a fim de compreendermos a crise atual do capital.

produção rígida, padronizada/homogênea de mercadorias com vistas à *produção em massa para um consumo em massa*. Para que isso ocorresse a intervenção do Estado na economia foi necessária, a fim de garantir a lucratividade do capital. Assim foi criado todo o arcabouço ídeo-político de justificação das renovadas funções do Estado, cunhado como de bem-estar social ou Welfare State, o qual foi estruturado num conjunto de políticas sociais e direitos trabalhistas. Essas estratégias pactuadas entre Estado, burguesia e classe trabalhadora, arregimentadas pela social-democracia, permitiram aos trabalhadores o poder de consumir a “produção em massa” e de acessar um conjunto de direitos e garantias trabalhistas e sociais. Conforme Montaño e Duriguetto (2011, p. 175; grifado no original)

A estratégia fundamental do Estado [...] orientou-se, portanto, no sentido de (socializando os custos) reverter a tendência ao ‘subconsumo’ (ou, numa outra ‘crise de superprodução’), tanto mediante a promoção do chamado *pleno emprego* [...], quanto por meio da alocação de recursos, na forma de *políticas sociais*, dirigidas à população trabalhadora e carente, de forma tal a transformá-la em ‘consumidores plenos’. Assim o mercado local se estendeu e afirmou em constante expansão, podendo as indústrias realizar e acumular o valor excedente produzido. O ‘círculo virtuoso’ se completava: forte investimento para a produção em massa/maior volume de mercadorias padronizadas e mais baratas/‘pleno emprego’ e/ou Seguridade Social (salários indiretos e assistência) consumo local massivo/realização do superlucro capitalista. (suprimimos)

A estabilidade político-econômica dos países centrais foi adquirida por meio da instauração do regime de acumulação (fordismo/taylorismo) que permitiu a criação de uma cultura consumista, através da estabilidade nos postos de trabalho gerada pela política do “pleno emprego”. Um dos principais defensores do pacto foi o economista John Maynard Keynes. Para ele o Estado deveria assumir

[...] novos papéis, formulando políticas fiscal e monetária, atuando, sobretudo, como credor, empresário, ocupando-se da infraestrutura básica para permitir a ampliação da acumulação do capital (através dos sistemas de transporte, energia, comunicação, etc.) e respondendo amplamente pela reprodução da força de trabalho, o que lhe impõe também o papel de promotor e executor de um conjunto de políticas sociais. [...] (ARAÚJO, 2008, p. 26, suprimimos)

Do apontado devemos considerar dois aspectos importantes: primeiro, o Estado keynesiano configurou-se com o objetivo de congregar estratégias para superação da crise capitalista de 1929. Ou seja, restaurar a economia; recuperar as taxas de lucros do capital e reestabelecer o ciclo: produção, circulação e consumo de mercadorias; segundo, a promoção de políticas sociais não se configurou numa benevolência do Estado para com classe

trabalhadora<sup>10</sup>. Sabemos que no período imediatamente anterior a classe trabalhadora encontrava-se em efervescência político-organizativa e sob a influência ideológica de projetos societários de caráter revolucionário, a exemplo do socialismo que se espalhava pelos países da Europa oriental. O Estado keynesiano, então, buscou responder às pressões da classe trabalhadora com a criação de políticas sociais e regulamentações trabalhistas, como uma estratégia seja para desmobilizar aqueles que lutam por projetos societários alternativos seja para criar os consensos necessários à manutenção da ordem.

O pacto fordista-keynesiano afirma-se na “[...] expressão concreta de ideologias que defendiam a possibilidade de compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia”. (MOTA, 2009, p. 6; suprimimos). Os adeptos dessa ideologia visaram combater o avanço do socialismo que se propagava pela Europa oriental. Dessa forma, o pacto apresentou-se como alternativa de combate às ameaças das lutas dos trabalhadores por outro projeto societário. Portanto, houve uma negociação entre o Estado, o capital e o trabalho com o objetivo de “[...] reverter a influência ideológica e política do ‘campo socialista’, *o grande capital produtivo e o comercial*, fundamentalmente instrumentalizando o *Estado* promovem uma nova estratégia hegemônica [...] permeada por demandas trabalhistas [...]”. (MONTAÑO; DURIGUETO 2011, p.156; grifado no original, suprimimos) para poder manter a ordem econômica do capital.

Ao expor as principais características dos “anos dourados” observamos que, embora, “aparentemente, o taylorismo-fordismo e o keynesianismo, [tenham sido] feitos um para o outro [...]” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 222; suprimimos; acrescentamos) o período de intensa “euforia lucrativa” não se perpetuou no modo de produção capitalista, pois as crises não foram nem poderiam ser eliminadas. Por conseguinte, como vimos, no começo dos anos 1970 o período de “onda longa expansiva” do capitalismo exauriu-se. Inaugurou-se uma fase de “onda longa de estagnação”. (MANDEL, 1982) O capitalismo “mergulhou” novamente numa crise estrutural, embora esta seja sem precedentes na história secular do desenvolvimento do capitalismo. Apesar dessa crise ter como estopim (elemento detonador) a alta de preços do petróleo, não foi essa sua causa originária<sup>11</sup>, pois as crises capitalistas resultam, como demarcamos, do desarranjo de “[...] três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 798; suprimimos)

---

<sup>10</sup> As políticas sociais fundamentam-se em um duplo caráter, sua “[...] natureza contraditória [...] pode assumir tanto um caráter de espaço de concretização de direitos dos trabalhadores, quanto ser funcional à acumulação de capital e a manutenção do *status* vigente”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 195, grifado no original, suprimimos).

<sup>11</sup> A alta de preços do petróleo configura-se “[...] no máximo um fator adicional que amplifica a gravidade da crise”. (MANDEL, 1990, p. 38; suprimimos)

O capital, em resposta à crise que eclode ao final do primeiro lustro dos anos 1970, articulou três estratégias, quais sejam: *a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a financeirização da economia (ou mundialização financeira)*, com o objetivo de restaurar as taxas de lucros. A ofensiva do capital traz rebatimentos para todas as áreas da vida social. A reestruturação produtiva aponta para uma transformação nos processos de produção. Após a crise o modelo fordista/taylorista, sustentado numa produção rígida e padronizada, é estruturado o modelo de acumulação flexível, que de acordo com Harvey (1993, p. 140)

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (suprimimos)

A reestruturação produtiva corresponde a uma mudança no padrão produtivo através do avanço técnico e científico alcançado na terceira revolução industrial, que introduziu a microeletrônica e a robótica. Essa nova fase de acumulação do capital é estruturada com a incorporação do modelo de produção flexível, denominado de “toyotismo” ou “ohnismo”<sup>12</sup>, o qual possibilitou aprimorar as técnicas de exploração da força de trabalho. Todavia a introdução do *modelo de acumulação flexível* ao processo de produção não deve ser compreendida como a extinção completa do modelo fordista-taylorista, mas somente como uma incorporação no fordismo de aspectos flexíveis do modelo toyotista.

Houve a emergência de um conjunto expressivo de processos produtivos no interior do capitalismo que de alguma forma, mesclam, substituem, alteram esse padrão fundado no binômio fordismo e taylorismo. Se considerarmos, por exemplo, a experiência japonesa, o chamado toyotismo, talvez sintetize com mais riqueza esse modo alternativo de produção do capital nos nossos dias, explicando em que medida ele altera, mescla, transforma esse padrão taylorista e fordista dominante. (ANTUNES, 1996, 79).

---

<sup>12</sup> Conforme Antunes (1995, p. 26; grifado no original; suprimimos) o toyotismo é também conhecido como ohnismo (modelo produtivo foi criado por Ohn, engenheiro, que originou o modelo a Toyota). Ao citar Coriat e Gounet, o autor elenca suas principais características, “[...] que podem ser resumidos: ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção *em série e de massa* do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do *estoque mínimo*. O melhor aproveitamento possível do tempo produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*. O *kanban*, placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o *Kanban* é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos”.

Alves (2005, p. 33) corrobora ao afirmar que “De certo modo, o toyotismo conseguiu ‘superar’, no sentido dialético (superar conservando), alguns aspectos predominantes da gestão da produção capitalista sob a grande indústria no século XX, inspirado no taylorismo e fordismo [...]”. Podemos dizer que estes modelos se mesclavam entre um modelo de produção antigo e o um modelo de produção moderno com novas técnicas e novas práticas de gestão da força de trabalho. É também uma característica do modelo de acumulação flexível a exigência de trabalhadores polivalentes, diferentemente do modelo fordista que exigia um trabalhador especializado para cada tarefa do processo de produção. De acordo com Antunes (1995, p. 34; grifado no original; suprimimos), o trabalhador polivalente, considerado como trabalhador qualificado, expressa a capacidade dos trabalhadores operarem várias máquinas combinando diversas tarefas simples. Traz a ideia de que isso seja favorável para o desenvolvimento das potencialidades do trabalhador, quando na realidade acaba causando um estranhamento, uma alienação “[...] dada pelo ‘envolvimento cooptado’, que possibilita ao capital apropriar-se do *saber* e do *fazer* do trabalho”. Este mesmo autor afirma que o toyotismo é

[...] um sistema que responde imediata e diretamente às demandas que são colocadas e que possui a flexibilidade para alterar o processo produtivo de modo que não se opere com grandes estoques, mas com estoque mínimo; de modo que se mantenha um sistema chamado de produção ou de acumulação flexível, que se adeque a essas alterações cotidianas do mercado. Enfim, um processo produtivo flexível que atenda esta ou aquela demanda com mais rapidez, sem aquela rigidez característica de produção em linha de montagem do tipo fordista. (ANTUNES, 1996, p. 79; suprimimos).

Ao expor as particularidades da reestruturação produtiva podemos observar que tanto o fordismo/taylorismo quanto o toyotismo, como modelos de organização da produção, independentemente de suas particularidades, pretendem atender as demandas do capital através do controle do processo de trabalho. O toyotismo é um modelo produtivo que mascara o conflito de classe através do domínio da subjetividade por meio da ideologia de cooperação e parceria entre o patrão e seus empregados.

As transformações causaram impactos objetivos para a classe trabalhadora e se expressam nas alterações dos processos de trabalho, pois com a flexibilização da produção houve a flexibilização das regulações trabalhistas, resultando na precarização das relações de trabalho – subcontratações, terceirizações, trabalho temporário etc. Além disso, essas transformações desestruturaram o sindicalismo organizado que marcou a fase do Estado keynesiano. De acordo com Mota (2009, p. 14, suprimimos) “[...] uma das maiores perdas para os trabalhadores foi o comprometimento do seu potencial político organizativo”. Antunes



(1996, p. 83) corrobora ao afirmar que “houve uma diminuição das taxas de sindicalização, diminuição do número de greves; o sindicalismo optou por uma ‘ação participativa’ que tem contabilizado poucas vitórias e muitas derrotas”. Conforme este autor

Os sindicatos operaram um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Distanciam-se da ação, desenvolvida pelo *sindicalismo classista e pelos movimentos sociais anticapitalistas*, que visavam o controle social da produção, ação esta tão intensa em décadas anteriores, e subordinam-se à participação dentro da ordem. Tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital. O mundo do trabalho não encontra, em suas tendências dominantes, especialmente nos seus órgãos de representação sindicais, disposição de uma luta com traços anticapitalistas. As diversas formas de resistência de classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma consciência *para além do capital*. (ANTUNES, 1995, p.35-36; grifado no original).

Por meio da cooptação, presente no discurso empresarial, o capital apropria-se da consciência dos trabalhadores. Netto e Braz, (2011, p. 227) expõem isso de forma clara, quando afirmam que

O capital empenha-se em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores: utiliza-se o discurso de que a empresa é a sua ‘casa’ e que eles podem vincular o seu êxito pessoal ao êxito da empresa; não por acaso, os capitalistas já não se referem a eles como ‘operários’ ou ‘empregados’ – agora, são ‘colaboradores’, ‘cooperadores’, ‘associados’ etc.

Essa captura da subjetividade busca criar o consenso entre as classes. Conforme Alves (2005, p. 54) no toyotismo essa captura ocorre de forma mais densa do que em outros estágios do capitalismo monopolista, pois “não é apenas o ‘fazer’ e o ‘saber’ operário que são capturados pela lógica do capital, mas a sua disposição intelectual-afetiva que é constituída para cooperar com a lógica da valorização”. Devemos considerar, ainda, como rebatimentos subjetivos para a classe trabalhadora, a crise do socialismo do Leste Europeu, que enfraqueceu a ação político-organizativa dos trabalhadores, pois o socialismo oriental foi uma referência pratico-ideológica de possibilidade de uma sociedade *para além do capital*. Porém, a crise do modelo soviético desencadeou uma descrença nos partidos políticos de esquerda e sua fragmentação. Outro rebatimento problemático para o desenvolvimento da consciência de classe é a ideia, reforçada pelo campo pós-moderno, de que chegamos ao fim da história e de que não há mais lutas de

classes<sup>13</sup>. Entretanto, sabemos que a apropriação da subjetividade do trabalhador para fragmentar as lutas sociais é uma das estratégias do capital para que não haja ameaça de um projeto societário alternativo que elimine as classes sociais, enfim, que supere a ordem burguesa.

Junto à reestruturação produtiva é implementado o neoliberalismo, o qual pode ser caracterizado como um conjunto de princípios e diretrizes no plano político e econômico para regulamentar a ação do Estado. O neoliberalismo conduziu a contrarreforma do Estado<sup>14</sup>. Estabelece a desresponsabilização do Estado em relação aos direitos sociais; impõe a redução dos gastos sociais, ou seja, diminuição do investimento estatal na implementação eficiente de políticas públicas. A programática neoliberal, como uma das repostas à crise do capital, se configura numa ofensiva contra o trabalho, pois desmonta o sistema de proteção social de caráter universalista<sup>15</sup> e estabelece a desregulamentação nas relações de trabalho através dos mecanismos de precarização dos vínculos trabalhistas como subcontratação ou terceirização. Essas transformações no *mundo do trabalho* fazem parte da contrarreforma do Estado. Esta engloba um conjunto de medidas, dentre elas a

[...] redução de custos, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulamentação destas relações, inclusive no que se refere à questão da proteção social, a redução dos encargos sociais. Um pressuposto para a implementação de medidas natureza claramente regressiva para os trabalhadores seria imprimir derrotas políticas ao seu movimento organizado, [...] também operam estratégias de *passivização* dos trabalhadores, com o objetivo de derruir sua identidade de classe. (BEHRING, 2003, p. 214, grifado no original).

O conceito de reforma tem conotação progressista. Expressa uma transformação na estrutura do Estado com o objetivo de fazer mudanças na sociedade, não para superar a ordem burguesa, mas justamente reformar o Estado burguês e manter a ordem social. O Estado se

<sup>13</sup> “[...] constitui um campo ídeo-teórico muito heterogêneo [...]. Do ponto de vista dos seus fundamentos teórico-epistemológicos, porém, o movimento é funcional à lógica cultural do tardo-capitalismo: é o tanto ao caucionar acriticamente as expressões imediatas da ordem burguesa contemporânea quanto ao romper com os vetores críticos da Modernidade (cuja racionalidade os pós-modernos reduzem, abstrata e arbitrariamente, à dimensão instrumental, abrindo a via aos mais diversos irracionalismos)” (NETTO, 2012, p. 420; suprimimos).

<sup>14</sup> “O Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado – e pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra *reforma* perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco **processo de contra-reforma(s)**, destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 237, grifado no original)

<sup>15</sup> “[...] as propostas neoliberais incluem a transferência da proteção social do âmbito do Estado para o mercado, a liberalização financeira passa pela privatização dos benefícios da seguridade social”. (SALVADOR, 2010, p. 54; suprimimos).

estrutura de modo a permitir que a classe trabalhadora consiga avançar nas conquistas dos direitos sociais e trabalhistas. Portanto, o conceito de contrarreforma é cunhado para explicitar o retrocesso que se dá na ação estatal (BEHRING, 2003). Percebemos que a contrarreforma do Estado trouxe rebatimentos nas formas de produção e reprodução da classe trabalhadora, material e subjetivamente. O retraimento das funções do Estado frente à reprodução da força de trabalho foi imposto pelas diretrizes dos organismos internacionais como FMI e o Banco Mundial. As medidas de ajustes fiscais determinaram a desregulamentação das leis trabalhistas e o desmonte das políticas sociais universalistas. Conforme Boschetti (2015, p. 6)

O Estado se reconfigura na perspectiva de reduzir seu papel regulador das relações econômicas e sociais, transferindo essa função para o mercado. As implicações dessa ofensiva conservadora revestem-se em processos de destruição do clássico padrão de proteção social capitalista assentado em direitos e políticas sociais universalistas financiadas pelo público. Também se expressam na agudização das manifestações da ‘questão social’, que se revelam no aumento do desemprego, da precarização das relações do trabalho, na perda de direitos historicamente conquistados como a saúde e a previdência, no aumento da violência urbana e rural, na destruição do meio ambiente, processos provocados pela incessante busca do capital por nichos de acumulação.

Segundo Montañó e Duriguetto (2011) os mecanismos do capital para superar a crise estão intrinsicamente articulados. Porém, frequentemente, inter-relacionamos o neoliberalismo apenas à contrarreforma do Estado. Isso é um equívoco, pois a contrarreforma estatal não se configura estritamente em uma reforma política e técnica. Ela apresenta aspectos econômicos porque está vinculada à reestruturação produtiva, aos antagonismos de classe, enfim, às relações de produção e reprodução da vida social. Por isso, não devemos desvincular o ideário neoliberal das bases econômicas para não termos em uma visão simplista que obscurece uma análise a partir da compreensão da totalidade das relações. Devemos também inter-relacionar essas estratégias supracitadas à financeirização do capital, também denominada de *mundialização do capital ou regime de acumulação predominantemente financeiro*, que se constitui em mais uma metamorfose do capitalismo para tentar superar suas crises.

O termo ‘regime de acumulação predominantemente financeiro’ designa um modo de funcionamento do capitalismo marcado por dois fenômenos. O primeiro é a reaparição maciça, junto ao salário e ao lucro e, ao mesmo tempo, fazendo pagar acréscimo de impostos, das receitas resultantes da propriedade de títulos de dívidas e de ações. O segundo é o papel representado pelos mercados financeiros na determinação das principais grandezas macroeconômicas (consumo, investimento e emprego). O papel “regulador” das finanças é exercido de múltiplas maneiras: pela fixação do nível das taxas

de juros; pela determinação da parte dos lucros que é deixada aos grupos para investir sem medo de sofrer a sanção dos acionistas ou de dar aos rivais os meios para fazerem oferta pública de ações; pela força dos mecanismos que ela faz pesar sobre os governos para lhes impedir de sustentar as taxas de investimentos e para empurrá-los à privatização e à desregulamentação. (CHESNAIS, 2001, p. 16-17).

Destarte, nota-se o quanto as estratégias de saída da crise do capital estão bem vinculadas umas às outras. Alves (2005) salienta que o toyotismo é o modelo de produção de mercadorias mais apropriado à mundialização do capital, pois este modelo é adequado a acumulação capitalista em tempo de crise de superprodução. Além disso, Antunes (1995, p. 31) destaca que

[...] a introdução e expansão do toyotismo na ‘velha Europa’ tenderá a enfraquecer ainda mais o que se conseguiu preservar do *welfare state*, uma vez que **o modelo japonês está muito mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente social-democrática** (grifamos; suprimimos).

A nova dinâmica do capital é determinada pela liberalização da economia e a desregulamentação do mercado nas transações das trocas entre os países. “Durante esta última época neoliberal, os Estados Unidos e seus aliados europeus impuseram em todo o planeta um modelo de livre fluxo de capitais para além das fronteiras” (FOSTER, 2009, p. 38). Atualmente, mesmo que em crise, a expansão da lucratividade do capitalismo monopolista é mantida pela financeirização da economia. Foster (2009) apresenta duas ideias divergentes referentes à relação da financeirização do capital com a estagnação da economia. Para Sweezy (1995, p. 8-9 apud FOSTER, 2009, p. 31)

Antigamente as finanças eram tratadas como um modesto assistente da produção. Elas tenderam a assumir vida própria e gerar excessos especulativos nos últimos estágios das expansões do ciclo econômico [...]. O que tem se verificado nos últimos anos é o crescimento de um setor financeiro relativamente independente, não em um período de superaquecimento mas, pelo contrário, em um período de estagnação em alto nível [...] no qual a indústria privada é lucrativa mas carece de incentivos para se expandir, e em consequência o investimento real privado fica estagnado. Mas desde que as empresas e seus acionistas vão bem e, como sempre, estão ansiosos por expandir seu capital, despejam dinheiro nos mercados financeiros, os quais respondem expandindo sua capacidade de manipular essas crescentes somas e oferecendo novos tipos de atrativos instrumentos financeiros. Tal processo iniciou-se nos anos 1970 e decolou realmente nos anos 1980. No fim da década, a velha estrutura da economia, que consistia de um sistema produtivo servido por um modesto auxiliar financeiro, havia dado lugar a uma nova estrutura na qual um setor financeiro largamente expandido havia alcançado um alto grau de independência e se colocado na cabeça do sistema produtivo

subjacente. Isto, em essência, é o que temos hoje (suprimimos).

Segundo Foster (2009) para Sweezy a estagnação econômica é causada pela financeirização que, inclusive, é uma das formas que o capitalismo encontrou para continuar com seu processo de acumulação, mesmo com dificuldade. Já para o economista Palley, segundo Foster, ocorre exatamente o oposto, é a financeirização o problema, ela que causa a estagnação

[...] Essa ‘estagnação prolongada’ é uma consequência natural da financeirização<sup>16</sup> ao invés do contrário. Assim, ele afirma que fatores tais como a ‘estagnação dos salários e a crescente desigualdade de renda’ se ‘devem de forma importante a mudanças introduzidas pelos interesses do setor financeiro.’ Considera-se que o ‘novo ciclo econômico’ dominado pelo ‘culto às finanças’ conduz à maior volatilidade que surge com as bolhas financeiras. Assim, a ‘financeirização pode tornar a economia mais propensa à deflação e recessão prolongada’ (PALLEY, 2007, p. 1, 3, 8, 11, 21 apud FOSTER 2009, p. 33; suprimimos)

Foster (2009, p. 35) afirma que a financeirização tornou-se a base fundamental da economia capitalista na contemporaneidade. Mas o problema real, de acordo com autor, é a ‘exploração de classe que está enraizada na produção’. Para Foster o capital alcançou seu limite de desenvolvimento progressivo “[...] sua famosa ‘destruição criativa’ transformou-se em uma criatividade destrutiva na qual a população mundial e o planeta correm agora risco. De fato, para a população mundial e para a Terra, tomadas conjuntamente, não há alternativa a não ser o socialismo” (FOSTER, 2009, p. 38; suprimimos).

Ao longo da problematização elaborada aqui afirmou-se que o capitalismo, apesar de ter passado por um período de intensa expansão econômica e crescente lucratividade, na fase dos “anos dourados”, nunca eliminou nem eliminará suas crises. O que fez foi organizar estratégias com o objetivo de superar esta crise e reestabelecer as taxas de lucros. Em síntese, podemos afirmar que o capitalismo do século XXI organiza

[...] um complexo sistema de acumulação financeira [...] [em que] as reformas neoliberais, a reestruturação produtiva e a naturalização da ‘questão social’ conformam um movimento unitário, cujo sentido último é redefinir, em favor do grande capital, as bases do processo de acumulação, ainda que isto se dê às

---

<sup>16</sup> Conforme Foster (2009, p. 32) “Palley nota que a era da financeirização tem estado associada com um crescimento econômico geralmente morno (...) Em todos os países exceto o Reino Unido, o crescimento médio anual caiu durante a era da financeirização iniciada em 1979. Além disso, o crescimento também parece mostrar uma tendência declinante de forma que nos anos 1980 era mais elevado que nos anos 1990, que por sua vez era mais alto que nos anos 2000”

custas da crescente dilapidação da natureza e da exacerbação da ‘questão social’ (SILVA, 2010, p. 96-97; suprimimos; acrescentamos).

Entretanto, todas as transformações que vem ocorrendo na fase contemporânea do capitalismo trouxeram como consequências o aprofundamento das expressões da “questão ambiental” e da “questão social”, bem como o aumento do número de conflitos socioambientais causados pela forma predatória de exploração dos recursos naturais configurados nos processos de desposseção, espoliação e pilhagem das riquezas naturais orquestrados pelo capital no contexto atual do “novo imperialismo”, conforme argumentaremos a seguir.

### **3. Conflitos socioambientais e “questão ambiental”: expressões da luta de classes no modo de produção capitalista**

As problemáticas ambientais são expressões da forma de organização da produção material, que determina uma intensa exploração dos recursos naturais. O padrão de produção e de consumo determinado, atualmente, pela economia capitalista, traz como consequência para a humanidade o esgotamento acelerado dos recursos naturais do planeta num ritmo sem precedentes na história. Conforme Silva (2010, p. 47-48)

Esta tendência destrutiva do capital reside em sua natureza mesma, como ‘contradição viva’: ao subordinar a produção aos imperativos da acumulação, o capitalismo não pode sustentar-se indefinidamente, sem que os avanços tecnológicos e científicos por este obtidos resultem em crescente perdularidade e destruição. O assombroso aumento da produtividade do capital o faz senhor e voraz devorador dos recursos humanos e materiais do planeta para, em seguida, retorná-los como mercadorias de consumo de massa, cada vez mais subutilizados ou, diretamente, como armamentos com imenso poder destrutivo.

É bem verdade que o ritmo da produção de mercadorias no capitalismo impõe uma apropriação crescente e absurda dos recursos naturais, muito maior que o tempo que a natureza necessita para se recompor. Silva (2012, p.19; grifado no original) afirma que “a mercantilização da natureza e sua transformação em fator de produção institui a supremacia das necessidades e ritmos da atividade econômica, desconsiderando-se, *moto contínuo*, a capacidade de recuperação dos ecossistemas por ela afetados”. A exploração descontrolada dos recursos naturais e a degradação da natureza, constituindo a “questão ambiental”, tem se tornado um dos principais temas mundialmente discutidos neste século. Esta é definida criticamente como

[...] um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se da incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo. (SILVA, 2010, p. 67; suprimimos)

A “questão ambiental” é evidenciada atualmente na escassez das matérias-primas (principalmente dos recursos não renováveis), na escassez de água potável, no aquecimento global causado pelo efeito estufa, na poluição das águas e do ar, no aumento do lixo, na devastação dos ecossistemas, nos desastres ambientais que ocorrem com mais frequência, na extinção de espécies e perda da biodiversidade. Ela está relacionada à forma como o capital apodera-se dos bens naturais (água, solo, ar, etc.) ou seja, aos processos de privatização/mercantilização das riquezas naturais. Sabemos que a riqueza natural deveria ser coletiva (e na forma da lei até assim aparece); entretanto, é constantemente usurpada pelo capitalismo para produzir mercadorias que não têm como finalidade primeira sua utilidade, mas a troca no mercado. Dessa maneira, os fundamentos da gênese da “questão ambiental” são resultantes da forma destrutiva do modo de produzir mercadorias na sociedade vigente, bem como da consequente dilapidação dos recursos naturais pelo capital, que aprofunda e exponencia essa perdularidade. É sobretudo no contexto da sociedade contemporânea que a agudização da “questão ambiental” se expressa de forma mais clara.

O período histórico de globalização neoliberal que legitimou a questão ambiental é, paradoxalmente, aquele que levou mais longe a destruição da natureza. Jamais em um período de 30 anos, em toda história da globalização que se iniciou em 1492, foi tamanha a devastação no planeta! (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 23)

Ainda sobre a relação da globalização com a destrutividade ambiental, observamos que a natureza é crescente e profundamente tratada como mercadoria, exacerbando as características já presentes desde a gênese do modo de produção capitalista.

**O processo de globalização avança, ressignificando e recodificando a natureza em termos de valores econômicos.** A natureza já não entra no processo produtivo apenas fragmentada, coisificada e desnaturalizada de sua complexidade ecológica como recursos discretos, mas como uma natureza ecologizada, valorizada em termos de preços de mercado. **A natureza** – os processos ecológicos dos quais depende a sustentabilidade da vida e do planeta –, **que não foi produzida em um processo produtivo, é**

**reconvertida e tratada como mercadoria.** (LEFF, 2010, p. 110-111; grifamos)<sup>17</sup>.

Na atualidade da crise do capital, as relações sociais e econômicas determinam uma ação predatória e potencialmente ameaçadora à vida na terra. A degradação da natureza é, portanto, consequência de uma lógica de organização da produção que explora a natureza, subordinando-a a “[...] um processo infinito de acumulação de mercadorias, acumulação do capital [e] acumulação do lucro. [...]” (LÖWY, 2013, p. 80-81; suprimimos e acrescentamos). Em *O capital* Marx (1996a, p. 165) afirma que “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’”. Isso expressa a anarquia da produção capitalista<sup>18</sup>, vinculada a um padrão atual de consumo imposto pela sociedade burguesa que implica diretamente na extração desmedida dos bens naturais. Essa anarquia da produção está hoje vinculada a uma estratégia do capitalismo que é fabricar mercadorias com tempo de vida curto, tornando-as rapidamente inúteis, para forçar os indivíduos a um novo ato de consumo. O modo de produção capitalista é, em sua essência,

[...] inimigo da própria durabilidade e o agente da perdurabilidade absoluta. Ironicamente, esse uso econômico apropriado enfim consegue ‘levar o consumo a uma carência imaginária de limites’ ao inventar a perecibilidade instantânea até mesmo das substâncias materiais mais duráveis: ao ‘dar-lhes a forma’ de instrumentos de guerra e destruição que são dissipadores/destrutivos dos recursos humanos ao extremo, mesmo que jamais sejam usados (MÉSZÁROS, 2011, p. 690; suprimimos).

Assim a técnica da obsolescência programada constitui-se na redução do tempo de vida útil dos valores de uso, sobretudo, dos bens de consumo duráveis. É fundamental para o capital “[...] *reduzir* a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, *encurtando* deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera” (MÉSZÁROS, 2011, 670, grifado no original, suprimimos)

[a] [...] sede insaciável de lucratividade no capitalismo revela sua essência crescentemente destrutiva e perdulária, manifestando contradição essencial no

<sup>17</sup> Apesar de não fazer parte dos autores que seguem a tradição marxista, Enrique Leff traz algumas reflexões pertinentes com relação à destrutividade ambiental. Ele é um dos principais intelectuais latino-americanos que discute essa problemática.

<sup>18</sup> “A anarquia da produção capitalista não se manifesta somente nas crises, que são momentos de paroxismo desse processo. Ela se manifesta permanentemente no desperdício das forças produtivas, do qual o capital tenta descarregar a responsabilidade e o custo sobre a sociedade. A exploração do homem e da natureza até o esgotamento não reflete uma contradição do capitalismo, mas *o antagonismo profundo entre ele e as necessidades da humanidade*” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 68, grifado no original).



processo de sua reprodução: a crescente obsolescência programada, o desperdício no trato dos recursos naturais e sociais - condições essenciais para a expansão da produção e do consumo - confrontam-se, progressivamente, com o caráter limitado das potencialidades ambientais, com a finitude dos recursos naturais, o que vem comprometendo, sistematicamente, a própria existência humana no planeta. (SILVA, 2010, p. 27; suprimimos e acrescentamos)

Araújo, Santos e Silva (2012, p. 99; suprimimos) destacam a relação do saque desses recursos com a descartabilidade proveniente das estratégias do capital por meio da obsolescência programada. As autoras afirmam que “a pressão sobre os recursos do planeta exhibe [...] um conjunto de fatores que resultam da intensificação da produção, da descartabilidade generalizada como estratégias de encurtamento do ciclo de vida das mercadorias e de valorização do capital”. Por isso, as mercadorias produzidas, no capitalismo “[...] deve minar de toda maneira possível as práticas produtivas orientadas-para-a-durabilidade, inclusive solapando deliberadamente a qualidade”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 136; grifado no original; suprimimos). Em suma, este é o ciclo da lógica destrutiva do capital pautado na supremacia da lucratividade: explorar a força de trabalho e a natureza para produzir mercadorias que se tornam rapidamente obsoletas, seja esteticamente ou pelo seu tempo de vida útil; determinar a compra de falsos valores-de-uso; fazer uso perdulário dos recursos ambientais do planeta para fabricar mais valores-de-uso desnecessários.

A obsolescência programada soma-se ao desperdício que, para Foladori (2008, p. 195), é uma das expressões mais impactantes da crise ambiental. Mas não é o desperdício do consumo excessivo individual a que o autor se refere. Este é insignificante quando comparado com o desperdício provocado pelo mercado ao produzir mercadorias que não são vendidas, e com o desperdício da infraestrutura não utilizada. Por exemplo, há complexos industriais que utilizam apenas 60% ou 70% da sua capacidade instalada. Isso implica em “um desperdício de infraestrutura, edificação, espaço... ou seja, um verdadeiro atentado gratuito contra a natureza”. Foladori (2008) faz uma crítica às metodologias sustentáveis, quando diz que não medem o desperdício entre a oferta e a procura. O uso perdulário dos recursos naturais pelo capital não aparece nas discussões do desenvolvimento sustentável. A espoliação da natureza pelo capital é incontrolável e insustentável para humanidade. De acordo com (Mészáros, 2011, p. 801).

A devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição – para as quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano – indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital. Ao mesmo tempo ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o

lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões desperdiçados. O lado humano paralisante deste desenvolvimento é visível não só na obscenidade do “subdesenvolvimento” forçado, mas em todos os lugares, inclusive na maioria dos países de capitalismo avançado.

Na fase atual do capital a “estratégia de modernização ecológica” é uma das formas de tratamento às expressões a “questão ambiental”. Este mecanismo de enfrentamento

[...] propõe conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso. Além de legitimar o livre mercado como melhor instrumento para equacionar os problemas ambientais, esta concepção procurou fazer do meio ambiente uma razão a mais para se implementar o programa de reformas liberais [...]. Assim, de um modo geral, o debate ecológico deixa de interpelar o conteúdo do modelo de desenvolvimento, naturalizando-se seus pressupostos atuais em seus três âmbitos: acerca do que se produz, como se produz e para quem se produz. (ACSELRAD, 2009, p. 14-15; suprimimos).

É evidente que é impossível a superação da “questão ambiental” em sociedades estruturadas sob o modo de produção capitalista, o qual tem como determinantes básicos a exploração da força de trabalho, da natureza e a expropriação dos meios de produção da classe trabalhadora. Outra solução que o capitalismo oferece é o denominado “desenvolvimento sustentável”<sup>19</sup>, proposta reformista que visa contribuir para a manutenção e perenidade desse modo de organização da vida social. Com base na análise crítica desse tipo de estratégia neoliberal é que podemos afirmar seu caráter paliativo, podendo apenas mitigar alguns dos elementos agravantes da “questão ambiental”, mas nunca superá-la.

Na esfera do ambiente natural, o capital representa uma barreira, ou mais exatamente uma ameaça premente para a humanidade – e, no imediato, para certas parcelas específicas dessa – mas não para o capital em si. No plano econômico, o capital transforma as poluições industriais, bem como a rarefação e/ou a degradação de recursos, como a água e até o ar, em “mercados”, isto é, em novos campos de acumulação [...]. No plano político, o capital é plenamente capaz de transferir o peso das degradações para países e para classes mais fracas. Em caso de necessidade, ele pode em último recurso dirigir toda a potência militar dos imperialismos dominantes para tarefas de “manutenção da ordem” em todas as partes do mundo em que as degradações das condições de existência dos povos, sob efeito das destruições ambientais, possam provocar levantamentos. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 42; suprimimos).

---

<sup>19</sup> “[...] Trata-se de uma tentativa de articular a expansão capitalista e utilização racional dos recursos naturais, crescimento econômico, respeito ao meio ambiente e redução da pobreza” (SILVA, 2010, p. 166; suprimimos).

A “questão ambiental”, que também tem sido cunhada como crise ambiental ou crise ecológica<sup>20</sup>, é “[...] evidenciada a partir da década de 1960, [e] suscita a necessidade de novos padrões de relacionamento com a natureza e seus recursos. [A mesma] [...] tem repercutido [...] na organização do espaço em escala mundial” (MUNIZ, 2009, p. 182; suprimimos e acrescentamos). As expressões da crise ambiental impactam os países e os sujeitos sociais de forma desigual. Lima (2005, p. 110-111) corrobora ao afirmar que

Trata-se [...] de uma crise global que incorpora e atinge, embora de maneira desigual, todos os continentes, sociedades e ecossistemas planetários [...]. Ressalta-se, no entanto, que a emergência dos novos problemas ambientais, embora tenda a difundir-se em nível mundial, atinge distintamente as diversas nações e grupos sociais [...]. (suprimimos).

Destarte, as consequências da questão ecológica se expressam também como uma problemática social<sup>21</sup>. Conforme foi dito, elas atingem distintamente os países e as classes sociais, causando maiores riscos aos grupos mais vulneráveis, pois a concentração de renda e poder permite à classe burguesa impor à classe trabalhadora maiores prejuízos, que transcorrem da própria forma de organização material da vida na sociedade. Acseirad (2009, p. 12; suprimimos e acrescentamos) corrobora ao afirmar que é “[...] sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder [que] recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos, seja no processo de extração dos recursos naturais, seja na disposição de resíduos no ambiente”. Apesar do agravamento das consequências da “questão ambiental”, Chesnais e Serfati (2003, p. 62) acreditam que

O capital não põe em perigo suas próprias condições de reprodução e de funcionamento ao destruir e danificar o ambiente natural. Segundo nossa compreensão, por essas destruições cada vez mais graves e, em alguns casos, irreversíveis, o capital põe em perigo as condições de vida e até a própria existência de certas comunidades, e até mesmo de certos países. Mas ele não coloca diretamente em perigo as condições de sua dominação. [...] No que concerne às condições ‘externas’, ‘ambientais’ de seu funcionamento, o capital, bem como os Estados que embasam sua dominação e as classes sociais

<sup>20</sup>“A crise ecológica constitui, de forma imediata, uma ameaça poderosa sobre as condições de existência e de reprodução social de classes e povos determinados. Um dos resultados que emerge diretamente da análise é que as agressões do capitalismo contra a ‘natureza’ estão indissociavelmente ligadas à exploração do trabalho, figurando como agressões contra povos”. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.74).

<sup>21</sup> “No nível planetário a ‘questão ecológica’ tornou-se indissociável da questão ‘social’. Por traz de palavras como ‘ecologia’ e ‘meio ambiente’ existe simplesmente a questão da perenidade das condições de reprodução física de certos grupos sociais e de certos povos. A questão ecológica toca, então, à civilização enquanto tal e é uma nova forma de expressão definida por Rosa Luxemburgo há quase um século: ‘socialismo ou barbárie’” (CHESNAIS, 2007, p. 23).

que a ele estão ligadas, têm os meios tanto para fazer suportar as consequências dessa destruição às classes, comunidades e Estados mais fracos, quanto para transformar a ‘gestão de recursos que se tornaram raros’ e a ‘reparação das degradações’ em campos de acumulação (em ‘mercados’) subordinados ou subsidiários. (suprimimos).

Portanto, a “questão ambiental”, é intrínseca ao modo de produção capitalista. Logo, este teria de ser eliminado para aquela ser superada, pois “[...] a questão da destruição, da devastação, do envenenamento ambiental é produto do processo de acumulação do capital” (LÖWY, 2013, p. 81; suprimimos). Este “[...] segue a sua trajetória inexorável em busca do aumento de sua lucratividade, apropriando-se vorazmente do conjunto dos recursos planetários - de modo a comprometer as condições de reprodução das múltiplas formas de vida [...]” (ARAÚJO; SILVA, 2012, p. 141; suprimimos)

Para que o processo de acumulação e concentração de capital impulsione o crescimento econômico, a extração dos recursos ambientais ocorre de forma predatória. No capitalismo contemporâneo, esse crescimento econômico é inerente a uma nova divisão internacional do trabalho, que se evidencia na hierarquia político-econômica dos países centrais sobre os países periféricos. Para compreendê-la faz-se necessário regatarmos o conceito de imperialismo, o qual Lênin (1985) denominou como *fase superior do capitalismo*. Sabemos que o capitalismo se desenvolveu a partir de três fases (o mercantilismo, o capitalismo concorrencial e o imperialismo). Importa, aqui, destacar algumas características de sua última fase. Conforme Lênin (1985), o capitalismo imperialista apresenta as seguintes características: enorme elevação na concentração da produção e do capital; exportação de capitais dos países de capitalismo monopolista para os países periféricos; partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas; bancos deixam de ser apenas intermediários de pagamento e transformam-se em monopólios, havendo uma fusão entre o capital bancário e o capital industrial (capital financeiro). Em síntese, o imperialismo é distinguido em “[...] três fases: a *fase ‘clássica’* que, segundo Mandel, vai de 1890 a 1940, os ‘*anos dourados*’, do fim da Segunda Guerra Mundial até a entrada dos anos setenta e o capitalismo *contemporâneo*, de meados dos anos setenta aos dias atuais”. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 202, grifado no original, suprimimos)

A terceira fase do imperialismo – capitalismo contemporâneo – é designada por Harvey (2004) como *novo imperialismo*. Configura-se numa etapa em que o capitalismo se metamorfoseia para poder administrar a crise de sobreacumulação em que há uma massa de capital excedente que necessita ser investida: “Apesar da vasta expansão do crédito/endividamento no capitalismo de hoje, permanece verdadeiro que a real barreira ao capital é o próprio capital, manifestada em sua tendência à sobreacumulação”. (FOSTER, 2009,

p. 35). O neoimperialismo corresponde a essa nova “mutação”: é o capital financeirizado - fictício, especulativo, que expande seus investimentos para áreas geográficas periféricas sob a orientação de organismos internacionais, por exemplo, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, esta fase é comandada pela hegemonia militar dos Estados e com o suporte dos princípios ideológicos do neoliberalismo e do modelo de acumulação flexível. A supremacia econômica da tríade - EUA, Europa e Japão - avança sobre áreas dos países periféricos através de práticas de acumulação predatórias, conceituadas por Harvey (2004) de *acumulação por despossessão*. Esta não se difere, em essência objetiva, das características primárias dos processos de *acumulação primitiva* abordadas por Marx. Conforme este autor, o processo de “acumulação por despossessão” caracteriza-se pela

[...] mercantilização e privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a superação de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de naturais); a monetarização das trocas e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. (HARVEY, 2004, p. 121; suprimimos)

O processo de acumulação por despossessão está intimamente relacionado ao sistema financeiro internacional, que tem como princípio a liberalização dos mercados para que o capital possa encontrar facilidades de investimento em novos territórios, a fim de remediar a sobreacumulação alcançada no período da *onda longa expansiva*. Dessa forma, o processo de acumulação ganha renovada roupagem no cenário do novo imperialismo<sup>22</sup>. Entretanto,

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um

---

<sup>22</sup> “Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por despossessão. A ênfase nos direitos da propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético [...] podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. **A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, água, ar) também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas.** A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala [...] A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de “expropriação das terras comuns” (HARVEY, 2004, p. 123; grifamos; suprimimos).

proletariado sem terra tem se acelerado [...]. Muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas [...] de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (HARVEY, 2004, p. 121; suprimimos)

A acumulação por despossessão é uma reorganização espacial da divisão territorial global, da terceira fase do imperialismo, em que o avanço sobre as riquezas naturais dos países periféricos ocorre de forma predatória, trazendo como consequência a intensificação da “falha metabólica” na relação do homem com o meio ambiente. Essa nova forma do capital acumular está estreitamente relacionada ao imperialismo ecológico, o qual

apresenta-se de diversas maneiras, mediante o saque de recursos de certos países por outros e pela consequente transformação de ecossistemas inteiros dos quais estados e nações dependem; movimentos massivos de trabalho e população vinculados à extração e transferência de recursos; a exploração das vulnerabilidades ecológicas de certas sociedades para promover um maior controle imperialista; a descarga de dejetos ecológicos que amplia a fenda entre centro e periferia; e em conjunto, a criação de uma ‘descontinuidade metabólica’ global que caracteriza a relação do capitalismo com o meio-ambiente ao mesmo tempo em que limita o desenvolvimento capitalista. (CLARK; FOSTER, 2004, p. 226).

A mercantilização da natureza pelo capital, o uso perdulário dos recursos ambientais e a forma de apropriação desigual desses recursos tem afetado, substancialmente, a viabilidade das formas de vida dos povos tradicionais<sup>23</sup>, pois o processo de *acumulação por despossessão* configura-se em práticas de espoliação, de roubo e em formas violentas de desapossar populações de seus territórios de origem, trazendo à tona a agudização dos conflitos socioambientais.

No Dicionário Aurélio *conflito* é, na sua etimologia, uma palavra de origem latina que significa “*luta armada entre países conflitantes; [...] Ausência de concordância, de entendimento; oposição de interesses, de opiniões; divergência: conflito entre capitalistas e socialistas*”<sup>24</sup>. Ele envolve várias esferas da vida social, o trabalho, a família, as instituições, as

<sup>23</sup> O decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento do Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), afirma no Art 3º, inciso I - que “Povos e Comunidades Tradicionais [são] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. (BRASIL, 2007; acrescentamos).

<sup>24</sup> O Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/conflito/> Acesso em: 03 nov. 2018.

nações, etc. Portanto, ele é intrínseco à condição humana, ou seja, é inerente às relações sociais. A ideia de conflito expressa contradição, oposição e desordem (SOARES, 2010, p. 65). O conflito, de forma geral, “[...] é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, comunidades e classes sociais que, por sua própria natureza, são antagônicos. Esse antagonismo pode se manifestar violentamente ou não”. (SOTO, n.d, p. 2; suprimimos).

A história da sociedade é constituída no enfretamento de interesses divergentes de classes opostas. Contudo, atualmente, há uma pulverização das classes sociais formadas por grupos sociais de múltiplas frações das classes antagônicas da sociedade capitalista. Vale ressaltar que por mais que um conflito social seja a expressão do antagonismo da luta de classes, ele pode ocorrer também entre frações da mesma-classe, ou seja, entre grupos sociais que não são antagônicos. Isso também acontece nos conflitos socioambientais, pois ele pode ocorrer entre segmentos de uma mesma classe quando estes possuem interesses divergentes, ainda que seja predominante a existência de conflitos entre segmentos de classes opostas.

Na tradição marxista, o conflito é entendido como uma expressão da luta de classes de uma sociedade essencialmente contraditória e dialética; ele emerge da estrutura socioeconômica. É por meio dele que há a transformação histórica da sociedade. *O manifesto do partido comunista* inicia-se afirmando que na história da sociedade as classes sociais sempre se enfrentaram, “[...] estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito” (MARX, 2008, p. 8; suprimimos). É através dos conflitos entre as classes fundamentais que ocorreram mudanças estruturais na sociedade, pois “a luta de classes é o motor da história”.

Em nossa pesquisa bibliográfica observamos que há uma carência em encontrar uma literatura que aborde os conflitos socioambientais a partir da perspectiva teórica do materialismo histórico dialético. (Isso não ocorre exclusivamente com o tema dos conflitos, é uma questão que perpassa o debate ambiental como um todo). Apesar disso, não podemos deixar de conceituá-lo, pois favorece a visibilidade da existência de conflitos que envolvem sujeitos políticos impactados pela apropriação desigual dos recursos ambientais. Little (2001, p. 107) define

[...] os conflitos socioambientais como disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos. (suprimimos).

Ao restringir os conflitos à grupos sociais, o autor acaba suprimindo a dimensão classista dos conflitos socioambientais. Evidentemente que o conceito de Little não tem como suporte teórico o método crítico-dialético para compreensão dos conflitos. Entretanto, considerando as dificuldades de acesso à materiais bibliográficos que analisem os conflitos a partir do método marxiano e, considerando (como já dito), a importância da visibilidade dos conflitos socioambientais utilizamos este autor. O mesmo apresenta uma análise insuficiente sobre a essência dos conflitos socioambientais, mas que tem seus méritos. Embora não nos parece a melhor forma de análise, o estudioso apresenta uma classificação tipológica de tais conflitos, quais sejam: “(1) os conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais<sup>25</sup>, (2) os conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural<sup>26</sup>, e (3) os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais”<sup>27</sup> (LITTLE, 2001, p. 110). Em cada uma dessas categorizações existem vários subtipos específicos de conflitos que, segundo a autor, envolvem um conjunto de *atores sociais* particulares. Essa subdivisão, ao nosso ver, pode obscurecer mais do que elucidar nossa compreensão sobre as causas dos conflitos socioambientais, pois esse emaranhado de subtipos não trata sobre os fundamentos reais da origem de tais conflitos de forma clara, parecendo seguir um lastro próximo ao chamado campo pós-moderno. Sobre a problemática socioambiental, em uma certa passagem do mesmo texto, de forma que poderia ser considerada moralista, ainda afirma que

Durante séculos, o *orgulho do ser humano* era tão alto que pensava que não precisava se preocupar com o meio natural porque foi considerado como uma fonte inesgotável de recursos [...]. [E que] O surgimento de inúmeros problemas ambientais nas últimas décadas [...] teve a função de nos despertar de nossa *arrogância humana* e aceitar, mais uma vez, que no fundo somos animais com necessidades físicas e que a nossa sustentação depende, em última instância, do meio natural. (LITTLE, 2001, p.107-108; grifamos e suprimimos).

---

<sup>25</sup> Subtipo: a) A dimensão política é expressa por meio das disputas sobre a distribuição dos recursos naturais; b) A dimensão social destes conflitos é expressa por meio das disputas sobre o acesso aos recursos naturais; c) A dimensão jurídica destes conflitos é expressa por meio das disputas do controle formal sobre os recursos (LITTLE, 2001).

<sup>26</sup> Subtipo: a) Os casos de contaminação do meio ambiente são muitos e geram impactos negativos diferenciados nas populações do ambiente onde ocorre; b) O esgotamento de recursos naturais também gera impactos diferenciados nos grupos sociais, que não são fáceis de quantificar porque a profundidade do impacto somente ficará em evidência no futuro; c) A degradação dos ecossistemas é vinculada aos processos de contaminação e esgotamento, mas tem algumas particularidades (LITTLE, 2001).

<sup>27</sup> Subtipo: a) Os conflitos em torno de percepções de risco incrementam-se a cada dia devido ao fato de que novas tecnologias estão produzindo impactos que não são facilmente mensuráveis; b) Os conflitos sobre o controle formal dos conhecimentos ambientais residem na figura legal da propriedade intelectual, que dá exclusividade ao uso de informação à pessoa ou ao grupo considerado como o criador ou dono dessa informação; c) Os conflitos em torno dos lugares sagrados colocam distintas cosmovisões em choque (LITTLE, 2001).



Os termos “orgulho do ser humano” e “arrogância humana” denotam moralista a partir de uma abordagem positivista dos problemas socioambientais, pois generalizam a categoria *humano*, desistoricizando-a, abstraindo suas relações com a forma de apropriação dos recursos naturais no modo de produção capitalista. Embora essa análise seja guiada por uma abordagem conservadora, ao nosso ver, em algumas passagens do texto o autor traz observações pertinentes, ao dizer, por exemplo, que no cenário neoliberal

[...] as empresas transnacionais se colocam como um dos principais atores sociais no desenvolvimento da crise ambiental, particularmente devido à sua constante necessidade de aumentar sua produção, o que tende a esgotar os recursos naturais não-renováveis e acelerar a degradação dos ecossistemas. (LITTLE, 2001, p.117; suprimimos).

Assim, percebemos que as abordagens sobre os conflitos socioambientais, de autores contemporâneos, são por vezes problemáticas, por não tratar o tema a partir de uma perspectiva de totalidade das relações sociais, a qual apresenta os reais fundamentos dos conflitos socioambientais. Na literatura consultada encontram-se outros conceitos de conflitos ambientais:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, pela água, ar ou sistemas vivos – decorrentes de exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. (ACSERLALD, 2004, n. p; suprimimos)

A definição supracitada sustenta que os conflitos ambientais envolvem grupos que têm interesses distintos com relação à apropriação e o uso dos recursos ambientais. Há, por sua vez, os sujeitos causadores dos problemas ambientais, aqueles que geram os conflitos e os sujeitos que são impactados pela apropriação dos bens ambientais. Isso compromete a existência de práticas sociais e culturais de grupos tradicionais que têm uma relação particular com seu território. Para Quintas (2006, p. 66-67), “um conflito ocorre quando atores sociais tomam consciência de dano e/ou risco ao meio ambiente, se mobilizam e agem no sentido de interromper ou eliminar o processo de ameaça”.

Podemos denominar os conflitos ambientais de *conflitos socioambientais*, pois as consequências da destrutividade ambiental impactam tanto o meio ambiente quanto o homem. De acordo com Scotto, (1997, p. 25) “os conflitos entre interesses privados e interesses coletivos ou públicos relacionados aos problemas ambientais são conflitos sociais porque envolvem a natureza e a sociedade, mas acontecem a partir de um tipo determinado de organização da sociedade”, qual seja, o modo de produção capitalista. Desse modo, os conflitos socioambientais devem ser entendidos a partir de uma perspectiva que visualize a indissociabilidade entre o meio ambiente e a sociedade. As comunidades tradicionais, por exemplo, ao se relacionarem com o meio ambiente, atribuem um significado que expressa ligação entre produção material e produção espiritual. O meio ambiente é envolvido na totalidade da vida social, em que

Os objetos que constituem o “ambiente” não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, pois eles são culturais e históricos: os rios para as comunidades indígenas não apresentam o mesmo sentido que para as empresas geradoras de hidroeleticidade; a diversidade biológica cultivada pelos pequenos produtores não traduz a mesma lógica que a biodiversidade valorizada pelos capitais biotecnológicos etc. Por outro lado, todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio, interagem e conectam-se materialmente e socialmente, seja através das águas, do solo ou da atmosfera. Este caráter indissociável do complexo formado pelo par sociedade-meio ambiente justifica, pois o entendimento de que as sociedades se reproduzem por processos sócio-ecológicos (ACSERLD, 2004, n.p.).

Os conflitos socioambientais acontecem por disputas pelo acesso aos recursos ambientais envolvendo diferentes sujeitos sociais: trabalhadores urbanos, populações ribeirinhas, extrativistas, quilombolas, indígenas, agricultores familiares, trabalhadores urbanos entre outros. Ou seja, são frações da classe trabalhadora que têm o seu território e o seu patrimônio cultural ameaçados por um modelo de desenvolvimento econômico em que as forças políticas e dirigentes do aparato estatal posicionam-se ao favor do capital com a finalidade de garantir seus interesses por meio da flexibilização das legislações ambientais que precedentemente foram estabelecidas por esse mesmo Estado.

As populações tradicionais de extrativistas e pequenos produtores que vivem nas regiões de fronteira de expansão das atividades capitalistas, como os grandes empreendimentos hidrelétricos, viários, de exploração mineral, agropecuários e madeireiros, são expropriadas dos recursos ambientais sofrendo as pressões do deslocamento compulsório de suas áreas de moradia e trabalho, perdendo o acesso à terra, às matas e aos rios dos quais depende sua sobrevivência, ou são forçadas a conviver com a degradação ambiental e

social produzida por estes empreendimentos. Essa situação reflete um mesmo processo: a concentração de poder na apropriação dos recursos ambientais (MUNIZ, 2009, p. 188).

Os conflitos socioambientais não envolvem somente populações tradicionais. A população urbana, principalmente os moradores que residem nas áreas periféricas das grandes cidades, são impactadas. Segundo Smith (2000 apud BRAGA e COSTA, 2004, p. n.p.), no Brasil “[...] aterros sanitários, incineradores de lixo, aeroportos, plantas industriais de produtos tóxicos, atividades geradoras de ruídos e outras atividades de risco localizam-se em bairros de periferia ou em municípios de baixa renda”. Numa sociedade em que a produção e a apropriação da riqueza se dão de forma desigual, os danos socioambientais destinam-se em maior parte “[...] às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (BRAGA; COSTA, 2004, p. n.p.) Ou seja, os conflitos socioambientais geralmente envolvem grupos sociais oriundos da classe trabalhadora – classe historicamente explorada e dominada pela classe burguesa – sejam estas populações tradicionais ou não.

Com relação às formas de enfrentamento dos conflitos ambientais, Quintas (2009) ressalta que o Poder Público deve mediar os interesses e conflitos dos sujeitos sociais na apropriação dos bens ambientais construindo consensos com os atores envolvidos no processo. O Estado tenta resolvê-los por meio da gestão ambiental pública. Esta é

[...] entendida como processo de mediação de *interesses e conflitos* (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o **direito** ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal (PRICE WATERHOUSE 1992, apud QUINTAS, 2008, p.32-33, grifado no original; suprimimos).

Para Quintas (2006, p. 30-31, grifado no original), é necessário que a gestão ambiental seja participativa, pois as decisões sobre a apropriação dos recursos naturais, seus impactos e seus benefícios são distribuídos *social e geograficamente* na sociedade de modo **assimétrico**. Ou seja, as intervenções no campo ambiental afetam os grupos sociais desigualmente. Um conflito socioambiental é causado, por exemplo, quando

Um determinado empreendimento pode representar lucro para empresários, emprego para trabalhadores, conforto pessoal para moradores de certas áreas, votos para políticos, aumento de arrecadação para Governos, melhoria da qualidade de vida para parte da população e, ao mesmo tempo, implicar prejuízo para outros empresários, desemprego para outros trabalhadores,

perda de propriedade, empobrecimento dos habitantes da região, ameaça à biodiversidade, erosão, poluição atmosférica e hídrica, desagregação social e outros problemas que caracterizam a degradação ambiental (QUINTAS, 2006, p. 30-31)

Little (2001) elenca cinco tipos de tratamento de conflitos socioambientais, quais sejam: a *confrontação*, que acontece a partir de marchas, greves, boicotes, violência e intimidação física ou simbólica (por meio de campanha da mídia); a *repressão*, que ocorre por meio da força policial ou através de sanções e multas estatais; a *manipulação política*, esta acontece através de práticas determinadas por relações clientelistas e coronelistas de suborno e cooptação a determinados grupos sociais; a *negociação e mediação*, este tipo de tratamento de conflito ocorre através de meios formais, ou seja, são criados espaços de cidadania para realizar negociações. Quando a mediação é voluntária denomina-se de facilitação; se a mediação é obrigatória definimos como arbitragem; e o *diálogo/cooperação*, que estabelece uma colaboração voluntária para eliminar as causas dos conflitos. Neste caso, usam-se metas de conciliação, mas isso não é simples quando os danos causados são irreparáveis e, muitas vezes, esse tipo de tratamento pode ocorrer por meio de uma imposição ideológica de consenso. Alguns desses tipos de tratamento de conflitos socioambientais também são citados por Viégas (2007). Este autor ressalta que no Brasil há uma insuficiência de metodologias de resolução para esses conflitos em comparação a outros países<sup>28</sup>.

O uso de metodologias de resolução de conflitos no caso brasileiro é bastante incipiente quando comparado à literatura internacional, rica em métodos de apoio à negociação ou sobre a mediação de conflitos. Em diversos países como Estados Unidos, Canadá, China, França, Inglaterra, Noruega, Espanha etc., o instrumento de resolução de conflitos é bastante utilizado [...] os principais instrumentos seriam: a negociação direta; a conciliação; a facilitação; a mediação; e a arbitragem. (VIÉGAS, 2007, p. 35; suprimimos).

Segundo Little (2001, p. 119), “[...] um mesmo conflito pode passar por vários tipos de tratamento dependendo da fase no qual se encontra e dos resultados dos tratamentos anteriores”. O mesmo autor ressalta que a *negociação/mediação* geralmente é usada depois de empregadas outras formas de tratamento. Todavia, o autor não apresenta nenhum indicativo de que seja

---

<sup>28</sup> Bredariol (2001 apud VIÉGAS 2007, p. 27) “chama a atenção para a relação entre ‘conflito ambiental’ e ‘política pública’ nos diversos momentos da história em que casos concretos de conflito ambiental foram cruciais para a criação de leis de política ambiental, como a de controle da poluição industrial, de agosto de 1975, assim como para a criação de órgãos ambientais, tais como a SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior - no ano de 1973, entidade gestora da Política Nacional do Meio Ambiente no Brasil até a criação do IBAMA, pela lei 7735, e do MMA, ambos em 1989, o que reestruturou a política ambiental brasileira”.

utilizada concomitantemente mais de uma estratégia para solucionar os conflitos socioambientais. A *negociação/mediação* possibilita a “criação de espaços de cidadania fundamentados em ações conscientes e legais por todas as partes envolvidas no conflito”. (LITTLE, 2001, p. 121). O consenso<sup>29</sup> que se tenta estabelecer na resolução dos conflitos socioambientais através da negociação pode ser fragilizado devido à correlação de forças entre os grupos envolvidos, presentes nos espaços públicos. Conforme Acsehrad, (et al, 2009, p. 100-101)

[...] As tecnologias de formação de consenso são formuladas a fim de caracterizar todo litígio como um problema a ser eliminado. E todo conflito remanescente tenderá a ser visto como resultante da carência de capacitação para o consenso e não como expressão de diferenças reais entre atores e projetos sociopolíticos e territoriais a serem trabalhadas no espaço público. A disseminação de práticas de resolução negociada tende a dissolver a discussão sobre *direitos* para reintroduzir a variável ‘força’ em conflitos particulares: o encaminhamento do conflito não se dá pela discussão sobre aquilo que é justo ou injusto, mas pela maior ou menor capacidade dos agentes de barganharem seus interesses, tidos como de foro ‘privado’. (suprimimos).

Devemos ressaltar que nenhum desses tipos de tratamento eliminam os conflitos socioambientais definitivamente. Algumas formas de enfrentamento são apenas um paliativo que resultam na criação de consenso. Outras se configuram em repressão às formas de resistência e lutas dos sujeitos envolvidos. Portanto, os conflitos socioambientais não serão superados, visto que os fundamentos que estruturam o modo de produção capitalista não permitem eliminá-los. Sabemos que os conflitos socioambientais como expressão da luta de classes são resultantes da apropriação desigual dos recursos da natureza, da exploração da força de trabalho e da expropriação dos meios de produção dos produtores diretos. Contudo, é relevante ampliar o debate dos conflitos socioambientais, pois favorece a visibilidade da existência de conflitos que envolvem sujeitos políticos impactados pela apropriação desigual dos recursos ambientais.

---

<sup>29</sup> O termo consenso denota a existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, normas, bem como quanto aos objetivos almejados pela comunidade e aos meios para os alcançar. O consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade. Se se considera a extensão virtual do consenso, isto é, a variedade dos fenômenos em relação aos quais pode ou não haver acordo e, por outro lado, a intensidade da adesão às diversas crenças, torna-se evidente que um consenso total é um tanto improvável mesmo em pequenas unidades sociais, sendo totalmente impensável em sociedades complexas. Portanto, o termo consenso tem um sentido relativo: mais que de existência ou falta de consenso, dever-se-ia falar de graus de consenso existentes em uma determinada sociedade ou subunidades. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 240)

A noção de conflito ambiental é estratégica por permitir a análise das disputas entre grupos sociais por objetivos e interesses conflitantes no uso do território e dos recursos naturais existentes, incluindo, além dos agentes econômicos e populações, as instituições estatais. Enquanto inúmeras injustiças ambientais permanecem invisibilizadas pela força aniquiladora do poder político e econômico, somada às dificuldades de mobilização das comunidades e populações afetadas, os conflitos surgem justamente pela emergência de formas organizadas de resistência e afirmação de outros projetos de desenvolvimento e sociedade. (PORTO et al, 2014, p. 4073-4074)

Ao longo da discussão realizada neste capítulo concluímos que as consequências da “questão ambiental”, na fase atual do capitalismo conhecida como “novo imperialismo”, nos termos de Harvey (2004), alcançaram magnitudes até então desconhecidas na história da humanidade. A crise estrutural do capital e seus mecanismos de saída para superar o problema da superacumulação trouxeram graves rebatimentos para o meio ambiente, pois “[...] o esgotamento previsível de certos recursos naturais chaves [...] afetam as condições elementares, físicas, da reprodução social [...]. Ele incorpora sofrimentos terríveis e a guerra em todos os níveis” (CHESNAIS, 2007, p. 20-21; suprimimos). Outro rebatimento da crise estrutural revela-se na submissão dos Estados-nação de economia periférica aos processos de acumulação por despossessão, realizados pelas grandes corporações dos países de economia central. O Brasil, por possuir volumes consideráveis de recursos naturais, tem atraído investimentos do capital financeiro internacional, o qual está articulado com o modelo econômico desenvolvimentista adotado pelos governos brasileiros, que estabelecem condições favoráveis à expansão da fronteira do agronegócio e à criação de grandes projetos de empreendimento econômico. Notadamente, a região Nordeste e o estado de Sergipe têm se tornado arena de conflitos socioambientais causados pela privatização dos recursos naturais com anuência do Estado, resultando na expulsão das populações tradicionais de seus territórios sendo sacrificadas suas condições de existência e sua cultura em detrimento dos interesses econômicos do capital.

**CAPÍTULO II:**  
**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM SERGIPE**

#### 4. Particularidades da formação socio-histórica brasileira: pressupostos para compreensão do quadro econômico da região Nordeste e do estado de Sergipe

A mundialização do capital, sob a égide do neoliberalismo, engendrou profundas transformações no espaço agrário. O capitalismo monopolista-financeiro atua na mundialização da agricultura, que atualmente estrutura-se na produção de *commodities*. O processo de modernização agrícola, conhecido como “revolução verde”, subordinou o campo à lógica do capital ao introduzir procedimentos tecnológicos na agropecuária. A estrutura fundiária brasileira, historicamente excludente, tem pressionado violentamente o campesinato brasileiro e dificultado ainda mais a realização da reforma agrária com o modelo do agronegócio, que incorpora sobremaneira a mecanização e tantos outros processos científicos-tecnológicos.

Segundo Andrades e Ganimi (2007) os conhecimentos da indústria química para atender as necessidades da indústria bélica na segunda guerra mundial viabilizaram o surgimento da “revolução verde”, pois foram usados para produzir agrotóxicos a serem utilizados na agricultura. Após a segunda guerra mundial, os grandes capitalistas notaram que a produção de alimentos seria um setor econômico que propiciaria grande lucratividade. Já estavam prontas as bases técnicas para implementar a “revolução verde”. Porém, faltava a legitimidade dos aspectos políticos, econômicos e sociais para que isso se concretizasse. O fim da guerra fria expôs o cenário de fome com todas as formas de miserabilidade. Este então foi o momento propício para instaurar a “revolução verde”, com o argumento de que seria necessário alcançar uma alta produtividade na produção de alimentos para solucionar o problema da fome. No entanto, a “revolução verde” não resolveu o problema da fome, e nem haveria resolver, pois o objetivo do capital era dominar a agricultura para maximizar o lucro.

As novas regras e as novas tecnologias genéticas permitiram a mundialização do modelo *agribusiness*. Com a meta de maximizar lucros através do controle de custos de produção e comercialização, com um nível de controle que vem da semente até a embalagem do produto, o agronegócio tem sido representado como forma mais avançada de capitalismo no campo (WELCH, 2010, p. 02)

No quadro atual do desenvolvimento da economia brasileira o Nordeste integra-se no modelo de desenvolvimento voltado à expansão do agronegócio. Esta expansão determina a forma como a região está inserida na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), no atual estágio do desenvolvimento capitalista. Atualmente, a economia nordestina apresenta novas configurações. A inserção do capitalismo no campo, através da mecanização da agricultura e do uso de técnicas modernas que elevam a produtividade são elementos que caracterizam as



transformações nesta região e mostram que esse processo modelou historicamente a economia nordestina, intensificando a manutenção da concentração fundiária.

Sergipe, enquanto estado nordestino, também apresenta elementos que determinam o desenvolvimento de uma economia sustentada no modelo monocultor/agroexportador. Neste capítulo apresentaremos as características da expansão deste modelo na região Nordeste e analisaremos a configuração dos conflitos socioambientais do estado de Sergipe na relação com essa expansão. Pretendemos identificar quais são os recursos em disputa nestes conflitos e quais são os elementos deflagradores. Em vista disso, faz-se necessário compreender traços essenciais das particularidades da formação socio-histórica brasileira, fazendo uma relação com os aspectos da economia do Nordeste e de Sergipe.

As colonizações do Brasil e dos demais países da América Latina foram uma das bases das relações mercantis que se constituíram em fonte de acumulação primitiva de capital. Nesse período o capitalismo mercantil europeu foi consolidado. A partir da expansão marítima, inicia-se a exploração predatória dos recursos naturais e a produção de gêneros tropicais para atender o mercado externo. Esta é a essência que estrutura a formação econômico-social do Brasil.

[...] nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira. (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 23; suprimimos).

O Brasil não conseguiu, por muito tempo, constituir uma acumulação primitiva de capital suficiente para estabelecer o modo especificamente capitalista de produção, pois a exploração da produção econômica foi instrumento do desenvolvimento do capitalismo no âmbito internacional. O processo de formação do território brasileiro foi construído por meio da *colonização de exploração*. Esta é baseada no sistema de *plantation*, o qual se estrutura na propriedade do latifúndio; nas formas de trabalho escravo; na monocultura; e no monopólio colonial, que se configurou no chamado *pacto colonial*, ou seja, a colônia comercializava apenas com a metrópole e só podia produzir o que ela permitisse. A produção de manufatura pela colônia geralmente era proibida. Esta exportava matérias-primas e importava bens manufaturados. Conforme Mello (2009, p. 33) na economia do sistema colonial havia um

[...] determinado padrão de comércio: exportam-se produtos coloniais e se importam produtos manufaturados e, no caso de economias fundadas na escravidão negra, escravos. Por outro lado, a articulação economia metropolitana-economia colonial a isto não se resume, porque este padrão de comércio se efetiva através do monopólio de comércio exercido pela burguesia comercial metropolitana [...] (suprimimos).

Podemos afirmar que a regra do exclusivismo colonial representa a primeira forma de inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT)<sup>30</sup> na fase da expansão e consolidação do capitalismo mercantil no período das grandes navegações. A subordinação do Brasil ao controle mercantilista de Portugal o obrigava a produzir gêneros tropicais que eram exportados exclusivamente para a Metrópole. A primeira atividade econômica voltada para atender aos interesses dos europeus foi a extração do pau-brasil. De acordo com Santos (2012, p. 56), “Até 1530 a exploração do pau-brasil deu conta de satisfazer os interesses extracionistas. Após isso, o que havia dessa madeira no litoral esgotou-se, obrigando a metrópole a pensar para além de feitorias comerciais”. Portugal, a metrópole, passou então a explorar as terras da região Nordeste do Brasil para plantação da cana-de-açúcar.

A colonização no Brasil do séc. XVI estava ligada fundamentalmente à indústria açucareira. Em sua fase inicial de colonização, Portugal encontrou na produção de cana-de-açúcar no Brasil e a Espanha na extração de ouro de suas colônias da América do Sul e Central as fontes de riqueza que garantiam a manutenção de seus empreendimentos coloniais. No Brasil, a existência de uma economia de *plantation* está bastante relacionada com os interesses dos proprietários das melhores terras que lucravam enormemente com as culturas de exportação. Foi esse período que consolidou, do Brasil Colônia até o presente momento, o latifúndio, isto é, a grande propriedade rural, a vinculação dependente do país em relação ao exterior, a monocultura de exportação, a escravidão e suas consequências. (ALCOFORADO, 2003, p. 113; grifado do original).

A região Nordeste foi o principal alvo da metrópole portuguesa para consolidar o processo de povoamento e colonização do Brasil, pois sua localização no norte da faixa litorânea permitiu o fácil acesso aos colonizadores. Além disso, as características físico-geográficas são favoráveis à cultura da cana-de-açúcar

[...] a qualidade do solo revelar-se-ia surpreendentemente propícia, em alguns pontos pelo menos da extensa costa. Foi o caso, particularmente, do Extremo-

---

<sup>30</sup> Segundo Pochmann (2001, p. 18; suprimimos) “[...] a Divisão Internacional do Trabalho tende a expressar diferentes fases da evolução histórica do capitalismo, inicialmente como relação dicotômica entre bens manufaturados e produtos primários, para, posteriormente, expressar uma relação entre produtos industriais de maior e de menor valor agregado e alto e baixo coeficientes tecnológicos e, mais recentemente, uma relação entre serviços de produção e bens manufaturados. Essas relações, que sustentam distintas divisões de trabalho, podem ocorrer simultaneamente no tempo entre nações do centro, da semiperiferia e da periferia”.

Nordeste, na planície litorânea hoje ocupada pelo Estado de Pernambuco; e do contorno da Baía de Todos os Santos (o *recôncavo baiano*, como seria chamado). Não seriam aliás os únicos: de uma forma geral, toda a costa brasileira presta-se ao cultivo da cana-de-açúcar. (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 32; grifado do original; suprimimos).

Nesta época iniciou-se em Sergipe o processo de povoamento, com a primeira tentativa de colonização pelos jesuítas no ano de 1575. Sergipe era integrado à capitania da Bahia, sendo alvo dos traficantes franceses que vinham explorar o pau-brasil. Tendo em vista a necessidade de estreitar as relações comerciais entre Recife e Salvador, principais núcleos econômicos da época, e para tentar expulsar os franceses, foi fundada a cidade de São Cristóvão, em 1590, embora o território sergipano não tenha se independizado da Bahia. A partir daí, principalmente entre os séculos XVII e XVIII, Sergipe se destaca com as atividades pecuárias. (SILVA, 2001, p. 13). Este mesmo autor faz uma síntese da formação econômica sergipana ao afirmar que

O Estado de Sergipe, desde o início de sua colonização, manteve-se atrelado a formas arcaicas de relações sociais, ou seja, das economias mercantis anteriores ao aparecimento do capitalismo. Ademais, a escravidão imprimiria a marca mais retrógrada da economia Sergipana, que variava a predominância de sua dependência entre a criação de gado, a cultura do algodão e da cana-de-açúcar. A cultura do coco-da-baía e as atividades agrícolas de subsistência - ligadas à produção de milho, feijão e mandioca – complementariam, com indústria têxtil, surgida no século XIX, a estrutura produtiva do Estado<sup>31</sup> (SILVA, 2001, p. 16).

Ainda no período colonial, com a decadência da produção da cana-de-açúcar, no século XVIII, houve a descoberta de jazidas auríferas. A mineração teve seu momento de auge, principalmente na colonização. O centro político-econômico que estava localizado no Nordeste foi deslocado para o Sudeste. A capital do Brasil foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, para melhor controlar a atividade da mineração. Após a crise do sistema

---

<sup>31</sup> “Ainda no início do século XIX acirraram-se os conflitos entre os senhores de engenho locais e os comerciantes baianos, motivando movimentos emancipatórios que culminaram com a elevação de Sergipe à categoria de Capitania, em 1820, totalmente independente do governo baiano [...]. Com a expansão da economia açucareira, a província de Sergipe prosperou e foram instaladas praças comerciais importantes, inclusive casas exportadoras europeias nos municípios de Maruim e Laranjeiras, que contribuíram para impulsionar as relações com os mercados internacionais. Nesse sentido, a indústria do açúcar propiciou a integração de Sergipe ao fluxo de comércio internacional e à formação de um complexo econômico local, inicialmente escravista, em seguida, capitalista” (PASSOS SUBRINHO, 1987 apud MELO et. al, 2009, p. 333). Observa-se que no período colonial a economia Sergipana destacou-se na produção do açúcar não apenas no âmbito local, mas também no âmbito nacional e internacional. Os dados revelam que “em 1910, Sergipe já possuía 62 usinas, um número expressivo frente às 134 usinas existentes em todo o Nordeste. Tratava-se, todavia, de unidades de menor porte. Em 1920, Sergipe contava com 70 das 233 usinas existentes no Brasil e respondia por 4,8% da produção nacional” (MELO at al, 2009, p. 333).

colonial inicia-se um período marcado por tensões políticas que se desencadeiam na independência do Brasil. Segundo Prado Júnior (2007, p. 51-52)

[...] a Independência se fez por uma simples transferência política de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas nesse processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o regente e sua política. Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isso lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto (suprimimos).

Observamos que a independência do Brasil ocorreu com a exclusão das classes subalternas do processo de decisão política, uma das principais particularidades de nossa formação sócio-histórica. A referida particularidade é uma característica de todas as regiões brasileiras. “[...] Em Sergipe, como de resto em todo país, historicamente, as massas populares sempre foram mantidas afastadas dos acontecimentos políticos” (SILVA, 2001, p.19).

Após a independência é instaurado o regime monárquico. Nesta época a produção cafeeira na região Sudeste torna-se a base da economia do país. A produção do café, assim como o pau-brasil, a cana-de-açúcar e o ouro, estiveram voltados para atender aos interesses do mercado internacional. Apesar de no período monárquico ter havido a liberdade de comercializar com qualquer país, a subordinação estabelecida na Divisão Internacional do Trabalho não foi alterada, pelo contrário

[...] assistia agora a seu reforçamento: em lugar das restrições do regime de colônia, operava agora a liberdade comercial no sentido de resguardar e assegurar uma organização econômica disposta unicamente para produzir alguns poucos gêneros destinados à exportação (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 133; suprimimos).

Ainda segundo Prado Júnior (1969), as transformações econômicas e político-ideológicas lançaram as bases para a abolição do trabalho escravo e o surgimento do trabalhador livre. No período da República Velha houve uma aliança entre as oligarquias paulista e mineira que dominavam a política do país. Assim, os imigrantes europeus que chegaram ao Brasil para trabalhar nas lavouras de café tornaram-se os primeiros trabalhadores assalariados. Além do café outros produtos exportáveis, como a borracha, o cacau, o mate e o fumo ganham destaque na República Velha. Mas também são dados os primeiros passos para a industrialização, por meio de empréstimos de iniciativa do capital estrangeiro no Brasil para construção de estradas de ferro, linhas de navegação e investimento nos setores do comércio e da indústria,

impulsionando a consolidação do modo especificamente capitalista no Brasil. Ainda assim o setor agroexportador brasileiro continua sólido, pois “o Brasil tornar-se-á neste momento um dos grandes produtores mundiais de matérias-primas e gêneros tropicais” (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 208).

Essas características revelam a essência da formação socio-histórica brasileira, que se manifesta desde o período da colonização até os dias atuais. Netto (2006; grifamos) faz uma síntese das principais características: 1) *não foi realizada uma ruptura com o monopólio colonial da terra*. A velha estrutura do latifúndio permaneceu integrada à dinâmica da constituição do capitalismo brasileiro. As transformações estruturais que ocorreram em países ocidentais, nos processos de revolução burguesa, como a reforma agrária, não aconteceram em nosso país; 2) *houve uma exclusão das classes populares dos processos de decisão política*. Desde o sistema colonial a massa do povo não participava efetivamente das reformas político-econômicas. Mesmo nos momentos de disputas, em que a força política da classe trabalhadora parecia eliminar as velhas estruturas e realizar grandes transformações sociais, a classe dominante conseguia, por meio de reformas pelo alto, direcionar os caminhos da história na manutenção da ordem social; 3) *o papel do Estado e sua relação com as agências da sociedade civil, especificamente, a partir de 1930*. O Estado, em meio à luta de classes, age para atender aos interesses da burguesia agroexportadora, seja através dos instrumentos de coerção e repressão às classes subalternas, seja por meio da incorporação de mecanismos ideológicos que apassivam as classes populares para garantir a ordem social. Coutinho (2011, p. 143-144) corrobora com esta reflexão sobre as características das particularidades da formação socio-histórica do Brasil.

O desenvolvimento do capitalismo que se processava sem rupturas com a economia pré-capitalista e dependente não apresentava as mesmas características revolucionárias que tivera na Europa Ocidental. [...] No Brasil, bem como na quase generalidade dos países coloniais dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas - mesmo utópicas - de realizar na prática o ideal do ‘cidadão’ e da comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas ‘pelo alto’, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva (suprimimos).

No Brasil a transição para o modo de produção capitalista concorrencial teve como marco a revolução de 1930. Porém, diferentemente dos países europeus<sup>32</sup>, no Brasil ocorreu, segundo Gramsci, uma “revolução passiva” que

[...] consiste numa sequência de manobras ‘pelo alto’, de conciliações entre diferentes segmentos das elites dominantes, com a consequente exclusão da participação popular. Decerto, a ‘revolução passiva’ opera mudanças necessárias ao ‘progresso’, mas o faz no quadro da conservação de importantes elementos sociais, políticos e econômicos da velha ordem (COUTINHO, 2011, p. 210; suprimimos).

A oligarquia agroexportadora “[...] se converteu no pão da transição para ‘*Brasil moderno*’[...]” (FERNANDES, 1976, p. 210; grifado no original; suprimimos). Portanto, no Brasil, o processo de transição para o capitalismo é estruturado sob uma base conservadora e reformista – renova-se para preservar as velhas estruturas. Ainda que tenha havido transformações no processo de consolidação do capitalismo concorrencial, as mudanças foram direcionadas para preservar os alicerces da estrutura socioeconômica. De acordo com Coutinho (2011, p. 247) aqui

[...] se fundiram [...] o ‘velho’ e o ‘novo’, antiga aristocracia comercial com seus desdobramentos no mundo dos negócios e as elites dos imigrantes com seus descendentes prevalecendo, no conjunto, a lógica da dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes. [...] A preservação e a renovação das estruturas de poder, herdadas no passado, só interessavam como instrumento econômico e político: para garantir o desenvolvimento capitalista interno e sua própria hegemonia econômica, social e política (suprimimos).

Segundo Fernandes (1976), após a revolução burguesa no Brasil de 1930, a burguesia nacional recebeu pressão externa e interna de segmentos da sociedade. Primeiro, havia uma pressão do capital internacional para que o Brasil desenvolvesse um capitalismo que se ajustasse às necessidades do capitalismo monopolista mundial. Por isso que a substituição do sistema escravista pelo trabalho assalariado, por exemplo, foi algo essencial para operar mudanças econômicas, sociais e políticas favoráveis à constituição da burguesia industrial nacional, que começava a investir na industrialização após a crise da economia cafeeira. Segundo, havia duas pressões internas: do proletariado e das massas populares que aspiravam à construção de um novo pacto social em que seus interesses pudessem ser atendidos (estes

---

<sup>32</sup> Nos países centrais os processos de revolução burguesa são denominados, nos termos de Lênin, de “revolução clássica”. Nesses casos houve uma ruptura com o modo de produção feudal e as massas populares, como parte do chamado Terceiro Estado, foram mobilizadas para fazer a revolução junto à burguesia, que posteriormente torna-se a nova classe dominante. Entretanto, houve ruptura com o monopólio da terra e o ideal da democracia e dos direitos do cidadão era a programática geral. (COUTINHO, 2011)

segmentos foram reprimidos pela revolução de 1930, a qual foi instaurada “de cima para baixo”); e do Estado, de caráter nacionalista/conservador, que buscava intervir na economia para controlar a entrada de capital privado no país.

Entretanto, “para reagir a essas pressões “[...] os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma contra-revolução autodefensiva [sic], através da qual a forma e as funções da dominação burguesa se alteraram substancialmente” (FERNANDES, 1976, p. 255). Assim, a burguesia associou-se ao capital estrangeiro e tornou o Estado um instrumento de apoio ao poder burguês para reprimir a ameaça das classes subalternas de realizar uma revolução democrático-burguesa nos moldes dos países europeus. Contudo, Santos (2012, p. 113) ressalta que

[...] o caráter restaurador, transformista, não retira os efeitos progressistas acionados pelas contradições histórico-concretas que tais mudanças operam. Isso significa dizer que embora a intencionalidade das classes dominantes ao desencadear os processos de ‘revolução passiva’ seja predominantemente conservadora, seus resultados, na realidade histórica, não correspondem unicamente a estas intenções. Muitas vezes desencadeiam, no mesmo movimento, importantes conquistas de cunho reformista que se constituem como pré-requisito necessários à superação da ordem. Eis a contraditoriedade dos processos de ‘revolução passiva’: restauração e progresso histórico se realizam como dois lados de uma mesma moeda. (suprimimos).

Com relação às “conquistas de cunho reformista”, faz-se necessário destacar que no Brasil houve três momentos históricos determinantes: a revolução de 1930, que estabeleceu um processo de modernização conservadora, pois não objetivou a ruptura das bases estruturais do antigo sistema colonial, pelo contrário, uniram-se velhos e novos padrões de organização social e mantiveram-se erguidas as particularidades socioeconômicas do Brasil; o período do governo de João Goulart (Jango), que deu fôlego às propostas de reformas de base, que colocavam em risco a estrutura econômica e política do capitalismo no país. Isso fez com que a autocracia burguesa, mantendo-se “[...] sempre pronta a alijar as massas trabalhadoras dos processos políticos do país, através de contra-revoluções [sic] constantes, no sentido de manter inalterado o *status quo* econômico e político [...]” (MAZZEO, 1997, p. 22; suprimimos; grifado do original), engendrasses estratégias para instaurar o golpe militar ocorrido em 1º de abril de 1964<sup>33</sup>. O outro momento que abriu uma possibilidade de transformação social, com base popular, foi o período da década de 1980, que nasceu sob a influência das transformações

---

<sup>33</sup> Há uma divergência de análise entre os pesquisadores que estudam a formação econômica e social do Brasil. Alguns destacam em sua abordagem que havia uma tentativa de concretização de processo revolucionário no governo de Jango. Para outros pesquisadores o que houve de fato, naquela época, foi apenas uma tentativa de implantação de um governo democrático-popular.

político-culturais dos anos 1960 e das greves iniciadas nos anos 1970 contra o regime autocrático burguês. A luta pela redemocratização na década de 1980 criou um momento de efervescência política que possibilitou a organização da classe trabalhadora, por meio da participação atuante dos sindicatos, articulados às lutas populares pelo fim da ditadura militar. Nesta época foram criados o Movimento dos trabalhadores Rurais (MST); a Central Única dos Trabalhadores (CUT); e o Partido dos Trabalhadores que, direcionados por uma base político-ideológica, iam de encontro aos interesses político-econômicos da autocracia burguesa. Todo esse processo impulsionou a participação do PT na disputa presidencial das eleições de 1989. Estes dois últimos momentos históricos indicaram uma possibilidade de superação das particularidades da formação sócio-histórica brasileira.

Os processos supracitados revelam que as particularidades da formação socio-histórica brasileira estão bem enraizadas na base da estrutura social do país, pois a subserviência da classe dominante brasileira ao capital internacional é intrínseca à formação do capitalismo mundial. A hegemonia do capitalismo europeu e suas formas de dominação e exploração das colônias deixaram consequências que implicaram no nascimento de uma burguesia (não apenas brasileira, mas uma de uma burguesia latino-americana) frágil e subalterna em relação à burguesia europeia. No Brasil, o capitalismo

[...] se articula enquanto elo débil da cadeia imperialista (e com isso sua burguesia), conformando ontologicamente, a partir da insuperabilidade histórica de sua condição (genético-estrutural) de colônia; quadro esse extensivo a todos os países da América Latina [...]. Essa debilidade econômica [...] não permitirá que a burguesia brasileira instale na vida política nacional os elementos democráticos típicos das burguesias que alcançaram o poder pondo abaixo a ordem anterior, pela via da revolução (MAZZEO, 1997, p. 21; suprimimos).

A constituição do capitalismo brasileiro é de caráter dependente e tardio. Desde o período colonial sua produção econômica é primário-exportadora, voltada para atender ao mercado externo, como já ressaltado. Isso determina o lugar subalterno do Brasil na divisão internacional do trabalho (FERNANDES, 1976). No cenário econômico mundial o Brasil depende da produção tecnológica dos países centrais para desenvolver uma economia industrializante. O processo de industrialização do Brasil ocorreu, segundo Mello (2009), de forma retardatária, com a industrialização por substituição de importações<sup>34</sup>, marcada pelo desenvolvimento da indústria leve de bens de produção e, posteriormente, da indústria pesada.

<sup>34</sup> Segundo Mello (2009, p. 79; grifado do original) o processo de substituição de importações aconteceu em duas fases: “[...] na primeira, a de industrialização extensiva, a substituição ocorre na faixa dos bens de consumo



O autor afirma ainda que “[...] até 1955 há um processo de industrialização restringida [...] porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção [...]” (MELLO, 2009, p. 89-90; suprimimos). A industrialização expande-se a partir de uma política econômica de Estado que determina a proibição de importações para que não houvesse concorrentes e a competitividade não impedisse o crescimento do setor da indústria nacional. A segunda fase da substituição de importações é datada por Mello (2009) entre 1956 a 1961. Esta segunda etapa demarca o processo de industrialização pesada no Brasil que foi comandado pelo Estado e pelo capital estrangeiro.

[...] o nascimento tardio da indústria pesada implicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume de investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas empresas oligopolistas dos países industrializados (MELLO, 2009, p. 91; suprimimos).

A “autocracia burguesa” propiciou o desenvolvimento e a consolidação da industrialização pesada. Neste período havia no Brasil dois projetos de sociedade ideologicamente contraditórios: o projeto democrático popular, que se erguia no seio da luta da classe trabalhadora por meio das organizações sindicais, dos partidos políticos e dos movimentos sociais e que reivindicavam a realização das reformas de base no país; e o projeto autocrático burguês, o qual estabeleceu um pacto contrarrevolucionário para eliminar o projeto que estava sendo gestado no processo de organização e participação política da classe trabalhadora e instaurar um regime ditatorial servil ao capital internacional. Netto (2006) ressalta que este projeto foi consolidado por um movimento simultâneo de ruptura e continuidade, pois resgatou as piores tradições de nossa sociedade, ou seja, as particularidades da formação sócio-histórica brasileira. O que o autor aponta como novidade é o papel do Estado, marcado por seu duplo caráter, essencialmente antidemocrático e antinacional. Este levou à exclusão política até mesmo de alguns dos setores da própria burguesia nacional, pois o objetivo do Estado estava em atender ao capital internacional e àquele nacional coligado ao internacional

---

corrente, de alguns produtos intermediários e bens de consumo corrente, de bens de capital, cuja tecnologia exige baixa densidade de capital, e, mesmo, de bens de consumo duráveis ‘leves’, produzindo-se um ‘alargamento de capital’, com uso abundante de mão de obra e expansão horizontal do mercado; na segunda, a de industrialização intensiva, a substituição envereda pelos bens de produção ‘pesados’ e pelos bens duráveis de consumo de valor unitário, quando, então, a utilização de técnicas intensivas de capital diminuiria o ritmo de crescimento do emprego industrial, dando lugar a uma expansão vertical do mercado, por meio do aumento da concentração de renda”.

e garantir a reprodução de um modelo de desenvolvimento dependente e associado aos interesses do capital estrangeiro.

O capital não se desenvolve mundialmente de forma homogênea, pois a desigualdade entre os países é uma de suas características inelimináveis. Segundo Mandel (1982), o sistema capitalista apresenta um desenvolvimento “desigual e combinado” nos diferentes países. “Desigual”, porque o desenvolvimento econômico dos países periféricos ocorre de forma retardatária (desigual) em relação ao desenvolvimento dos países centrais. “Combinado”, porque as formas produtivas modernas são introduzidas nos países periféricos sob uma base de “relações arcaicas” de produção ou se constroem a partir da manutenção de relações de produção tradicionais. Além disso, os países de economia central necessitam dos países de economia periférica para que estes lhes forneçam matérias primas e produtos semimanufaturados, designando-lhes esta produção. Ou seja, há uma interdependência global entre o centro e a periferia, sustentada na exploração das riquezas dos países periféricos pelos países imperialistas. O mesmo autor explica ainda que “[...] a economia mundial capitalista é um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado mundial [...]”. (MANDEL, 1982, p. 32; suprimimos)

O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, elemento ineliminável, se manifesta na exploração da riqueza dos países periféricos pelos países centrais. Ou seja, é resultado da história da espoliação dos povos, da qual, por exemplo, o Brasil vem fazendo parte desde o período colonial. Hoje, tanto o Brasil como outros países “em desenvolvimento” e, sobretudo, os países “subdesenvolvidos” têm uma situação político-econômica marginalizada em relação aos Estados-nações de economia central da tríade (EUA, Europa e Japão). Chesnais (1995, p. 16-17; acrescentamos) resgata o conceito de “desconexão forçada” de Mouhoud (1993) para explicar a “apartação” vivida pelos países “em desenvolvimento” com relação aos países desenvolvidos.

Essa tendência foi marcada, durante os anos [19]80, por uma forte diminuição dos investimentos diretos estrangeiros e das transferências de tecnologia destinados à grande maioria destes países e por um começo de exclusão do sistema de troca de muitos países produtores de produtos de base. Esses países foram atingidos em cheio tanto pela conjuntura mundial quando pelas mudanças tecnológicas que apareceram no seio do sistema, na forma de substituição de recursos tradicionais por produtos industriais intermediários originados em setores intensivos em P&D (novos materiais e biotecnologias).

No desenvolvimento do capitalismo mundial os países periféricos sempre estiveram em situação de dependência da ciência e da tecnologia dos países centrais. As conquistas das revoluções industriais não foram concretizadas concomitantemente entre os países capitalistas, e atualmente cada vez mais se estende esse fosso. Houve uma desconexão no processo de industrialização mundial do sistema capitalista. Ao pensarmos em como é estabelecida a divisão internacional do trabalho, compreendemos de forma mais clara que o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo tem relação intrínseca com o conceito de desconexão forçada, pois

A propagação desigual do progresso técnico (que é visto como a essência do desenvolvimento econômico) se traduz, portanto, na conformação de uma determinada estrutura da economia mundial, de uma certa divisão internacional do trabalho: de um lado, o centro, que compreende o conjunto das economias industrializadas, estruturas produtivas diversificadas e tecnicamente homogêneas; de outro, a periferia, integrada por economias exportadoras de produtos primários, alimentos e matérias-primas, aos países centrais, estruturas produtivas altamente especializadas e duais (MELLO, 2009, p. 76).

As reflexões que foram realizadas até aqui apontam que a exploração predatória dos recursos naturais no Brasil ocorre desde o período colonial, com a monocultura da cana-de-açúcar e do café. A monocultura é um modelo econômico agrícola destrutivo não apenas por ser uma forma de produzir que agride o solo, dificultando a manutenção de uma terra fértil e agricultável mas, principalmente, por ser um modelo de produção que agride a existência do homem camponês, pois este modelo econômico agrícola desenvolve-se em grandes propriedades fundiárias, expropria as terras dos trabalhadores camponeses e aumenta a desigualdade do acesso à propriedade e o uso terra<sup>35</sup>. O modelo monocultor/agroexportador brasileiro modernizou-se com a instauração da “revolução verde”, no período autocrático burguês. A tecnologia inserida na agricultura desenvolveu e consolidou o agronegócio no Brasil, o qual foi impulsionado pelo imperialismo dos Estados-nação de economia central por meio do processo de “acumulação por despossessão”, que impõe a exploração perdulária dos recursos naturais dos países de economia periférica. Consequentemente o agronegócio, pautado na produção e exportação das *commodities* tem acirrado os conflitos socioambientais no Brasil.

---

<sup>35</sup> Todavia, é importante ressaltar que a apropriação privada da terra, enquanto recurso ambiental, não traz consequências nefastas apenas à classe camponesa, mas também pra outras frações da classe trabalhadora, pois a expropriação das terras não é feita somente para desenvolver agricultura capitalista: ela é realizada também para expandir atividades do setor da especulação imobiliária, do turismo, da construção civil, enfim, para desenvolver empreendimento econômicos públicos e privados que recebem incentivos financeiros do aparelho estatal. Portanto, atinge outros sujeitos e causa conflitos socioambientais.

É notório que o debate sobre as particularidades da formação socio-histórica do Brasil é fundamental para a compreensão do quadro atual da economia nordestina e da economia do estado de Sergipe, sobretudo com relação à manutenção da propriedade latifundiária; às novas configurações do modelo agroexportador brasileiro (sustentado na produção de *commodities*); e às relações de poder no meio rural, travestidas por um novo coronelismo que mantém relações estreitas com o Estado. Diante do exposto, é necessário entendermos como estas questões têm interferido na constituição dos conflitos socioambientais vigentes no estado de Sergipe.

## 5. A expansão do agronegócio na região Nordeste

A dinâmica das atividades econômicas da região Nordeste apresenta particularidades na sua inserção no mercado mundial. Conhecer o desenvolvimento econômico regional é fundamental para compreendermos os conflitos socioambientais no estado de Sergipe. É necessário ressaltar que estas relações são de subalternidade e dependência. Na esfera regional o Nordeste está em condições subalternas em relação a outras regiões do país; e Sergipe foi subordinado e integrado à capitania da Bahia até início do século XIX. Ou seja, as relações de produção capitalista em quaisquer esferas geográficas são estabelecidas de forma “desigual e combinada”. Ianni (2004, p. 243) ressalta que

Em termos da sociedade brasileira, como um todo, as diversidades regionais constituem as bases do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza a formação social brasileira. Primeiro, uma região não repete a outra. São diversas e muitas as formas de organização do trabalho, os graus de integração à economia de mercado, as articulações nacionais e estrangeiras. Segundo, cada região se articula com a outra, em termos de fluxos de capital, tecnologia e força de trabalho, mercadorias, gentes e ideias.

Como já sabemos, o desenvolvimento econômico do capitalismo é “desigual e combinado” entre os países. Assim também é na esfera regional. Conceição, (2013, p. 93-94) ressalta que

A formação histórica econômica do Nordeste, na especificidade os estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe está estruturada regionalmente em ritmos escalares diferenciados, definida na divisão social e territorial do trabalho de forma combinada e contraditória para o ‘desenvolvimento’ geográfico desigual do capitalismo. Na escala da desigualdade da divisão territorial do trabalho, a região Nordeste se configurou na responsabilidade de ser garantidora de capitais agrícolas com a intensificação da exploração do trabalho sem regulação de direitos (advinda de uma estrutura escravista) que tem garantido a concentração de terras e altos rendimentos aos grandes proprietários de terra beneficiados pelos recursos públicos.

O Brasil, devido às condições históricas e socioeconômicas, apresenta desigualdades regionais acentuadas. Para reestruturar a economia da região Nordeste foi criada, na década de 1960, no governo Juscelino Kubitschek, a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) como uma estratégia de desenvolvimento regional. Segundo Ianni (2004, p. 216) “[...] a SUDENE representou a chegada da Revolução de 1930 no Nordeste”, pois se configurou a partir da formulação de uma política de desenvolvimento de cunho reformista para industrializar a região.

Em síntese, tratava [...] de disciplinar e dar continuidade à ação estatal no Nordeste. Isto é, era necessário e urgente aumentar a eficácia e o efeito multiplicador dos investimentos governamentais na região. Ao mesmo tempo, tratava-se de criar e desenvolver as economias externas, bem como aperfeiçoar ou criar novas condições financeiras e fiscais favoráveis à expansão e diversificação do setor privado da economia. Em outros termos, procurava-se controlar e reverter o fluxo de renda do Nordeste para outras regiões, particularmente o Centro-Sul (IANNI, 2004, p. 209).

A Sudene constituiu-se num plano de desenvolvimento econômico vinculado a uma nova ideologia, mais coerente à dinâmica do capitalismo industrial. Foi uma estratégia do Estado para expandir e dinamizar a economia nordestina que estava assolada às ruínas deixadas pelas marcas da colonização. A intervenção do Estado para modernizar e industrializar o Nordeste foi, ao mesmo tempo, uma forma de frear a organização das classes subalternas. A classes dominante, com o apoio do Estado, buscou reagir às pressões das massas.

[...] a SUDENE surgiu num momento em que se revelam de modo particularmente aberto e intenso os antagonismos da sociedade do Nordeste. Ou melhor, ela foi criada numa época em que as desigualdades econômicas e sociais naquela região adquiriram conotações políticas de cunho-revolucionário. No momento em que camponeses e operários rurais deixaram de acordar-se às soluções de estilo (consubstanciadas nos padrões de controle social e liderança política próprios do *coronelismo*), nesse momento os grupos dominantes no Nordeste e o governo federal (incluindo o Executivo e o legislativo) decidiram agir politicamente, no sentido de controlar ou dominar as tensões crescentes na região. Aliás, a SUDENE não foi senão uma das soluções dadas ao agravamento das contradições políticas no Nordeste (IANNI, 2004, p. 210; grifado no original; suprimimos).

Com relação a Sergipe, na década de 1960 a criação da SUDENE ainda não tinha promovido impulso à sua industrialização. A maior expressão do setor industrial era a produção têxtil e de açúcar e a implantação da Petrobras no estado, em 1963. No meio rural predominava a produção do algodão, da pecuária e da cana-de-açúcar e as culturas de subsistência. É somente

a partir da metade dos anos 1970 que as ações da SUDENE trarão impacto mais efetivo na industrialização do estado de Sergipe. (MELO et al, 2009).

No Brasil a década de 1970 é marcada pelo desenvolvimento da industrialização pesada, baseada na combinação dos setores da “[...] grande empresa, privada e estatal, nacional e multinacional, na organização oligopolista dos mercados, no dinamismo do setor de bens duráveis de consumo e no crescimento, também rápido, dos setores de insumos básicos e bens de capital”<sup>36</sup> (ABRANCHES, 1985, p. 21; suprimimos). Essa fase de industrialização brasileira causa transformações na configuração da economia nordestina. Araújo (1995) afirma que durante a fase de intensa industrialização nos anos 1970 a região Nordeste obteve grandes avanços nos setores da construção civil, da petroquímica, da atividade imobiliária e do comércio. Com o processo de integração produtiva houve a desconcentração da atividade industrial no país. Dessa forma, o Nordeste é inserido na dinâmica nacional a partir dos investimentos de capitais privados. Esta mesma autora destaca que

No caso da indústria, coube ao Nordeste assumir um novo papel no contexto da divisão inter-regional do trabalho do País. De tradicional região produtora de bens de consumo não-duráveis (têxtil e alimentar, principalmente), vai-se transformando, nos anos pós-60, numa região industrial mais especializada em bens intermediários), com destaque para a instalação do pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia, e do complexo minero-metalúrgico, no Maranhão, sem falar do pólo de fertilizantes de Sergipe, do complexo da Salgema em Alagoas, da produção de alumínio no Maranhão, dentre outros. (ARAÚJO, 1981, apud ARAÚJO, 1995, p. 8-9).

Em meados dos anos 1980 inicia-se o processo de redemocratização do país. Porém, as transformações da economia mundial, que se expressam na crise do capital e nas estratégias político-econômicas do neoliberalismo, avançam na contramão dos princípios da luta dos trabalhadores que se direcionavam para a mudança no quadro do desenvolvimento econômico do país e na construção de um Estado efetivamente democrático de direitos. Essa conjuntura mundial trouxe rebatimentos para as regiões e os estados do Brasil.

A partir de meados dos anos [19]80 Sergipe perdeu a dinamicidade, acompanhando o movimento geral da economia brasileira. Como reflexo dessas transformações, o setor industrial que chegou a apresentar 68% do PIB estadual, em 1985, declinou acentuadamente sua participação, até atingir 33%, em 1993 [...]. Na perda de participação do setor industrial, e no consequente

---

<sup>36</sup> Os dados mostram que no Brasil, “na indústria de transformação, o setor de bens não-duráveis de consumo teve participação decrescente na estrutura produtiva, declinando de 73% em 1949 para 45% em 1970, e chegando a 34% em 1980. Ocorre, *pari passu*, notável expansão do ramo de bens duráveis, que de 2,5% em 1949 cresce para 9% em 1970 e quase 14% em 1980. A participação da produção de bens de capital também evoluiu aceleradamente, de 4% em 1949 para 11% em 1980”. (ABRANCHES, 1985, p. 20; grifado do original).

aumento da participação de setor de serviço na economia sergipana, é necessário considerar dois fatores: um primeiro associado à própria perda de dinâmica da indústria de transformação brasileira que atingiu quase todos os Estados da federação a partir de 1985 e, um segundo, associada à perda de peso do setor do petróleo na economia estadual (MELO, 2012, p. 63; suprimimos; acrescentamos).

Araújo (2014, p. 542) afirma que no Brasil “a rápida abertura comercial promovida nos anos 1990, associada ao câmbio valorizado e juros elevados, afetou o tecido industrial existente, iniciando o movimento que alguns denominam de desindustrialização, cujo germe se localiza naquele momento”. A agropecuária passou a ganhar notória expansão no território brasileiro. De acordo com Gonçalves (2011), não há uma desindustrialização, e sim um movimento de reprimarização da economia brasileira. É um processo que consiste no aumento da produção agrícola sobre a produção industrial. Segundo o autor, não haveria uma redução nas exportações industriais, mas estava claro um crescimento exponencialmente maior das exportações do setor agrícola em relação às vendas externas industriais. Mesmo não obtendo dados que mostrem um comparativo das exportações de *commodities* com as exportações do setor secundário, temos dados que mostram o aumento da exportação de *commodities* agrícolas.

O CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP publicou no boletim *índices exportação do agronegócio*, referente ao primeiro quadrimestre de 2019, que houve um aumento de 8% do volume exportado pelo agronegócio brasileiro de janeiro a abril de 2019, na comparação com a quantidade registrada no primeiro quadrimestre de 2018. Especificamente em abril de 2019, na comparação com o mesmo mês de 2018, houve aumento de 2,7% do volume total exportado<sup>37</sup> (CEPEA, 2019, p. 3). Sobre o destino das exportações de *commodities* agrícolas o mesmo boletim registrou que

A China continua expandindo suas relações comerciais com o Brasil e aumentando a sua participação no total exportado pelo agronegócio. Neste início de 2019, a participação do país asiático foi de mais de 30% nas exportações totais do país<sup>38</sup>. Os países que compõem a Zona do Euro ficaram na segunda posição, com participação de quase 17% nas exportações

<sup>37</sup> Sobre as exportações das commodities agrícolas foi apontado que “No primeiro quadrimestre de 2019, frente ao mesmo período do ano anterior, o algodão em pluma foi o produto que registrou o aumento mais significativo nos embarques, de 75%. As vendas externas de milho e café também apresentaram crescimentos expressivos, de 42% e 32%, respectivamente. Houve alta, também, nos embarques de frutas (16,5%), carne bovina (14,7%), etanol (14,6%), soja em grão (12%) e carne suína (11,6%). Por outro lado, caíram os volumes embarcados de óleo de soja (47,8), açúcar (19,5%), suco de laranja (17%) e com menos intensidade os produtos do setor florestal e as carnes de aves. [...] No caso do algodão, exportadores brasileiros conquistaram a segunda posição no ranking de vendas internacionais” (CEPEA, 2019, p. 5; suprimimos).

<sup>38</sup> “A China mantém a liderança na parceria internacional do setor agroexportador brasileiro, adquirindo, principalmente, produtos do grupo de cereais/leguminosas/oleaginosas, que representaram 72% do total demandado por esse país, seguidos pelo grupo de produtos florestais e carnes” (CEPEA, 2019, p. 8).

brasileiras do agronegócio<sup>39</sup>; e, na terceira posição, os Estados Unidos, que absorveram quase 7%<sup>40</sup>. O país norte-americano foi seguido por Hong Kong (2,9%), Irã (2,1%), Japão (2,1%), Coreia do Sul (1,97%), Arábia Saudita (1,84%)<sup>41</sup> e Argentina (1,83%). Vale destacar a importância do grupo outros países, que, em conjunto, representaram mais de 30% das exportações totais do setor no primeiro quadrimestre de 2019 (CEPEA, 2019, p. 7)

A partir dos anos 1990 o Nordeste tem se integrado à uma nova dinâmica econômica predominante: *a expansão das fronteiras agrícolas* no Brasil, conceituada por Sicsú (2001, p. 259; suprimimos) como “[...] áreas despovoadas ou esparsamente povoadas por populações que se dedicam à exploração de recursos naturais e que vêm sendo submetidas a processos de ocupação em decorrência da alta potencialidade agropecuária que apresentam”. Ou seja, há uma intensificação nas atividades de extração dos recursos naturais, sobretudo na área que engloba a Amazônia e a região Nordeste. A inserção do capitalismo no mundo agrário conduziu a modernização do campo<sup>42</sup> e o desenvolvimento do agronegócio

Segundo Oliveira (2006), *agribusiness*, que na Língua Portuguesa é denominado de agronegócio, é um termo utilizado para distinguir a agricultura camponesa (atividade desenvolvida para o atendimento das necessidades humanas), da agricultura especificamente capitalista, a qual está relacionada à produção de *commodities* (mercadorias) voltadas para atender ao mercado mundial. Esta distinção é uma concepção de viés neoliberal, pois o termo agricultura familiar (classificada como agricultura de pequeno porte) foi criado com o objetivo de sepultar o termo agricultura camponesa, visto que a luta do campesinato é uma ameaça aos latifundiários brasileiros.

A modernização agrícola trouxe como consequência a expansão da fronteira agrícola no Brasil, ou seja, novas áreas foram incorporadas à agricultura brasileira, principalmente o bioma do cerrado e o bioma da Amazônia. O Arco do Cerrado Nordestino (ACNE) é uma das fronteiras agrícolas do Brasil. Segundo Miranda (2012) ele abrange o oeste da Bahia, o sul do Maranhão, o sudoeste do Piauí e a região do bioma amazônico. Nessa região há um aumento

<sup>39</sup> “[...] Os países da Zona do Euro concentraram suas compras em produtos do grupo cereais/leguminosas/oleaginosas, produtos florestais, frutas e café” (CEPEA, 2019, p. 8; suprimimos).

<sup>40</sup> “Os Estados Unidos são importante parceiro comercial do setor florestal, sucroalcooleiro e café” (CEPEA, 2019, p. 8; suprimimos).

<sup>41</sup> “[...] [os] países asiáticos que são importantes parceiros do agronegócio brasileiro também tiveram produtos do grupo de cereais/leguminosas/oleaginosas como destaque na demanda, como Irã, Arábia Saudita e Coreia do Sul” (CEPEA, 2019, p. 8; suprimimos; acrescentamos).

<sup>42</sup> Refere-se à “Inovações técnicas e organizacionais na agricultura [...] para criar um novo uso do tempo e um [...] novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional. Daí decorrem solidariedades materiais e organizacionais de uma nova espécie: sementes, fertilizantes e herbicidas, culturas de entressafra, [...] bancos de germoplasma, créditos públicos específicos para soja e para milho nos cerrados, que apontam o Estado como um agente ativo na globalização da agricultura brasileira” (SANTOS; SILVA, 2012, p.118; suprimimos).



do cultivo de grãos, especialmente da soja, cuja produção é destinada à exportação. Este autor, ao discutir o processo de expansão da agricultura na região Nordeste, mostra que houve aumento da produção de soja em tal região nas últimas décadas, tanto no Norte quanto no Nordeste, sobretudo nos estados que abrangem o Arco do Cerrado Nordestino:

A Região Norte passou de 34,7 mil hectares de área plantada com soja (em grãos) em 1990 para 562,7 mil hectares em 2010; **a Região Nordeste passou de 376,8 mil hectares de área plantada com soja (em grãos) em 1990 para 1.857,1 mil hectares em 2010**, segundo os dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE. A Região Nordeste foi a que mais expandiu recentemente, sob a liderança dos Estados da Bahia, Piauí e Maranhão. (MIRANDA, 2012, p. 176; grifamos).

Além do Arco dos Cerrados Nordestinos (ACNE), Jesus (2017) ressalta que uma nova fronteira agrícola do agronegócio se expande no território nacional através de tensões e conflitos sociais - é a Fronteira de MAPITOBA, que abrange os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. É uma área altamente produtiva com uma agricultura moderna e tecnificada, que se destaca principalmente pela produção de grãos de soja. Este mesmo autor afirma a presença do

[...] monopólio das empresas das empresas de grãos no Brasil, como a Cargill<sup>43</sup>, ADM<sup>44</sup>, Bunge<sup>45</sup>, LDC commodities<sup>46</sup>, que comandam e controlam desde a produção de sementes, insumos, apesar de fazer processamento de grãos etc. Tanto as empresas nacionais, quanto as empresas mundiais se instalaram nas regiões produtoras agrícolas das áreas de Cerrado, se territorializou [sic] e impõe a sua lógica desestabilizando o sistema de

<sup>43</sup> “No Brasil desde 1965 e com cerca de 10 mil funcionários, a Cargill é uma das maiores indústrias de alimentos do País. Com sede em São Paulo (SP), a empresa está presente em 17 Estados brasileiros e no Distrito Federal por meio de unidades industriais, armazéns, terminais portuários e escritórios em 143 municípios”. Disponível em: [https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/sobre](https://www.cargill.com.br/pt_BR/sobre)

<sup>44</sup> “Uma das maiores empresas do agronegócio no mundo, a Archer Daniels Midland Company (NYSE: ADM) atua na comercialização e processamento de grãos; fabrica óleos vegetais, ingredientes e insumos para a indústria alimentícia e de nutrição animal, biodiesel e opera uma grande estrutura logística para levar esses produtos para os mercados em todo o mundo. Disponível em: <https://www.adm.com/adm-worldwide/south-america-pt>

<sup>45</sup> “No Brasil, a Bunge é uma das principais empresas de agronegócio e alimentos. Cerca de 17.000 colaboradores, é líder em origem de grãos e processamento de soja e trigo, na fabricação de produtos alimentícios e em serviços portuários. Desde 2006, atua também no segmento de açúcar e bioenergia [...]. Como uma das maiores exportadoras do país (a primeira em agronegócio), a Bunge contribui de maneira substancial para o saldo positivo da balança comercial e para as divisas para a economia nacional. Disponível em: <http://www.bunge.com.br/Bunge/Perfil.aspx>

<sup>46</sup> “O Brasil, referência mundial no agronegócio, conquista cada vez mais importância na estratégia de crescimento da Louis Dreyfus Company [...]. No Brasil, a companhia está apoiada sobre uma sólida base de ativos, atuando na origem e produção; processamento e refino; armazenamento e transporte; pesquisa e comércio; e customização e distribuição de produtos agrícolas. Com operações nos mercados de açúcar, algodão, arroz, café, grãos, oleaginosas e sucos cítricos, estamos entre as dez maiores exportadoras do País. Nossas operações representam uma importante contribuição ao desenvolvimento da economia brasileira. Em uma cadeia de processos integrados, nossas atividades vão do campo à exportação - abastecendo nações em todo o planeta”. Disponível em: <http://www.ldc.com/br/pr/sobre-nos/louis-dreyfus-company-no-brasil/>

produção camponesa e criando conflitos com as comunidades locais (JESUS, 2017, n.p.; suprimimos)<sup>47</sup>.

Segundo o *Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil* as empresas Cargill e Bunge estão envolvidas em conflitos socioambientais no município de Tasso Fragoso, localizado no estado do Maranhão, onde a monocultura da soja impacta os agricultores familiares devido ao desmatamento para plantação da soja e uso de agrotóxicos que atingem os recursos hídricos. O *Mapa* informa também que a “A produção de soja no sul do Maranhão beneficia-se do terminal graneleiro da Cargill, em Itaqui (São Luiz), destinado à exportação, e tem a alternativa de abastecer a fábrica da Bunge Alimentos, no sul do Piauí” (FIOCRUZ, n.d, n.p.).

Numa publicação de fevereiro de 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou, através do portal *Agência IBGE Notícias*, que o município de Balsas é o maior produtor de soja do estado do Maranhão. Esta cidade é considerada um dos principais polos do agronegócio do estado, o que atrai a atuação de empresas internacionais nessa região. O município de

Balsas pertence ao Matopiba, denominação que engloba cidades localizadas nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que juntas são responsáveis por uma importante fronteira agrícola brasileira onde é grande a produção de grãos. Segundo a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, no ano de 2016 houve uma produção de 234.491 toneladas de soja em Balsas, o que colocou o município como o principal produtor maranhense desse grão (IBGE, 2018, n.p.).

As comunidades dessa área geográfica são afetadas, pois estão localizadas em regiões onde a produção de *commodities* se expande. Assim, seus espaços de trabalho e sobrevivência são restringidos. Ou seja, a crescente expropriação de terras das comunidades para desenvolver uma agricultura mecanizada, a exemplo da produção em larga escala da soja nas *fronteiras agrícolas*, com função exportável para o mercado mundial, tem causado a perda de recursos naturais e o aumento dos conflitos socioambientais.

Esta situação prosperou no apogeu da Revolução Verde no Brasil, nos anos de 1970; tornou-se um problema dramático a partir da década de 1980, com o fim dos subsídios agrícolas, revelando as consequências ambientalmente

---

<sup>47</sup> O atlas do agronegócio de 2018 sinaliza que “Muitas das *traders*, como Cargill, Bunge e ADM, têm seus próprios braços de investimento financeiro. Essas empresas desempenham um papel duplo singular, como vendedores de produtos de investimento e também como compradores de ativos agrícolas. São de relevância primordial porque suas decisões sobre armazenar ou vender um produto podem influenciar os preços e, desse modo, elas podem se beneficiar enormemente dos novos mercados financeiros” (SANTOS; GLASS, 2018, p. 44; grifado no original).

nefastas da mecanização agrícola, com crescente perda de recursos naturais (solos agricultáveis); se aprofundou nos anos de 1990 com o aumento da participação das *commodities* agrícolas na pauta exportadora, caracterizando uma *exploração* contínua da base de recursos naturais e vem intensificando-se ainda mais nos anos 2000, em direção às regiões rurais mais pobres e em áreas de transição ecológica entre a Região Nordeste (bioma Cerrado) e a Região Norte (bioma Amazônico) do país [...]. O processo de expansão da fronteira agrícola é comandado pelo cultivo de grãos, especialmente a soja, para exportação. Nesse subespaço brasileiro, a relação entre o rural e o urbano ganha características próprias, marcadas por fortes heterogeneidades socioespaciais por causa de seus vínculos com o mercado exportador de grãos<sup>48</sup> (MIRANDA, 2012, p. 181-182; grifado no original; suprimimos).

Atualmente as *fronteiras agrícolas* têm sido estratégia da espoliação do capital financeiro sobre as riquezas naturais, pois neste espaço os complexos agroindustriais, a mecanização agrícola e a agropecuária estão vinculadas aos interesses do mercado agroexportador. Barros (2018, p. 178) afirma que a agricultura do mundo inteiro tem sido subordinada à lógica financeira e neoliberal:

[...] O capital financeiro tem controlado a produção e a comercialização dos produtos agrícolas. Destaca-se nesse cenário a aquisição de empresas de diferentes ramos da produção agrícola por bancos, com os excedentes do capital financeiro. Isso acarretou um crescimento surpreendente dessas empresas que tiveram um investimento de um capital acumulado que estava fora dos processos agrícolas, contribuindo para dominarem a produção, o comércio, os insumos, as máquinas agrícolas, os medicamentos, os agrotóxicos, as ferramentas etc. Em segundo lugar, essas empresas, fortalecidas pelo capital financeiro e favorecidas pela dolarização da economia mundial, entraram nas economias nacionais e adquiriram as empresas e a produção agrícola local. Outra forma de controle utilizada pelo capital financeiro tem sido as normas e regras impostas pelas IFMs (especialmente o Banco Mundial, FMI e OMC) quanto à produção e comércio agrícola, obedecendo aos interesses das grandes empresas e obrigando os governos locais a liberar o comércio dos produtos (suprimimos).

Segundo Silva (1985, p. 102) ainda na década de 1960 o grau de concentração fundiária já havia aumentado com a presença de empresas multinacionais, integrando o processo de expansão da fronteira agrícola. “Hoje, o latifúndio se aburguesou e se internacionalizou. Não são mais apenas os velhos coronéis do Nordeste. Os grandes latifundiários, hoje, são também

---

<sup>48</sup> O boletim *índices exportação do agronegócio* de 2018, publicado pelo “[...] Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/ USP, mostra que o volume exportado pelo setor agrícola (IVE-Agro/Cepea) cresceu 4,7% no ano. Em dezembro de 2017, comparativamente ao mês de dezembro de 2018, houve forte crescimento de 29% das exportações da soja em grão. [...] Em 2018 os produtos do complexo da soja foram os que mais contribuíram para o crescimento das exportações (volume) do agronegócio brasileiro (IVE-Agro/Cepea). Em relação a 2017, os embarques da soja em grão cresceram 23%; do farelo de soja 19% e os do óleo 5%” (CEPEA, 2019, p. 2, 5; suprimimos).

os bancos e as grandes multinacionais”. A exploração da fronteira tem fins econômicos voltados ao desenvolvimento do agronegócio, com a produção de bens primários e a produção de *commodities* direcionados, sobretudo, para atender ao mercado mundial. Segundo Barros (2018, p. 183-184) “a hegemonia do agronegócio sustenta-se no modelo agroexportador de *commodities*”, que são “produtos intensivos em recursos naturais em estado bruto (primários) ou com pequeno grau de industrialização. Esta categoria envolve produtos agrícolas (em estado bruto e/ou industrializados), minerais (em estado bruto e/ou industrializados) e energia” (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2007 apud VERÍSSIMO; XAVIER, 2014, p. 274). As *commodities* são mercadorias que possuem características específicas, quais sejam:

1) padronização: a *commodity* deve ser uma mercadoria com nível mínimo de variação; 2) pouca perecibilidade: normalmente a *commodity* deve ser armazenada ou transportada para entrega futura; 3) ampla escala de consumo: o produto exige grandes disponibilidades para negociação e transação; 4) o mercado de *commodities* deve ter um fluxo livre e negociado pelo preço de equilíbrio, isto é, pela oferta e demanda existente; 5) condição de matéria-prima ou semi-elaboração [sic]: a *commodity* não pode sofrer um complexo sistema de produção, pois sua disponibilidade estaria afetada em caso de falha na cadeia produtiva (CARMONA, 2009, p. 76 apud FERREIRA, 2012, p. 74-75 grifado do original).

As frações das classes burguesas, o capital financeiro, as multinacionais controlam a produção e a circulação das *commodities* e determinam os preços. Através da mundialização do capital e da mecanização agrícola

A agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. **Primeiro, visou transformar toda produção agropecuária, silvicultura e extrativista em produção de mercadorias para o mercado mundial.** Portanto, a produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional e passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial, onde quer que ela seja produzida. As principais *commodities* [agrícolas] são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja entre outras. No Brasil acrescenta-se também etanol e boi gordo. **Segundo, as bolsas de mercadorias e futuro tornaram-se o centro regulador dos preços mundiais das commodities [...].** No Brasil [...] a BM&FBovespa atua no mercado futuro de soja, milho, café, etanol e boi gordo. Na Bovespa estão as ações da SLC Agrícola, Brasil Agro, BRF-Brasil Foods, JBS, Marfrig, Minerva, Cosan, São Martinho, Tereos, Fibria, Suzano, Klabin, Duratex, Eucatex e Ecodiesel. **Terceiro, a constituição dos monopólios mundiais permitiu o controle monopolista da produção das commodities do setor.** Estas empresas mundiais tem nas multinacionais suas bases constituintes. Elas formaram-se pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, fusões, associações, franquias etc [...]. Essas empresas

articulam-se através de dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária mundial: a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios (OLIVEIRA, 2014, p. 6-7; suprimimos; grifamos; acrescentamos).

O agronegócio é positivamente qualificado nos aparelhos midiáticos, com vistas a solidificar o modelo dito neodesenvolvimentista agroexportador brasileiro. Contudo, é necessário desvelar suas características enquanto modelo econômico fundamentalmente concentrador e explorador de riquezas. De acordo com Fernandes (2004), o agronegócio corresponde a uma nova fase da agropecuária capitalista, cuja origem está no sistema *plantation*.

A palavra agronegócio é nova (década de 1990), e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem de exploração, trabalho escravo, extrema concentração da terra, coronelismo, clientelismo, subserviência, atraso político e econômico. [...] **A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para ‘modernizá-la’.** É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para relevar somente o caráter produtivista. Houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade [...]. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2004, n.p. grifamos; suprimimos).

A mecanização agrícola tem como uma das principais consequências a concentração fundiária. “O pacto agrário-modernizante-conservador apoiou e defendeu o latifúndio na sua nova estrutura fiscal e financeira, fazendo com que todos os ingredientes políticos que precipitaram o debate mais amplo em torno da questão agrária ficassem em plano secundário”. (MIRANDA, 2012, p. 181). Portanto, o termo agronegócio é utilizado pela mídia e pela classe dominante para escamotear a desigualdade no acesso terra. Junto com a produção de *commodities* eles revelam o avanço do processo de reprimarização da economia e demonstram como o Brasil tem se destacado economicamente no cenário mundial por meio da exportação de produtos primários. “[...] Desde 2007 o superávit comercial do agronegócio brasileiro tem

mais que superado o déficit comercial dos demais setores da economia [...] e garantido sucessivos superávits à Balança Comercial brasileira” (CNA, 2018, n.p.; suprimimos)<sup>49</sup>.

É certo que houve uma modernização na agricultura e na pecuária. Porém, sem que as mudanças na velha estrutura fundiária ocorressem e sem que a exploração desmedida de abundantes recursos ambientais fosse controlada. O Atlas do Agronegócio, publicado em 2018, mostra que a concentração fundiária no Brasil é acentuada. O país ocupa o 5º lugar no ranking de desigualdade no acesso à terra da América Latina; 45% de sua área produtiva está concentrada em propriedades superior a mil hectares; as terras públicas sem destinação equivalem a 10,9% da superfície agrícola no país; 453 milhões de hectares encontram-se sob uso privado, que correspondem a 53% do território nacional; e dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, 16 contam com mais de 80% de suas terras em propriedades privadas (SANTOS; GLASS, 2018, p. 14). A concentração fundiária é uma das características da formação socioeconômica do Brasil. A grande desigualdade do acesso ao uso e a posse da terra, sobretudo no Nordeste, revela a persistente manutenção das antigas estruturas políticas e econômicas.

Nas áreas em que predominam a rigidez das velhas estruturas econômico-sociais e o domínio político das oligarquias tradicionais da região, há importantes traços comuns. Primeiro, cabe destacar que são áreas de *ocupação antiga*, nas quais as velhas estruturas foram criando sucessivos mecanismos de preservação. A *questão fundiária* é mais dramática e vem se agravando. [...] A hegemonia crescente da pecuária nos moldes em que foi realizada agravou a questão fundiária do Nordeste, além de provocar outros consideráveis efeitos, como a redução da produção de alimentos e a intensificação da emigração rural.[...] Mesmo onde a irrigação introduziu uma agricultura moderna no semi-árido, a *modernização* foi conservadora, inclusive a estrutura fundiária. A base técnica modernizou-se, a questão fundiária agravou-se (GRAZIANO DA SILVA, 1989 apud ARAÚJO, 1997, p. 18; suprimimos; grifado no original).

---

<sup>49</sup> “O agronegócio tem sido reconhecido como um vetor crucial do crescimento econômico brasileiro. Em 2016, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R\$1,3 trilhão ou 23,6% do PIB brasileiro. Essa participação tem crescido nos últimos anos. Era de 20,4% em 2014 e de 21,4% um ano depois<sup>1</sup> Ou seja, não fosse a expansão do agronegócio, a retração da economia brasileira - -3,8% em 2015 e -3,6% em 2016 – teria sido ainda pior. O valor bruto da produção (VBP) do agronegócio alcançou R\$536,5 bilhões em 2017, dos quais R\$342,6 bilhões na produção agrícola e R\$193,9 no segmento pecuário. [...] A soja (grãos) foi o produto com maior VBP em 2017, R\$127,7 bilhões. O segundo lugar no ranking do VBP do agronegócio nacional foi ocupado pela pecuária de corte, com R\$88 bilhões. O terceiro maior VBP foi o da cana de açúcar, com R\$55,3 bilhões, seguido do milho (R\$49,3 bilhões) e da pecuária de leite (R\$44,6 bilhões). Frango aparece em sexto lugar com VBP de R\$35,6 bilhões, seguido do café com R\$20,6 bilhões, Suínos R\$14,3 bilhões, ovos R\$11,4 bilhões e mandioca com R\$10,8 bilhões” (CNA, 2018, n.p.; suprimimos)

A concentração fundiária é uma das causas do aumento dos conflitos socioambientais no Brasil. Conforme dados coletados no *Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil* foram catalogados **172 conflitos socioambientais na região Nordeste do Brasil** em 2018, conforme mostra a tabela abaixo

TABELA 1 - Total de conflitos socioambientais no Nordeste, 2019.

ESTADOS	Nº	%
Maranhão (MA)	29	17%
Piauí (PI)	06	4%
Ceará (CE)	20	12%
Rio Grande do Norte (RN)	12	7%
Paraíba (PB)	12	7%
Pernambuco (PE)	25	14%
Alagoas (AL)	15	9%
Sergipe (SE)	11	6%
Bahia (BA)	42	24%
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100%</b>

Fonte: Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, FIOCRUZ, 2019. (Elaboração própria)

Visualizamos que os estados com maior número de conflitos socioambientais em seu território são: Bahia (42 conflitos, que correspondem a 24% do total), Maranhão (29 conflitos, que correspondem a 17%) e Pernambuco (25 conflitos, que correspondem a 14%); os territórios com a menor quantidade de conflitos são: Ceará (20 conflitos, que corresponde a 12%), Alagoas (15 conflitos, que corresponde a 9%), Rio Grande do Norte e Paraíba (12 conflitos cada, que corresponde a 7%), Sergipe (11 conflitos cada, que correspondem a 6%) e Piauí (06 conflitos, representando 4% do total no Nordeste)<sup>50</sup>. Foi possível também observar no banco de dados do *Mapa* que na região Nordeste há uma quantidade crescente de conflitos. Conforme o *Mapa* em 2010 havia um total de 101 conflitos no Nordeste. Em 2018 esses conflitos chegam a um total de 172. Houve um aumento do número de conflitos em 70% entre 2010 e 2018.

O aumento dos conflitos socioambientais no Nordeste está relacionado à expansão do agronegócio e a mineração impulsionado pelo capital internacional. Esta região é o retrato mais explícito da condição de subserviência do Brasil ao capital estrangeiro. Entretanto, não é apenas o crescimento da produção de *commodities* agrícolas que tem provocado o aumento de conflitos

<sup>50</sup> No caso do estado de Sergipe permanecem 11 (onze) conflitos socioambientais catalogados pelo Mapa da FIOCRUZ. Embora tenha consultado o Mapa no ano corrente não houve aumento do número de conflitos desde 2016.

na região. O desenvolvimento da produção de *commodities* encontra-se também ligado a outros setores econômicos (atividades de exploração de petróleo, mineração e produção e geração de energia), além de projetos de infraestrutura como hidrelétricas, portos, aeroportos e rodovias. Todos esses fatores têm agravado as dificuldades de sobrevivência e permanência de frações da classe trabalhadora em seu território. Esses empreendimentos econômicos fazem parte da ideologia de uma política econômica neodesenvolvimentista, configurada especialmente nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no governo Lula, que “[...] envelopou um conjunto de projetos concentrados na ampliação da infraestrutura econômica e social do país” (ARAÚJO, 2014, p. 547)<sup>51</sup>. Esse programa teve a finalidade de impulsionar o desenvolvimento e dinamizar a economia ao atender aos interesses da burguesia nacional agroexportadora e principalmente atender aos ditames do neoliberalismo e do capital estrangeiro. De acordo com Maldos (2008, apud MACHADO; VILANI, 2010, p.12), o PAC

[...] revela a visão de um capitalismo concentrador e dependente, de nenhum modo se propõe democratizante e, muito menos, transformador. É um plano que tem como meta apenas reproduzir a sociedade brasileira atual, em suas imensas desigualdades sociais, projetando no futuro o mesmo país injusto e excludente que conhecemos há mais de 500 anos (suprimimos).

O PAC engloba três grandes áreas de investimento, quais sejam: *infraestrutura logística*, que envolve a construção de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias, defesa, ciência, tecnologia, inovações e comunicações; *infraestrutura energética*, que engloba geração de energia, transmissão de energia e produção e exploração de petróleo e gás; e o setor *social e urbano*, que envolve habitação, mobilidade urbana, saneamento, prevenção em áreas de risco, recursos hídricos, equipamentos sociais, cidades históricas e luz para todos. (BRASIL, 2018; grifamos). A nota publicada à imprensa, “PAC 7º balanço 2015-2018”, apresenta os valores dos investimentos financeiros aplicados e das ações realizadas pelo programa entre 2015-2018.

PAC é o responsável pela gestão, execução e acompanhamento de vários empreendimentos pelo País e cumpriu, até 30 de junho de 2018, 95,4% do total previsto para o período 2015-2018, saindo de R\$ 547,5 bilhões, realizados até dezembro de 2017, para R\$ 603 bilhões. Deste total, R\$ 168,8 bilhões correspondem aos valores executados pelo Financiamento ao Setor Público e programa Minha Casa, Minha Vida; R\$ 175,3 bilhões das empresas

---

<sup>51</sup> O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC foi instituído por meio do Decreto Presidencial nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, sendo “[...] constituído de medidas de estímulo ao investimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e voltadas à melhoria da qualidade do gasto público e ao controle da expansão dos gastos correntes no âmbito da Administração Pública Federal” (BRASIL, 2007; suprimimos)



estatais; R\$ 120,5 bilhões do setor privado; R\$ 127,6 bilhões do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; e R\$ 8,5 bilhões de contrapartidas de Estados e municípios (BRASIL, 2018, p. 2).

O valor das ações concluídas entre 2015-2018 foi R\$ 412,3 bilhões, sendo que no período de 2015 a dezembro de 2017 as ações realizadas totalizam o valor de R\$ 254,5 bilhões. Deste total, os valores investidos para cada área foram: 16,8 bilhões no setor de infraestrutura e logística; 118,4 bilhões na área de infraestrutura energética; e 119,3 bilhões no setor social e urbano, o que corresponde a 69,7% das ações estimadas para o período (R\$ 365,5 bilhões) (BRASIL, 2018, p. 10). Uma das principais regiões do Brasil que obteve empreendimento econômicos do PAC foi o Nordeste. Araújo (2014, p. 549) ressalta que nos últimos anos

[...] os bancos públicos desempenharam papel importante [...] merecendo destaque o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o BNDES. No caso deste último, os desembolsos para o Nordeste apresentam elevação nítida nos anos recentes, pelo financiamento a projetos estruturadores de um novo momento na região (suprimimos).

A realização das obras do PAC beneficiou as oligarquias nordestinas e impactou profundamente o modo de vida das populações tradicionais, pois essas atividades têm contribuído para restringir o espaço de trabalho dessas populações, ou ainda os expulsam de seu território violentamente. Além disso, no Nordeste a expansão da extração mineral é uma das atividades deflagradoras de conflitos socioambientais que tem causado destruição ambiental irreparáveis. *A Carta Aberta das CPT's do Nordeste*, escrita por agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que estiveram reunidos no Encontro Anual de Formação da Grande Região, realizado em 2016, nos alerta que a destruição da natureza gerada pela mineração tem ameaçado a vida de frações da classe trabalhadora, especialmente, das populações tradicionais

Dentre estas ameaças nos preocupa o avanço da mineração no Nordeste e em várias regiões do país e da América Latina, projetos de morte que seguem removendo pedras de forma assustadora e irresponsável. Não podemos esquecer o crime anunciado de Mariana [e de Brumadinho] – MG, onde a ganância do capital, materializada na ação das empresas Vale do Rio Doce, Samarco e BHP Billiton, arrasou com um mar de lama comunidades inteiras, destruiu rios, matas, casas, expulsou famílias e ceifou vidas humanas, mas sabemos que a situação de Mariana [e de Brumadinho], em Minas Gerais, é apenas uma de muitas provocadas pela ganância de poucos, e segue a expansão dos projetos de extração mineral no Nordeste e Brasil afora. Milhares de famílias no campo, bem como nas cidades, vivem hoje sob uma total insegurança em relação ao seu futuro diante da descoberta de novas jazidas e projetos de exploração mineral propagandeados, incentivados e financiados pelo governo brasileiro, na sua maioria, com recursos públicos.

Comunidades inteiras, invisibilizadas pela grande mídia têm seus direitos desrespeitados, são atropeladas pela desenfreada procura por estes bens que sustentam a atual sociedade consumista em crise, são elas que sofrem diretamente as consequências da mineração sobre a saúde, o modo de vida e o meio ambiente<sup>52</sup> (CPT, 2016, p. 197; acrescentamos).

O avanço do capital sobre os recursos naturais da região Nordeste, com a convivência do Estado, tem resultado na desenfreada degradação ambiental e na expropriação das comunidades que lutam pela preservação do seu território. Conforme Porto-Gonçalves, (2012, p. 44) as “[...] lutas pela *reapropriação social da natureza*, [...] [são] desencadeadas por populações com fortes vínculos territoriais, como os povos originários, camponeses, quilombolas, os sem-terra (desterritorializados em luta por re-territorialização [sic] [...])” (grifado no original; suprimimos; acrescentamos)

[...] essas populações ocupam áreas de alta relevância no que diz respeito à diversidade biológica e que, agora, se tornam objeto da expansão através de projetos de integração [...] que abrem essas áreas aos interesses de grandes empresas de mineração e outras ávidas de terras/águas e minérios para ampliarem seus negócios de exportação de *commodities*. Independentemente do tamanho demográfico dessas populações, as áreas por elas ocupadas são estratégicas e, com isso, elas se inscrevem definitivamente no debate político contemporâneo nas suas mais diferentes escalas (DIAZ-POLANCO, 2004, apud PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 40-41; suprimimos; grifado no original).

A partir da década de 1990 o aprofundamento da reprimarização da economia coloca o Brasil numa posição de referência mundial pelo desempenho econômico no agronegócio, pois as exportações da produção de bens primários crescem mais que as exportações de mercadorias advindas da indústria. Soma-se a isso os empreendimentos econômicos do PAC e a expansão dos projetos de extração mineral, nos quais suas ações têm intensificado a exploração de recursos naturais finitos e, conseqüentemente, gerado conflitos socioambientais.

## 6. Conflitos socioambientais em Sergipe: natureza e elementos deflagradores

---

<sup>52</sup> As populações que vivem em proximidades com atividades da mineração encontram-se em situação de risco de conflitos socioambientais. O portal *UOL Notícias* informa que o “[...] Brasil tem 4.536 áreas com risco de conflito socioambiental [...] O mapeamento inédito das áreas de risco de conflito partiu de dados coletados na ANM (Agência Nacional de Mineração) que apontam existência de 30.554 empreendimentos extrativistas legalizados no Brasil [...]. **Com 1.730 casos, o Nordeste concentra 38% dos conflitos socioambientais latentes mapeados pelo estudo.** É o dobro do registrado no Norte (886) e no Sudeste (876) e mais que o triplo do identificado nos estados do Sul (544) e do Centro-oeste (500). Isso acontece porque **o Nordeste tem 1.412 assentamentos próximos à áreas de mineração** - quase metade dos 3.029 casos relacionados a trabalhadores rurais em todo o país” (LÁZARO JÚNIOR; RIBEIRO; FREITAS, 2018, n.p.; suprimimos; grifamos).

A grande propriedade agrária do Nordeste expressa a persistência de traços que revelam resquícios da colonização brasileira, pois as frações da classe dominante expropriam os trabalhadores de suas terras e apropriam-se delas privadamente, introduzindo formas de produção capitalista no campo. Uma delas é, nos termos de Silva (1985), a “industrialização da agricultura”. Nesse processo as consequências são: uma larga produção de monocultura que faz uso exacerbado de agrotóxicos; a criação de transgênicos e a aplicação da tecnologia na produção agrícola, que resulta na precarização das relações de trabalho no campo; uma elevada concentração fundiária e exploração predatória os recursos naturais.

Embora em Sergipe a expansão do capitalismo na agricultura não tenha ocorrido predominantemente pela proletarianização dos camponeses a monetarização pela exploração da força de trabalho dos camponeses, se fez presente pela implementação do trabalho temporário. Os aspectos mais determinantes da inserção do avanço do capitalismo no campo foram a intensificação do uso da terra acompanhado: da expansão da área plantada com pastagem; da devastação da vegetação nativa; e da utilização de técnicas de mecanização; uso de defensivos agrícolas nas culturas da laranja, cana-de-açúcar, rizicultura irrigada, fumo e hortaliças. Esta mecanização apresentou caráter parcial e excludente, com uma tendência à produção agrícola baseada na monocultura e foi implementada pelo governo estadual a partir 1986 (LOPES, 2001). Observa-se que as transformações no meio rural sergipano foram estimuladas

[...] em grande parte pelo Estado, destruindo tradicionais economias camponesas, transformando pequenos proprietários rurais em assalariados, na maioria das vezes temporários, expulsando-os para povoados, pequenas, médias e grandes cidades do próprio estado e de suas regiões do país, principalmente para o Sudeste. (LOPES; SILVA, 1996, p. 58; suprimimos).

O processo de expansão do capitalismo no território sergipano provocou transformações no modelo de produção agrícola. Além disso, esse cenário coloca em risco a saúde os trabalhadores, pois a química usada nos processos modernos de produção, a poluição e contaminação das águas tem causado doenças. O modelo de desenvolvimento monocultor/agroexportador agrava as desigualdades socioambientais e as condições de produção e reprodução da vida social, pois os trabalhadores são expulsos dos ambientes naturais, sendo ameaçados pelas ações de violência da classe dominante que se apropria privadamente, principalmente da terra e da água. Estes recursos estão no centro da disputa e conflitos socioambientais do estado de Sergipe.

Na pesquisa realizada no *Mapa* foram identificados, entre 2009 e 2016, 11 (onze) conflitos no território sergipano, que corresponde a 6% do total de conflitos existentes na região Nordeste<sup>53</sup>. Eles estão localizados nos seguintes municípios: Aracaju 03 (três) conflitos; Brejo Grande 02 (dois); Porto Folha 02 (dois); Barra dos Coqueiros 01(um); Pacatuba 01 (um); Amparo do São Francisco 01 (um); e Poço Redondo 01 (um). A maioria desses conflitos ocorre em disputas pela terra. Isso revela, por um lado, que a concentração fundiária é uma característica marcante da história econômica de Sergipe; por outro, que continua a necessidade do capital em avançar sobre terras cultiváveis ou exploráveis pela mineração, levando ao estabelecimento de conflitos. Conforme Lopes (2001, p. 301),

A estrutura fundiária de Sergipe não é uniforme. Ela representa variantes no que toca à distribuição das terras, havendo municípios onde a concentração é mais forte, notadamente naqueles integrantes das microregiões [sic] Cotinguiba e Alto Sertão Sergipano, onde a cana-de-açúcar e a pecuária extensiva são as atividades econômicas dominantes do espaço agrário.

Em meados da década de 1980 os movimentos sociais de Sergipe intensificaram as lutas pela redistribuição de terras. No entanto, as desapropriações de alguns latifúndios não foram suficientes para modificar a configuração da estrutura fundiária de Sergipe. Pelo contrário, no início dos anos 1990 a concentração de terras alcançou índices elevados (LOPES, 2001, p. 302). Este autor ressalta que

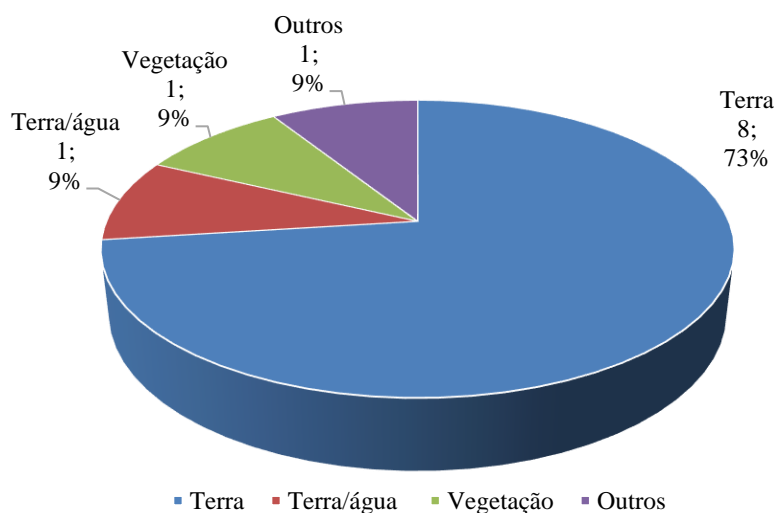
Em 1991, a distribuição das terras por categorias de imóvel, segundo o Estatuto da Terra, mostrava que em Sergipe continuava a preponderar o binômio latifúndio x minifúndio. Os minifúndios eram 87% do total de imóveis existentes e detinham 28,3% da área cadastrada, enquanto os latifúndios por exploração representavam cerca de 9,2% dos imóveis, porém se aproximavam de 49,4% da área total. As empresas rurais não passavam dos 3,4% dos imóveis, embora ocupassem uma porcentagem expressiva da área, 22,2% [...] (LOPES, 2001, p. 301; suprimimos).

Sergipe é retrato de um país que mantém uma alta concentração de terras, desde o período colonial, por uma elite econômica de latifundiários. Identificamos isso por meio da coleta de dados sobre a natureza dos conflitos socioambientais mapeados. Verificou-se que a ocorrência de conflitos em Sergipe se dá principalmente pela disputa da terra, assim como nos demais estados do Nordeste, conforme podemos observar no gráfico 01 (abaixo).

---

<sup>53</sup> É importante ressaltar que o mapa tem uma atualização em 2019, mas está não alterou os conflitos do estado de Sergipe, mantendo os mesmos já catalogados em 2016.

Gráfico 01 - Recursos em disputa nos conflitos socioambientais no Estado de Sergipe, 2010/2016



Fonte: Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, 2019. (Elaboração própria).

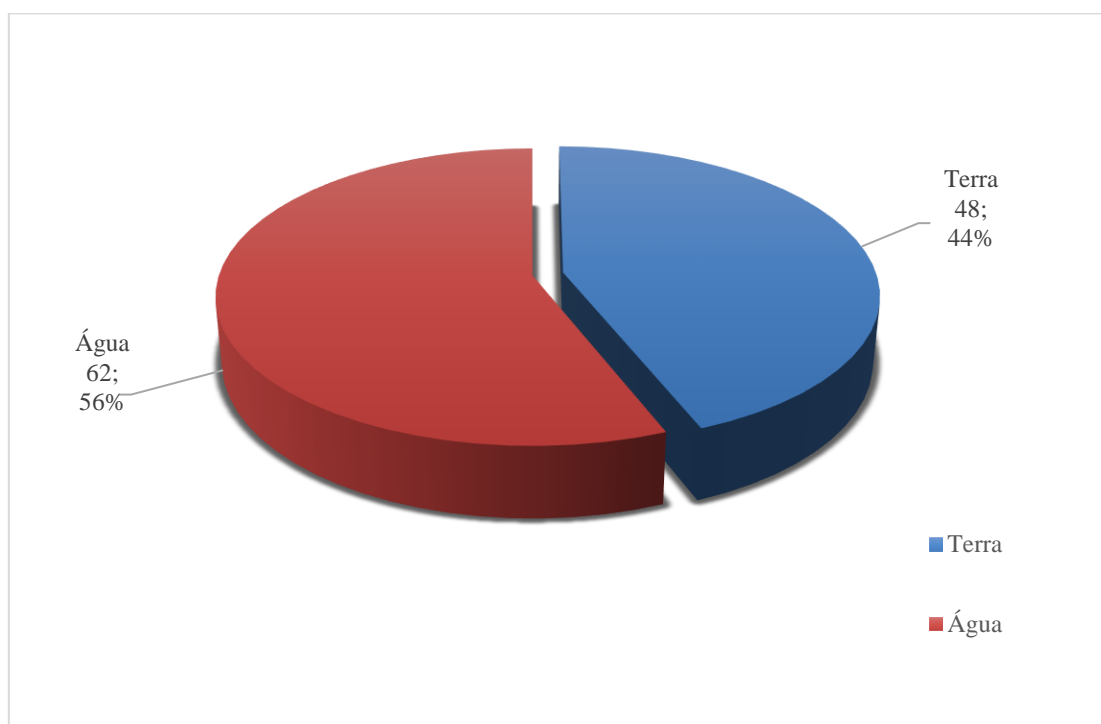
Observamos que a disputa pelo recurso **terra** representa 73% dos conflitos mapeados. Entretanto, ao relacionarmos com o recurso **terra/água** teremos um total ainda mais expressivo: 82% dos recursos ambientais envolvem a disputa por terra, ainda que seja de maneira não exclusiva. De forma pouco expressiva, representando 9% cada uma, aparecem os recursos: **terra/água**, **vegetação** – mangabas – e “**Outros**”. Esta última categoria é referente à *Defesa da identidade cultural e reestruturação do patrimônio histórico e acesso aos direitos sociais*, que trata da luta travada pelos Xocó-Kuará, povos indígenas que habitam no município de Porto da Folha; o conflito relacionado à disputa pelo recurso “*terra/água*” e o conflito referente ao *extrativismo da mangaba* localizam-se no município de Aracaju; os conflitos que envolvem apenas o recurso “*terra*” estão localizados nos municípios de Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Pacatuba, Amparo de São Francisco, Poço Redondo e Porto da Folha. Ressaltamos que o conflito por terra

[...] se configura a partir de uma ocupação de terra, realizada coletivamente, por pessoas necessitadas desse bem para nela morar e produzir e também pela expulsão ou tentativa de expulsão de antigos ocupantes de uma área de terra, por ‘grileiros’ ou proprietários. Não se trata, portanto, de ato individual e sim de uma ação social no sentido sociológico do termo. (LOPES; SILVA, 1996, p. 21; suprimimos)

Entretanto, mais que uma “ação social”, o conflito por terra é uma expressão da história da luta de classes. A ocupação de terras, geralmente, é marcada pelas ações violentas do aparato repressivo do Estado e/ou ações de jagunços, delegadas por latifundiários, para expulsarem os trabalhadores de ocupações. A criminalização e a repressão aos movimentos sociais, dirigida pela classe dominante por meio dos aparelhos de Estado e dos meios de comunicação (posicionando-se quase sempre a favor dos latifundiários) se fazem presentes nos conflitos de classe (LOPES; SILVA, 1996).

Com o objetivo de compreender melhor os conflitos socioambientais do Estado de Sergipe fizemos uma coleta de dados nos relatórios publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Estes são publicados anualmente, há mais de 30 anos, intitulados “conflitos no campo”. Na nossa pesquisa analisamos os relatórios dos conflitos que ocorreram no período compreendido entre 2010 a 2018. Identificamos que, nesta fonte de dados, a ocorrência de conflitos em Sergipe se dá principalmente pela disputa da água, como demonstrado no gráfico 2, a seguir:

Gráfico 02 - Conflitos por Terra e por Água em Sergipe - 2010/2018



Fonte: Comissão Pastoral da Terra. (Elaboração própria).

Visualizamos que nos conflitos catalogados pela CPT a disputa pelo recurso **água** representa o maior valor percentual: são 56% que corresponde a 62 dos conflitos; a disputa pelo recurso **terra** tem o valor percentual de 44%, que equivale a 48 dos conflitos. Verificamos que

no período entre 2010 a 2018 foram catalogados no total 110 conflitos socioambientais em Sergipe. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) classifica os *Conflitos no Campo* relacionados à luta por **terra** em três categorias: *Conflitos por terra*<sup>54</sup>, *Ocupações/retomadas*<sup>55</sup> e *Acampamentos*<sup>56</sup>; e os conflitos relacionados à luta pela água em duas categorias: *Conflitos pela Água*<sup>57</sup> e *Conflitos em Tempo de Seca*<sup>58</sup>. Na nossa pesquisa identificamos o total de conflitos que envolvem a disputa por água e por terra referente a estas categorias e apresentamos o total de famílias envolvidas nos conflitos.

**Quadro 1-** Disputa por Terra em Sergipe - 2010/2018

<b>Recurso Terra</b>	<b>Nº de conflito</b>	<b>Nº de famílias envolvidas</b>
Conflitos por Terra	25	1584
Ocupações/Retomadas	17	1720
Acampamentos	06	360
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>3664</b>

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. (Elaboração própria)

Observamos que dentre as classificações de disputa pelo recurso terra a que apresenta maior expressividade é a categoria **Conflitos por terra** (são 25 conflitos). Estes conflitos envolvem sujeitos que habitam em seu território e reivindicam a garantia de posse, uso e propriedade da terra e o acesso aos recursos naturais neles existentes; em seguida aparece a categoria **Ocupações/retomadas**, representando 17 conflitos. Nesse caso a disputa pela terra envolve, especificamente, sujeitos que ocupam propriedades rurais improdutivas; por último aparece a categoria **Acampamentos**, que expressa o menor quantitativo (06 conflitos). Verificamos também que a categoria “Ocupações/retomadas” apresenta o maior quantitativo de famílias envolvidas nos conflitos, apesar de a quantidade de conflitos da categoria “conflitos

<sup>54</sup> “São ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.” (CANUTO; LUZ; ANDRADE, 2018, p. 19)

<sup>55</sup> “São ações coletivas das famílias sem terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito. (p. 19)

<sup>56</sup> “São espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos [...]. (CANUTO; LUZ; ANDRADE, 2018, p. 19)

<sup>57</sup> “São ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados. (CANUTO; LUZ; ANDRADE, 2018, p. 19-20)

<sup>58</sup> “São ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semiárido”. (CANUTO; LUZ; ANDRADE, 2018, p. 20)

por terra” ser maior entre as categorias apresentadas. Em seguida, no quadro 2, demonstraremos os conflitos que envolvem a disputa pela água.

**Quadro 2** - Disputa pela Água em Sergipe - 2010/2018

<b>Recurso Água</b>	<b>Nº de conflito</b>	<b>Nº de famílias envolvidas</b>
Conflitos pela Água	61	3542
Conflito em tempo de Seca	01	500
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>4042</b>

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. (Elaboração própria)

Entre os conflitos que envolvem a disputa pela água foi catalogado apenas um conflito na categoria **em tempo de seca**. É notável a enorme expressividade da quantidade de conflitos catalogados na categoria **Conflitos pela água** (representa 62 conflitos). É importante ressaltar que os dados coletados no *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil* (exposto no gráfico 01) demonstram que a maioria dos conflitos socioambientais do estado de Sergipe envolvem a disputa por terra (representando 73% do total de conflitos); em contraposição, os dados coletados no banco de dados da *Comissão Pastoral da Terra - CPT* (expostos no gráfico 02 e nos quadros I e II) demonstram que a maior parte dos conflitos (56% do seu total) ocorre pela disputa de água.

Provavelmente este desencontro de informações entre estas duas fontes de pesquisa ocorrem pela não atualização dos dados no *Mapa*. Este disponibiliza informações sobre os conflitos do estado de Sergipe até o ano de 2016. Entretanto, a Comissão Pastoral da terra disponibiliza dados mais recentes. No último relatório, publicado este ano pela CPT, referente aos conflitos ocorridos em 2018, identificamos que houve um aumento do índice de conflitos pela água em Sergipe (foram registrados 55 conflitos) e apenas 05 conflitos envolvendo a disputa por terra no mesmo ano. Portanto, os dados confirmam que, atualmente, no estado de Sergipe, os índices de conflitos envolvendo a disputa pela água são superiores aos índices de conflitos de disputa por terra. Essa particularidade do território sergipano é um retrato de uma problemática que se manifesta em escala global, que é a privatização do uso e acesso da água. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra os conflitos por água são causados pelos seguintes casos:

[...] diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou



reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes que diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água (CPT, 2019, p. 21; suprimimos)<sup>59</sup>.

Conforme o relatório publicado pela CPT este ano, entre 2004 e 2018, no Brasil, a maioria dos conflitos socioambientais que envolve a disputa por água são causados pela atividade da mineração

A mineração foi responsável por 579 casos dos conflitos envolvendo a água (51,6% do total de conflitos por água), por 535 dos casos de conflitos por terra (47,6% do total dos conflitos) [...]. A distribuição geográfica dos conflitos envolvendo a mineração nas distintas regiões brasileiras demonstra que Nordeste e Sudeste se destacam, sendo a primeira responsável por 39,7% dos casos compilados, e a segunda por 39,4%. Em seguida, a região Norte é realçada com 19,5% dos conflitos. Em todas as regiões do país os impactos e conflitos recaem sobre espaços ocupados predominantemente por grupos excluídos e pobres, em especial do campo (2019, 136, 137, 138; suprimimos).

No relatório publicado este ano pela CPT referente aos conflitos ocorridos em 2018 no Brasil foram catalogados 276 conflitos que envolvem a disputa pela água. As principais categorias causadoras destes conflitos são: Mineradora Internacional (111 conflitos), Empresário (73 conflitos), Hidrelétrica (33 conflitos), Mineradora (28 conflitos), Fazendeiro (27 conflitos), Governo Estadual (02 conflitos), Governo Federal e Empresário Internacional (01 conflito, cada). No caso de Sergipe, a CPT, indica que **a categoria “Empresários” foi responsável por 73 ocorrências (que corresponde a 26,45% dos conflitos por água), concentradas principalmente em Sergipe.** Entretanto, não informa qual a atividade econômica a que estes empresários estão vinculados (CPT, 2019, p. 151).

---

<sup>59</sup> O portal *UOL Notícias* informa que a CPT divulgou, no relatório publicado este ano, que “Os conflitos por água no Brasil explodiram na última década e registraram um crescimento de 513% em dez anos [...]. Desde 2002 [a CPT] contabiliza esse tipo de conflito. Em 2018, foi alcançado o maior número desde o início da catalogação, com 276 casos [...] [e] 73693 famílias afetadas [...]”. Os dados específicos dos conflitos por água ainda mostram que as atividades de mineração são as principais responsáveis pelos conflitos, por poluir rios ou reservatórios, reduzir o acesso ou impedir que comunidades busquem água. Há casos também de impedimento de uso de açudes e barragens, por obras públicas ou por aquisições privadas [...]. **Os estados que mais registraram problemas foram Minas Gerais e Bahia, com 65 casos cada um, seguidos por Sergipe (55), Pará (37) e Espírito Santo (20).** Entre os públicos afetados, 24% eram ribeirinhos, 20% pescadores e 14% eram pessoas afetadas por barragem” (MADEIRO, 2019, n.p.; suprimimos; acrescentamos, grifamos)

Sergipe tem cinco bacias hidrográficas: Bacia do Rio São Francisco, Bacia do Rio Japaratuba, Bacia do Rio Sergipe, Bacia do Rio Vaza Barris, Bacias dos Rios Piauí e Real, Bacias Costeiras. Segundo Silva e Sousa (2013), a bacia hidrográfica do rio Sergipe apresenta maiores conflitos por água. A expansão urbana, associada à expansão das atividades econômicas; a falta de investimento no saneamento urbano; e barramentos feitos por latifundiários, de forma ilegal nos cursos d'água da bacia, intensificam os conflitos por água entre distintos grupos sociais. Além disso, a utilização indiscriminada de agrotóxicos na produção agrícola localizada nas proximidades dos rios e o lançamento de lixo doméstico e industrial nos rios reduzem a qualidade da água e agravam a problemática ambiental. A mercantilização da água

Não se trata apenas da privatização dos serviços domiciliares de água, do abastecimento de água para irrigação das terras e da produção agrícola e industrial, mas de uma 'gestão global da água' que implica a gestão das bacias hidrográficas e dos ecossistemas. A água entrou nessa nova fase ecológica do capital [...] que implica passar da propriedade do que se produz à propriedade das condições ecológicas de produção, à propriedade privada do planeta Terra e da vida humana (LEFF, 2010, p. 100; suprimimos).

A redução da quantidade dos recursos hídricos do estado de Sergipe intensifica-se com as transformações urbanas. O desenvolvimento do capitalismo impõe o aumento da demanda de água no setor industrial, na pecuária, na agricultura, e na mineração com a necessidade de irrigação. Segundo Barbosa e Oliveira (2019, n.p.) os principais setores envolvidos nos conflitos em torno da vazão de água nas Bacias Hidrográficas de Sergipe são: a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (CODEVASF); o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); a Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) (instituições responsáveis pela fiscalização da oferta da água); as comunidades ribeirinhas; agricultores familiares e a Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO.

[A] [...] disponibilização de água pela DESO gera [...] [um] ponto conflituoso, visto que em meio à alta demanda e baixa oferta de água, a empresa precisa dispor de recursos financeiros e de tecnologias para fazer transposição de água entre as bacias do Estado. O lançamento de efluentes é outro impacto ambiental gerador de conflitos nas BHs. Além da reduzida oferta de água, a sociedade ainda se depara com o não tratamento adequado de esgotos industriais e domésticos gerados por atores institucionais governamentais como a Petrobras e institucionais não-governamentais, como Associação de Moradores que tenham Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); e com a ineficaz fiscalização de atores institucionais (IBAMA e ADEMA). A

agroindústria e o desmatamento caminham juntos reduzindo a oferta de água e os territórios de sobrevivências de atores não-institucionais que dependem do extrativismo. O cultivo secular da cana-de-açúcar e o atual desmatamento das áreas de caatinga para plantações de milho envolvem dois principais atores que disputam diariamente por terras e água: donos de fazenda e agricultores familiares (BARBOSA; OLIVEIRA, 2019, n.p.; suprimimos; acrescentamos).

Atualmente os conflitos pelo uso da água têm se agravado pela redução da disponibilidade da água potável para humanidade. Essa problemática ocorre devido ao elevado consumo de água nas indústrias, agropecuária, extrativismo, mineração e na produção de energia, através das hidrelétricas, pois estes setores econômicos necessitam de um uso excessivo da água para aumentar sua produtividade. Segundo Sousa (2013, p. 238) “A expansão em larga escala do sistema do capital, ao atingir o campo, fez com que a terra e água deixassem de ser uma necessidade de quem trabalha para ser um negócio indispensável à extração do lucro, à extração da renda fundiária”. O capital, ao impulsionar o desenvolvimento do agrohídronegócio<sup>60</sup>, faz com que a lógica de gestão econômica da água seja submetida à mercantilização.

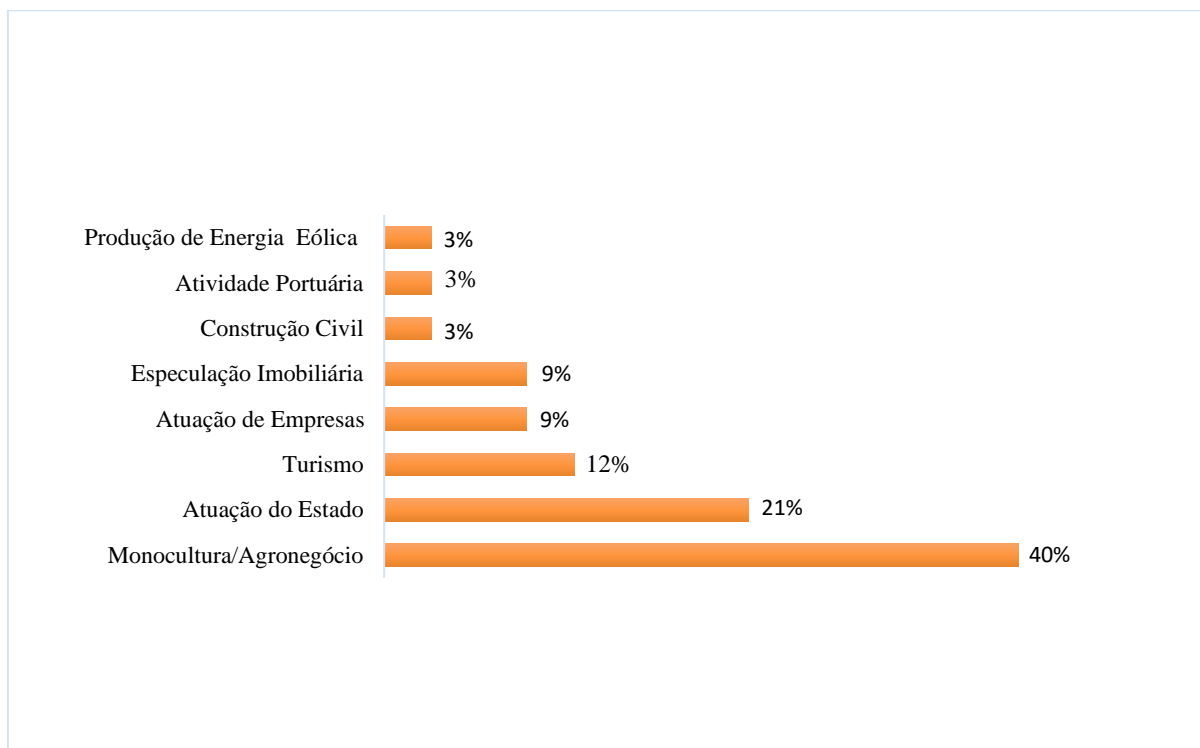
O correr das águas já não reflete o livre curso da vida humana. A água, e suas diversas relações com o funcionamento do ecossistema Terra e de seus territórios de vida, foi desviada de seu curso natural e submetida a um código que já não tenta dar significado à água, mas refuncionalizá-la, apropriar-se dela e administrá-la dentro do sistema econômico. A água se turvou, como o firmamento foi levado pela poluição mercado. A água deixou de ser um espaço de significação, contemplação, recreação e fascinação, para se converter em simples força natural, em potência tecnológica e objeto de apropriação econômica. A água ficou retida e presa pelas represas hidrológicas para seu poder movimentar a economia (LEFF, 2010, p. 112).

Os conflitos socioambientais do estado de Sergipe são causados por uma série de fatores. Os dados revelam que os principais elementos deflagradores de conflitos são a monocultura /agronegócio, a atuação do Estado, o turismo, a especulação imobiliária, dentre outros. Entretanto, é visível que a monocultura /agronegócio é o principal elemento deflagrador dos conflitos, como disposto no gráfico 03 (abaixo):

---

<sup>60</sup> “A monopolização da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital. A água historicamente vinculada ao acionamento dos pivôs-centrais e a irrigação das grandes plantações para exportação, num ritmo de destruição sem limites, mais recentemente também se inscreve na produção de energia elétrica. É dessa complexa e articulada malha de relações que estamos entendendo esse processo no âmbito do agrohídronegócio [...]” (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 9-10; suprimimos).

Gráfico 03 - Elementos deflagradores dos conflitos socioambientais do estado de Sergipe, 2010/2016.



Fonte: Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, 2019. (Elaboração própria).

A **monocultura/agronegócio** representa o valor percentual de 40% do total, que corresponde a 13 elementos deflagradores; a **atuação do Estado** aparece com 23%, que corresponde a 07; o **turismo** aparece com o valor percentual de 12%, que corresponde a 04; a **atuação de empresas**<sup>61</sup> e a **especulação imobiliária** apresentam o percentual de 9%, que corresponde a 03 cada; a **construção civil**, a **atividade portuária** e a **produção de energia eólica**, no valor percentual de 3%, corresponde a 01 cada.

Os elementos deflagradores relacionados aos conflitos que envolvem a *disputa por terra* são os acima citados; os elementos deflagradores relacionados aos conflitos que envolvem a *disputa por vegetação (mangaba)* são: a monocultura/agronegócio, o turismo, a especulação imobiliária e a construção civil; a *disputa por terra/água* é causada apenas pela atividade do turismo; e a disputa em *defesa da identidade cultural e reestruturação do patrimônio histórico e dos direitos sociais* é causada pela ausência e/ou ineficácia na atuação do Estado.

<sup>61</sup> Estas empresas estão ligadas às atividades da mineração, à produção de cimento e à logística de transporte ferroviário. Elas atuam na operação do Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), que é um dos elementos deflagradores do conflito localizado no município de Barra dos Coqueiros. As características deste conflito serão tratadas no capítulo III.

Nos conflitos mapeados foi possível identificar algumas culturas agrícolas que se destacam na categoria monocultura/agronegócio como elementos deflagradores dos conflitos. As principais são: o milho, a laranja e principalmente a cana-de-açúcar. Além disso, identificamos a atividade da carcinicultura. Outras fazendas envolvidas não conseguimos identificar o que produzem. Conceição (2011, p. 11) ressalta que

A paisagem que acompanha o litoral sergipano é do domínio do “capim verde” - a cana. Adentrando no campo [verifica-se] [...] a ausência das unidades de produção camponesas que são pressionadas pelo domínio do agronegócio da cana, da laranja e atualmente pela intensiva expansão do agronegócio do milho (suprimimos; acrescentamos).

O Estado também aparece elemento deflagrador dos conflitos<sup>62</sup>. Este representa os interesses da burguesia, no caso de Sergipe representada pela oligarquia latifundiária. Agentes do Estado, como por exemplo as polícias militar e civil, atuam por meio das ações de violência nos territórios em que ocorrem conflitos para favorecer grupos econômicos representantes do agro-hidronegócio. Por outro lado, têm-se também a omissão do Estado, que se manifesta através da morosidade nos processos de regularização dos territórios dos sujeitos da classe trabalhadora. Além disso, alguns territórios que obtiveram a regularização da posse da terra ainda continuam sendo ameaçados de perdê-la e lutam pela defesa da identidade cultural e pelo acesso aos direitos sociais.

O modo pelo qual os governantes encaminham a resolução do problema da posse e uso da terra atende a algumas exigências estruturais dos interesses representados no Estado[...]. Só ocorre a discreta distribuição de títulos de propriedades a posseiros quando estes se revelam particularmente fortes, em termos de capacidade de luta. Em todos os outros casos, os grileiros, pistoleiros, jagunços e policiais são encarregados de resolver as pendências. (INNI, 2004, p. 250)

Representando os interesses do Estado, ex-prefeitos, prefeitos, juízes e vereadores, estão envolvidos diretamente nos conflitos, pois alguns deles são fazendeiros ou tem familiares latifundiários. Por estarem presentes nas instituições governamentais acabam negligenciando ou mesmo dificultando o acesso aos recursos necessários à reprodução social dos sujeitos da classe trabalhadora, portanto, acirrando os conflitos socioambientais. E não poderia ser

---

<sup>62</sup> No capítulo III trataremos da atuação do Estado burguês enquanto sujeito apoiador dos setores do capital nos conflitos e em outros casos como o sujeito deflagrador dos conflitos, explicitando sua natureza e seu papel enquanto instrumento de dominação da classe burguesa para manutenção de seus privilégios.

diferente: o sistema político brasileiro foi construído a partir de um modelo político oligárquico de caráter paternalista e clientelista. A revolução burguesa brasileira não rompeu com a estrutura política antidemocrática operada pela exclusão das classes subalternas dos processos de decisão política. Segundo Fernandes (1979), a estrutura política de países dependentes, como é o caso do Brasil, combina padrões políticos democráticos, autoritários e autocráticos.

Além da monocultura/agronegócio e da atuação dos Estado, outro elemento deflagrador que tem expressividade nos conflitos é a indústria do turismo. No município de Aracaju este setor do capital está envolvido na disputa pelos recursos terra/água, com pescadores artesanais. Outro conflito, no mesmo município, envolve a disputa pela vegetação, com as catadoras de mangabas; no município de Brejo Grande ocorre a disputa por terras ocupadas por remanescentes quilombolas; e no município da Barra Coqueiros a atividade envolve a disputa por terra que pertence aos povos tradicionais. O mapa não menciona a relação da atividade do turismo com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entretanto, identificamos o apoio do Estado na construção de projetos turísticos, por exemplo, por meio da alteração do plano diretor do município para permitir a instalação de empreendimentos turísticos. Em seu discurso, o Estado afirma que a atividade gera o crescimento e o desenvolvimento econômico do município e que beneficia a população com a criação de empregos. Porém, sabemos que o turismo envolve a mercantilização dos recursos naturais, impactando a vida e o trabalho de segmentos da classe trabalhadora.

A indústria do turismo tem avançado sobre o litoral sergipano e tem uma relação com o desenvolvimento da construção civil e da especulação. Atualmente são construídas residências nas margens dos rios e com isso ecossistemas como manguezais são devastados, ameaçando as formas de produção e reprodução da vida social de populações ribeirinhas. Segundo Ribeiro e Reiher (2012, n.p.; suprimimos) no município de Aracaju

Estas construções nas margens dos rios proporcionam [sic!] a estes moradores que o rio seja o quintal de sua casa. Residências equipadas com deks, quiosques com piscinas, local para ancorar lanchas, jet-ski, projetos paisagísticos luxuosos possibilitam que a margem do rio torne-se [sic!] o jardim da mansão [...] A partir de construções que tomam conta da margem dos rios, os pescadores acabam tendo dificuldade de acesso a este. Como estão sendo expulsos desta área, acabam [sic!] indo morar distantes da margem.

Em síntese: os dados catalogados no *Mapa* demonstram que os conflitos socioambientais do estado de Sergipe têm como principais recursos em disputa a terra e a água. São causados principalmente pelo desenvolvimento da monocultura (milho, laranja e cana-de-açúcar). Historicamente, no Brasil, a monocultura foi implantada em grandes propriedades fundiárias e

a posse da terra ocorreu e permanece extremamente desigual, pois a reforma agrária não foi realizada. “Sergipe reflete a elevada concentração de terra existente no Brasil” (LOPES, 2001, p. 301). Isso revela que os conflitos ambientais têm uma relação intrínseca com as particularidades da formação socio-histórica e com o processo de acumulação por despossessão. No entanto, é importante ressaltar uma recente característica dos conflitos socioambientais no território Sergipano, que se configura no grande aumento de conflitos que envolvem a disputa por água. Inclusive, conforme identificado no relatório publicado este ano pela Comissão Pastoral da Terra, a quantidade de conflitos que envolvem a disputa por água representa um quantitativo superior aos conflitos que se constituem na disputada por terra. Portanto, a partir dos dados coletados pela CPT podemos afirmar que o principal elemento deflagrador dos conflitos é o agro-hidronegócio.

**CAPÍTULO III**  
**CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS POLÍTICOS ENVOLVIDOS NOS CONFLITOS**  
**SOCIOAMBIENTAIS NO ESTADO DE SERGIPE**



## 7. O quadro atual da economia sergipana

Após a crise do capital de 1970 o capitalismo monopolista-financeiro tem buscado novas formas de exploração da força de trabalho e de espoliação das riquezas naturais dos países periféricos para superar a essa crise estrutural que traz consequências nefastas para sociedade. Já realizei digressões sintéticas sobre estes processos nos capítulos precedentes. A produção de mercadorias no modo de produção capitalista impõe a voracidade da exploração dos recursos ambientais do planeta em nome da lucratividade. Como resultado temos uma crise ecológica planetária que se expressa na escassez dos recursos naturais e no crescimento da miserabilidade. Atualmente há uma transmutação do capital mundializado com relação à forma de exploração da força de trabalho e das riquezas dos países periféricos, embora a essência da espoliação permaneça aquela do período da acumulação primitiva de capital, atualmente denominada por Harvey de acumulação por despossessão. Ao citar Roy, Harvey (2005, p. 133) destaca que a privatização nesse processo é, sobretudo,

[...] a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Figuram entre os ativos produtivos os recursos naturais. A terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa... Apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história (suprimimos)

Segundo Harvey (2005, p. 147, suprimimos; acrescentamos), “o veículo primário da acumulação por espoliação [...] [é] a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) [...]”. Isso tem interferido na dinâmica político-econômica dos países periféricos devido à relação de subserviência destes aos países de economia central. A divisão internacional do trabalho (DIT) determina qual o lugar de cada país no processo de produção, exportação e importação de mercadorias, ou seja, no mercado mundial capitalista. O Brasil, que apesar de ter buscado desenvolver a industrialização, especificamente com a política de “substituição de importação” iniciada em 1930 e com o investimento da “industrialização pesada” no período autocrático burguês, atualmente assume papel semelhante à velha economia primário-exportadora. Porém, apresenta outra faceta: sua produção absorveu a mecanização agrícola no processo produtivo, com a intensificação da produção de *commodities* – sustentáculo de um país economicamente dependente do capital

internacional. Portanto, o intercâmbio de mercadorias na DIT revela o desenvolvimento desigual da economia capitalista.

Porto-Gonçalves (2012, p. 131) ressalta que “é importante que se considere o papel das agências multilaterais como o Banco Mundial, além dos grandes bancos privados internacionais, como protagonistas dessa redivisão internacional do trabalho”, pois essas agências favorecem os países centrais na exploração dos recursos naturais dos países periféricos por meio de financiamentos de megaprojetos econômicos. O capital financeiro tem se utilizado do Estado para expandir sua lucratividade (como sempre fez) e avançar sobre a riqueza natural dos países periféricos através das políticas neoliberais.

[...] Nessa lógica globalizada, os governos locais diminuíram ou praticamente abandonaram as políticas públicas de comércio local e para agricultura camponesa de base familiar. Os governos liberaram os mercados nacionais e executaram as políticas de ajuste estrutural do neoliberalismo em favor das grandes transnacionais, através de isenções fiscais nas importações e exportações e taxas de juros favoráveis ao modelo de agricultura capitalista. Com a crise do capital em 2008, os investimentos mais significativos para os grandes grupos econômicos foram aplicar seus capitais voláteis em ativos fixos como terra, minério, matéria-prima agrícola, água, território rico em biodiversidade e em produção de energias renováveis, como usinas de etanol e hidroelétricas (BARROS, 2018, p. 178-179; suprimimos).

No Brasil, o modelo produtivo monocultor/agroexportador provocou uma exploração predatória dos recursos naturais e a destruição do campesinato, com a modernização do latifúndio através da introdução de técnicas que impulsionam o aumento da produtividade, transformando o velho e arcaico latifúndio em empresas rurais capitalistas dotadas de acesso a tecnologias de ponta e alta produtividade. Esse modelo avançou no Nordeste com a expansão da fronteira agrícola, causando o aumento de conflitos socioambientais na região; conseqüentemente, o estado de Sergipe é inserido nesta mesma dinâmica. Dessa forma, faz-se necessário compreender como o agronegócio desenvolve-se no estado de Sergipe, bem como entender sua inserção no mercado mundial, sobretudo, no que se refere às monoculturas agroexportáveis. Nosso objetivo central neste capítulo é analisar a constituição dos sujeitos políticos envolvidos nos conflitos socioambientais no estado de Sergipe para isso pretendemos traçar algumas características sobre a economia Sergipana no período recente.

Como foi dito no capítulo anterior o Brasil recebeu investimento por parte do Estado e do capital estrangeiro na industrialização pesada no período autocrático burguês iniciado na década de 1960. Entretanto, não foi apenas o desenvolvimento da atividade industrial que obteve incentivo no regime militar. A agricultura nesse período passou por transformações, foi

modernizada, ao adotar as práticas da “revolução verde” sob a lógica do desenvolvimento do agronegócio.

[...] desde a ditadura militar, os governos brasileiros vêm investindo na agricultura, através da expansão de complexos agroindustriais, articulados com o capital financeiro internacional. Já nesse período ocorre um processo de articulação entre o capital agroindustrial, o sistema de crédito à agricultura, à agroindústria e à propriedade fundiária no sentido de estruturar e sustentar a modernização conservadora da agricultura<sup>63</sup> (BARROS, 2018, p. 181; suprimimos).

No caso do Estado de Sergipe, “ao longo do período de 1970-1995 foram verificadas mudanças significativas no uso da terra com a expansão da atividade agropecuária [...] e na ocupação da fronteira agrícola” (CONCEIÇÃO, 2011, p. 5-6; suprimimos). Na década de 1970 a economia agrícola sergipana consolidou o polo citrícola. A produção da laranja concentrou-se na região centro-sul do estado, tendo como principal produtor o município de Boquim. Além deste município, destacaram-se também no setor da citricultura Pedrinhas, Itabaianinha, Riachão, Arauá e Umbaúba. A expansão da produção de laranja foi alcançada com a construção da Estação Experimental de Boquim, vinculada à Superintendência da Agricultura e Produção (SUDAP), e a instalação da FRUTENE, a primeira indústria esmagadora de laranja do estado, localizada no município de Estância. Isso favoreceu a exportação de suco concentrado de laranja. Outra cultura que cresceu nesse período foi a cana-de açúcar, com produção concentrada nas regiões do Cotinguiba e do Japaratuba. O cultivo foi estimulado pela criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Com relação à estrutura produtiva de base industrial Sergipe destaca-se na década de 1970 em três setores: a indústria de produtos alimentícios, que inclui a produção de açúcar; a indústria têxtil; e a produção de minerais não metálicos, incluindo aqui a produção de cimento. Esta década foi marcada também pela ampliação da exploração do petróleo (LACERDA, 2013). Na década de 1980 Sergipe passou

[...] por uma transformação mais profunda de sua estrutura industrial, com a implantação de uma cadeia produtiva mínero-química [...]. Em 1981, a Petrobras pôs em funcionamento a Unidade de Produção de Gás Natural (UPGN) no Terminal Marítimo de Carmópolis – TECARMO, [...] O fornecimento de gás natural viabilizou, por sua vez, a implantação, em 1982, da Nitrofétil, hoje Fafen, dedicada à produção de amônia e uréia [...]. Em

---

<sup>63</sup> Por trás desse projeto de modernização de agricultura implementado na ditadura militar tivemos uma militarização da questão fundiária com intenso massacre às lutas camponesas no Brasil. Com o golpe militar de 1964 o projeto de reforma agrária de Goulart foi liquidado e procedeu-se a uma verdadeira caçada às lideranças sindicais que militavam nas Ligas Camponesas. [...] O período de existência dos dois órgãos promotores da contra-reforma [sic] agrária dos militares, IBRA e INDA, de 1964 a 1970, esteve marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros (OLIVEIRA, 2007, p. 120 e 122; suprimimos).

1986, a então Petrobras Mineração S/A (Petromisa) [...] começou a operar a unidade da mina Taquari-Vassouras de extração e beneficiamento da silvinita [...]. Sergipe passava a contar, de fato, com a 1ª unidade de produção potássio do hemisfério sul e que permanece, até os dias de hoje, explorada sob contrato de leasing pela Vale, como a única planta de produção do nutriente agrícola instalada no Brasil (LACERDA, 2013, n.p.; suprimimos; acrescentamos)

Percebemos que entre 1970 e 1980 os investimentos na base industrial do estado sergipano refletem o período de desenvolvimento da industrialização pesada no Brasil. Contudo, notamos que os investimentos no setor industrial em Sergipe estão ligados ao setor primário, seja agrícola ou extrativista. Os exemplos citados foram a criação da FRUTENE (indústria de processamento do suco de laranja para exportação); a produção do açúcar, que implica no plantio da cana-de-açúcar; e a implantação do polo minero-químico englobando a produção de gás natural, amônia, uréia e potássio. Isso demonstra que o desenvolvimento da industrialização do nosso estado é dependente do setor primário e que a base industrial de Sergipe é estruturada na exportação de *commodities* agrícolas e minerais, sendo o estado sergipano uma expressão particular da base exportadora de produtos primários que historicamente compõe a economia brasileira.

Nos anos 1990 o ideário neoliberal marca o cenário de abertura comercial do Brasil com a desregulamentação da economia. O Estado impulsiona a instauração de um processo de privatização das empresas estatais. Esta conjuntura gera dificuldades no desenvolvimento industrial de Sergipe, que é dependente de investimentos públicos. Conforme Lacerda (2014, n.p.)

[...] a economia sergipana passa quase toda a década de noventa sem novos investimentos industriais expressivos [...]. Com a sustação de investimentos pelas empresas estatais e o declínio do programa de industrialização da SUDENE, a expansão da atividade industrial de Sergipe, a exemplo dos demais estados da região Nordeste, ficou na dependência da atração de empreendimentos por meio dos incentivos estaduais no âmbito da chamada Guerra Fiscal entre os estados<sup>64</sup> (suprimimos).

Ainda segundo Lacerda (2014), no período 1971 e 2000, houve uma desaceleração acentuada nas taxas do PIB de Sergipe, pois como podemos observar de 1971 a 1980 o PIB cresceu 10,2%; de 1981 a 1990 a taxa de crescimento foi de 4,8%; e de 1991 a 2000 o

---

<sup>64</sup>Neste período, “O setor industrial que respondia por 44,4% da riqueza produzida em Sergipe, em 1990, vê sua participação reduzida para 37,3% no ano de 2000, e a indústria de transformação reduz de 23,8% para 18,7% a sua participação [...]” (LACERDA, 2014, n.p.; suprimimos)

crescimento da taxa do PIB foi de 2,5%. Para este autor a queda da taxa do PIB está relacionada à conjuntura do neoliberalismo, que provocou o redimensionamento do papel do Estado ao incentivar o processo de privatização das empresas estatais. Além disso, causou o desmonte de políticas de desenvolvimento de regiões pauperizadas do país. Notadamente Sergipe e os outros estados nordestinos tiveram uma perda expressiva com relação à possibilidade de obter o crescimento econômico industrial devido às mudanças econômicas iniciadas na década de 1990.

Por outro lado, o setor agrícola de Sergipe continua expandindo. Este mesmo autor expõe os dados da *Pesquisa Agrícola Municipal*, do IBGE, e revela o aumento da produção de algumas culturas agrícolas “Em 1990 quatro culturas temporárias, milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar, e duas culturas permanentes, laranja e coco, ocupavam 88% das áreas plantadas em Sergipe. Em 2000, essas mesmas culturas respondiam por 90% da área plantada [...]” (LACERDA, 2014, n.p. suprimimos).

Observa-se que a partir da década de 1990 o setor primário desenvolve-se ainda mais em Sergipe. Isso está relacionado ao processo de desindustrialização da economia brasileira, que continuamente vem se estruturando em conformidade com o cenário mundial. A nova configuração das relações econômicas entre os Estados-nações determina ao Brasil um aprofundamento de sua larga posição subalterna no intercâmbio comercial da troca de mercadorias, como exportador de *commodities*.

No Brasil, esse processo de penetração do capital mundializado na agricultura ganhou novo impulso de desenvolvimento a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e na sequência no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando funda-se uma estratégia de retorno no investimento em complexos agroindustriais (já realizados por ocasião da modernização conservadora no período de 1960 a 1980) associados a grande propriedade privada da terra para responder à balança comercial externa. Essa estratégia se consolida através da inserção do capital financeiro na agricultura, sob a prioridade do agronegócio, valorizando o mercado de terras e as exportações de produtos primários (BARROS, 2018, p. 176-177).

É assim com a região Nordeste e com Sergipe. Podemos verificar isso no documento *Guia Básico - Serviço de Apoio ao investidor* - publicado no endereço eletrônico do *Núcleo de Informações Econômicas do Estado Sergipe (NIE/SE)*, onde são apresentadas as principais cadeias produtivas do estado de Sergipe, quais sejam: **Alimentos e Bebidas**, na qual os principais cultivos são: cana-de-açúcar, milho e laranja, e a produção do leite, que tem contribuído com a expansão do setor agropecuário, o qual tem passado por um processo de modernização e mecanização. Esta é a cadeia produtiva mais propícia aos investimentos do

capital. Nela devemos destacar que Sergipe ocupa a quarta posição na produção nacional da laranja, sendo este o principal item da pauta exportadora, especialmente fundada na produção do suco da fruta; **Petróleo e Gás**, segmento que também tem recebido grandes investimentos devido ao potencial advindo das bacias petrolíferas. Sergipe ocupa a 6ª posição no ranking nacional da produção de petróleo e gás; **Construção Civil** é um dos setores que tem crescido no estado, interligado a diversos segmentos industriais. Configura-se como uma das atividades mais dinâmicas do estado. Além desses três segmentos da cadeia produtiva, o setor da indústria extrativista; da produção de álcool e açúcar; e da indústria têxtil desempenham papel importante nas atividades econômicas do estado (ANDRADE, 2017, p. 17-18).

Os governos sergipanos, em consonância com o governo Federal, têm direcionado investimentos públicos para o desenvolvimento da economia Sergipana objetivando atrair investimento privado para o setor do agronegócio com a consolidação do tripé: Estado -capital-mercado no processo da mundialização da economia. O modelo do agronegócio tem contribuído com a expansão da monocultura. No Nordeste, os estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Sergipe têm avançado na produção da cana-de-açúcar para desenvolver o setor sucroalcooleiro (CONCEIÇÃO, 2011). Em Sergipe, as principais monoculturas do agronegócio são a cana-de-açúcar, o milho e a laranja. No caso da produção canavieira, como já citado, a nova configuração de sua expansão está atrelada ao surgimento do Programa Nacional do álcool- PROÁLCOOL, criado no início da década de 1970, no período da crise do petróleo. Em Sergipe, o cultivo da cana-de-açúcar foi estimulado pelo Estado

A política governamental local em sintonia com a política do governo federal prioriza o agronegócio como a grande solução para o desenvolvimento do estado/país, preocupados na garantia do aumento de commodity. O crescimento sucroalcooleiro com o progresso tecnológico estabelece o aumento da produção canavieira devido à utilização do álcool combustível transformando o campo brasileiro num cenário de domínio do capital, na formação de commodity para o mercado internacional (CONCEIÇÃO, 2011, p. 11)

O desenvolvimento do agronegócio da cana-de-açúcar visou atender o mercado global. No campo sergipano esse crescimento da produção beneficiou a elite canavieira. Enquanto o trabalhador foi explorado e submetido às relações precárias de trabalho, o latifundiário da cana aumenta sua lucratividade, propiciada pelo investimento do governo na agroindústria do álcool. Com relação à produção do milho Conceição (2013, p. 95) afirma que

Desde 2007 a política local governamental no estado de Sergipe em sintonia com o modelo nacional/mundial do Banco Mundial e suas mediações, sustenta sua meta no incentivo da exploração agrícola para a transação comercial, no sistema de inclusão em cadeias produtivas. Nesta direção o cultivo do milho aponta como o grande empreendimento. Não se pode esquecer que o cultivo do milho, introduzido sob o modelo da produção do agronegócio, torna necessário à utilização de insumos agrícolas, principalmente fertilizantes e agrotóxicos.

Sobre a monocultura da laranja, que desde a década de 1970 continua tendo destaque nas exportações, Conceição (2013) afirma que o processo de produção e comercialização deste cultivo é desenvolvido por meio da relação subalterna dos agricultores familiares com os outros setores do processo produtivo. Na cadeia produtiva o pequeno produtor tem sido impossibilitado de competir no mercado, pois os preços são monopolizados pelo capital industrial e financeiro. Além de estar subordinado ao oligopólio das grandes empresas o pequeno produtor fica subordinado aos interesses dos atravessadores:

A monopolização da produção da laranja tem transformado os pequenos produtores funcionais ao interesse da produção extensiva, transformando o campo sergipano em áreas de produção para o capital, a unidade de produção de alimentos cede lugar à produção de exportação, para o favorecimento da monocultura. A monopolização desse cultivo tem servido apenas para ampliar a esfera de domínio das grandes empresas do agronegócio, donos de indústrias de suco concentrado que também são produtores de laranja, eucalipto e gado [...]. Nos últimos anos a citricultura em Sergipe está sob o domínio do oligopólio formado por quatro grupos que são: Cutrale [...]; Citrosuco; Louis Dreifus Commodities – LDC (francesa); e Citrovita, da Votorantim. Essas empresas controlam o mercado impondo preços e condições de venda. Os pequenos produtores estão totalmente subordinados a este oligopólio (CONCEIÇÃO, 2011, p. 6,7,8; suprimimos).

A monopolização da laranja por empresas estrangeiras expressa a forma como o imperialismo avançou sobre as atividades agrárias dos países periféricos. Este processo é estabelecido por uma relação de subordinação da burguesia nacional à burguesia estrangeira, em que a exploração da força de trabalho e apropriação do produto do trabalho é direcionada para atender as demandas do capital internacional. Segundo Ianni (2004, p. 165),

É profunda e diversificada a penetração desse capital na agricultura. As empresas, transnacionais ou imperialistas, estão presentes em toda agricultura e agroindústria, além de suas articulações com a indústria, o comércio e o banco. Formam grandes e poderosos complexos econômicos.

Sergipe é alvo da espoliação do capital internacional, pois através do modelo neoliberal de gestão política, pautado na reconfiguração da aliança do Estado com empresas oligopolistas, legitima-se o agronegócio como a solução para sair do atraso econômico. Sabemos, na verdade, que o agronegócio expressa uma nova configuração do avanço do capital sobre as riquezas dos países periféricos. A mercantilização da terra para o cultivo da laranja, do milho e da cana-de-açúcar em Sergipe demonstra que o passado colonial permanece nas entranhas do nosso presente: “numa só palavra, a utilização da terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim, essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais [...]” do grande capital (PRADO JÚNIOR et al, 1969, p.12; suprimimos).

Segundo o documento “*Análise da Balança Comercial Sergipana/1º trimestre de 2019*”, elaborado pelo NIE/SE e pelo Centros Internacional de Negócios (CIN/SE), o estado de Sergipe no período de janeiro a março deste ano importou 323 produtos. Destes, os cinco principais produtos importados foram, respectivamente: tubos flexíveis de ferro ou aço; trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura; coque de petróleo não calcinado; cloretos de potássio; Diidrogeno-ortofosfato de amônio hidrogeno-ortofosfato de diamônio. Esses cinco produtos representam 63,2% das importações do estado<sup>65</sup> (LIMA et al. 2019, p. 16).

Com relação às exportações, Sergipe vendeu 54 itens distintos no período de janeiro a março de 2019. Destes, os cinco principais produtos exportados foram, respectivamente: suco (sumo) de laranja não fermentado; açúcares de cana, beterraba, sacarose quimicamente pura, sol; calçados de borracha e plástico; óleo essencial de laranja; e preparações alimentícias. Esses cinco produtos correspondem a 85,4% da produção exportável do estado<sup>66</sup> (LIMA et al. 2019, p. 8). Notamos que a balança comercial Sergipana de janeiro a março deste ano foi desfavorável, pois o índice de exportações foi inferior ao índice de importações, resultando no déficit financeiro<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> Sergipe realizou aquisições de quarenta e cinco países diferentes. Os principais países fornecedores foram: Reino Unido, representando 35% das importações; Estados Unidos com a participação de 15,9%; Argentina totalizando 13,2%; China correspondendo a 9,3%; Indonésia com a participação de 4,6% (LIMA et al. 2019, p.17).

<sup>66</sup> Sergipe destinou suas vendas para 46 países. Os principais destinos das exportações do estado foram: Bélgica com a participação em 29,9%; Países Baixos (Holanda) totalizando 25,1%; Benin correspondendo a 8,6%; Togo e Espanha representando, cada um 4%, do total das exportações (LIMA et al. 2019, p. 8-9).

<sup>67</sup> “No primeiro trimestre de 2019, o saldo da balança comercial sergipana apresentou déficit de US\$ 34 milhões. O saldo é resultado da diferença do total das exportações, que alcançaram pouco mais de US\$ 18 milhões e das importações que somaram US\$ 52,1 milhões. Em termos relativos, o déficit registrado nos três primeiros meses do ano situou-se 58,6% acima do déficit anotado no mesmo período do ano anterior” (LIMA et al. 2019, p. 4).



Apesar de o estado sergipano continuar buscando desenvolver o setor industrial, observa-se que as exportações da produção econômica do estado são de baixa intensidade tecnológica<sup>68</sup>. Os dados mostram que este estado é pouco industrializado: sua base econômica está relacionada principalmente com a produção das *commodities* minerais (petróleo e gás) e agrícolas. Dentro da região Nordeste Sergipe constitui-se como uma sub-região que apresenta escasso desenvolvimento tecnológico devido ao parco investimento nas áreas de ciência e tecnologia.

Além disso, observamos que exportações sergipanas indicam os caminhos da reprimarização econômica, com a predominância de atividades do setor do agronegócio - atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas pela agroindústria. Aqui faz-se necessário ressaltar que foi apresentado no segundo capítulo, a partir da coleta de dados no *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*, que o setor *monocultura/agronegócio* é o principal elemento deflagrador de conflitos socioambientais de Sergipe. Neste mesmo Mapa foram identificadas algumas culturas agrícolas relacionadas a esta atividade, dentre elas, o milho, a laranja e principalmente a cana-de-açúcar<sup>69</sup>. Também identificamos, por meio do *Núcleo de Informações Econômicas Estado Sergipe (NIE)*, que estes cultivos fazem parte das principais monoculturas da cadeia produtiva da economia sergipana.

Portanto, os dados apresentados revelam que os traços da economia sergipana expressam a face de um Brasil que, nos últimos anos, tem seguido na direção da desindustrialização com uma economia voltada para a produção de *commodities*. No caso de Sergipe, a partir de uma base tecnológica incipiente. Essas características demonstram o descompasso, ou melhor, a impossibilidade de o Brasil conseguir estruturar uma base produtiva com um desenvolvimento técnico-científico elevado, como os Estados-nação de economia central, pois o desenvolvimento “desigual e combinado” faz parte dos fundamentos do sistema do capital. Os Estados-nação desenvolvem-se economicamente em graus diferenciados por meio da espoliação das riquezas de outros países. Neste cenário atual do desenvolvimento capitalista a crescente exploração predatória e ilimitada da natureza tem provocado o

---

<sup>68</sup> Dentre as mercadorias produzidas pelas indústrias sergipanas, no primeiro trimestre de 2019 (janeiro-março), 90,5% foram classificadas como de baixa intensidade tecnológica; 8,2% de média-alta intensidade tecnológica; 0,7% de média-baixa intensidade tecnológica e 0,5% são sem classificação (LIMA et al. 2019, p.12).

<sup>69</sup> Neste capítulo analisamos os dados coletados no *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*. Não foi possível coletar os dados nos *relatórios da Comissão Pastoral da Terra – CPT* (como fizemos no capítulo II) sobre os sujeitos políticos envolvidos nos conflitos, devido ao término do prazo para conclusão desta dissertação. O prazo de 24 meses, no mestrado, foi insuficiente para coletar e analisar o volume de dados disponibilizado pelas fontes documentais selecionadas, pois 12 meses para planejar, executar e dissertar é um prazo curto quando se há necessidade de minudenciar e aprimorar as descobertas realizadas durante a pesquisa.

acirramento dos conflitos socioambientais entre as frações das classes fundamentais na disputa pelos recursos naturais.

## **8. Sujeitos políticos envolvidos nos conflitos socioambientais de Sergipe e sua relação com o Estado**

As classes sociais estruturam-se no sistema das relações sociais de produção. É a forma de produção e de apropriação dos bens materiais necessários à existência que determina a constituição das classes sociais. “O termo classe social identifica os grandes grupos humanos que se relacionam e lutam entre si para produzir o próprio sustento, criando relações de dominação para apropriarem-se do excedente gerado além do mínimo necessário à subsistência” (RIDENTI, 2001, p. 13). A gênese das classes sociais está relacionada à forma de apropriação do excedente econômico.

Uma classe social define-se pelo seu *lugar* no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da divisão do trabalho, que compreende as relações políticas e as relações ideológicas. A classe social é, neste sentido, um conceito que designa o *efeito de estrutura* na divisão social do trabalho (as relações sociais e as práticas). Este lugar abrange assim o que chamo de determinação estrutural de classe, isto é, a própria existência da determinação da estrutura – relações de produção lugares de dominação-subordinação política e ideológica – nas práticas de classe: as classes só existem na luta de classes. (POULANTZAS, 1978, p. 14 apud RIDENTI, 2001, p. 37; grifado do original).

Stavenhagen (1979, p. 30) corrobora, citando Lênin, o qual formula um conceito de classe baseado nas contradições da estrutura econômica social formada por relações de exploração entre as classes sociais.

Chamam-se classes grandes grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social; por sua relação, na maioria das vezes fixada e consagrada pela lei com os meios de produção; por seu papel na organização social do trabalho; e, conseqüentemente, pelos meios que têm para obter parte da riqueza social de que dispõem e o tamanho desta. As classes são grupos de homens dos quais um pode apropriar-se do trabalho de outro em virtude da posição diferente que ocupa num regime determinado da economia social.

Na história da sociedade houve o conflito entre classes antagônicas (explorados e exploradores). Marx (2008, p. 8) menciona, em *O manifesto do partido comunista* que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classe”. As diferentes classes sociais não são imutáveis, elas transformam-se no movimento dialético das relações

sociais de produção. Em “O Capital” Marx afirma que na sociedade moderna existem três grandes classes sociais, as quais são classificadas em:

Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção (MARX, 1984. p. 99).

Marx distingue as classes fundamentais do sistema de economia burguesa de acordo com as assimetrias da apropriação da riqueza socialmente produzida. Isto é, de acordo com o poder econômico e político que cada grupo obtém dentro da estrutura social. As classes sociais são antagônicas e complementares, uma só existe em função da outra. Essa breve reflexão sobre o conceito de classes é essencial para compreendermos a estratificação social do “mundo agrário”. Stavenhagen (1979. p. 68) ressalta que

A estrutura de classes e as estratificações do meio rural dependem dos sistemas econômicos e, em particular, das estruturas agrícolas e dos tipos de empresa agrícola, enquanto unidades econômicas de base. As estruturas agrícolas são complexos socioeconômicos resultantes, entre outros fatores, das formas dominantes de propriedade e posse da terra e das relações de produção no campo.

Com relação ao Brasil Ianni (2004) afirma que os ciclos da economia brasileira são predominantemente agrários e que dentro dessa história secular há um período de impulso à industrialização. Contudo, grande parte dessa industrialização realiza-se com os recursos da produção agrária. Ou seja, a história brasileira é marcada pelo desenvolvimento de relações de produção agrária. Portanto, a formação das classes sociais no Brasil é constituída pelas relações de produção estreitas entre o campo e a cidade.

Se fôssemos especificar: a história da escravatura é agrária; o problema da abolição é agrário; o da proclamação da República é agrário; a revolução de 30 divide o poder entre oligarquias agrárias e as nascentes classes sociais urbanas; o golpe de 64, independentemente das definições que se queira dar, não se explica sem a aliança entre a burguesia industrial e a agrária. Houve, inegavelmente, manifestações de vários setores agrários, articulados com setores urbanos, para realizar a deposição de Goulart. O que se nota é que a história da sociedade brasileira é uma história do desenvolvimento de uma sociedade de cunho eminentemente agropastoril, com um segmento, uma área que se industrializa, expande como setor industrial, chegando a ser muito importante, até ganhar preeminência sobre o conjunto da sociedade brasileira (IANNI, 2014, p.143).

A estrutura agroindustrial brasileira determina as particularidades de uma região que se desenvolve atualmente sob as marcas sangrentas e desiguais da estrutura agrária, hoje deixadas

na contemporaneidade, representadas pelas relações latifundistas arcaicas, neoconservadoras e antidemocráticas. Vinhas (1972, p. 167) ressalta que

O latifúndio ou a grande propriedade nordestina apresenta ainda acentuados traços de caráter antieconômico e antissocial. O primeiro elemento a assinalar é a persistente produção da monocultura desde os tempos primordiais, e de acordo com os interesses dos latifundiários de além-mar e os daqui.

Martins (1984, p. 88) chama atenção para a totalidade da complexidade da questão agrária, para além da expropriação das terras camponesas, que envolve as relações de precarização e exploração da força de trabalho.

A realidade dos camponeses e de numerosos assalariados do campo é a de uma situação não só de exclusão em relação a direitos fundamentais, como o direito de propriedade, e o direito trabalhista, mesmo de certos direitos fundamentais da pessoa, como o de ir e vir, os direitos civis que são lugares-comuns em outras sociedades. Não estamos apenas em face de uma situação de expropriação ampla e significativa, mas também de uma situação de exploração brutal por meio de relações de trabalho, como a da peonagem, desaparecidas de outras sociedades há muito tempo. Não se trata apenas da intensidade quantitativa da expropriação e da exploração econômica. Trata-se também das formas assumidas por estes processos, e que aparecem na superfície, na face exterior, do capitalismo brasileiro exatamente ao contrário do que são: como supostos indícios de um alto grau de desenvolvimento que estatisticamente, e apenas estatisticamente, colocam o país entre os mais avançados dos países do Terceiro Mundo.

As transformações do mundo agrário causadas pela inserção do capitalismo no campo trouxeram novas características na constituição de uma burguesia agrária formada no entrelaçamento entre as atividades agrícolas industriais, comerciais e financeiras. Conforme Barros (2018, p. 186)

A burguesia agrária é formada e identificada como a classe dominante, aquela que possui os meios de produção, ou seja, a terra, os recursos naturais, o capital agrário, capital agroindustrial, capital agrocomercial, capital financeiro e se organiza através de grandes empresas capitalistas que administram direta e indiretamente a produção agrícola de monocultura e mantém um número considerável de trabalhadores assalariados, que sustentam o processo de acumulação e reprodução capitalista. Esta apropria-se do trabalho excedente e da mais-valia. Essa classe se opõe ao campesinato, seus movimentos sociais, suas lideranças e suas organizações, através dos mais diversos instrumentos ideológicos de coerção e violência (BARROS, 2018, p.186).

Atualmente observa-se que após a chamada “Revolução Verde”, que impulsionou uma intensa expansão do capitalismo no campo, dá-se uma relação de interdependência cada vez mais estreita entre o capital agrário e industrial, inclusive, entre a burguesia nacional e internacional. Neste caso, mais que uma relação de interdependência, o que se manifesta veementemente é a dependência e a subalternidade do primeiro em relação ao segundo. Ianni (2004, p 151) afirma que

O capital estrangeiro está no campo. Se não está o capital estrangeiro, está o estrangeiro proprietário de terra, que desenvolve atividades agrícolas. Às vezes a burguesia estrangeira está associada à burguesia nacional. Sem esquecer que frequentemente empresários agrícolas são empresários industriais, estão associados com grupos econômicos industriais, comerciais, financeiros e agrícolas. De modo que é complexa a burguesia agrária no Brasil.

A subserviência da oligarquia agrária à burguesia internacional é uma das particularidades da formação socioeconômica brasileira, estruturada nas relações de produção do latifúndio que ainda permanece na nossa sociedade

Os governos brasileiros vêm sistematicamente criando condições macroeconômicas favoráveis à expansão do agronegócio, proporcionando a aliança da propriedade fundiária com o capital financeiro, de modo a ampliar e proteger as terras improdutivas para futuras transações e acumulação do capital, o que impede a reforma agrária (BARROS, 2018, p. 180).

O Estado atua para favorecer a expansão do agronegócio, ou seja, age para atender aos interesses da “burguesia rural [que] não é só rural. Muito frequentemente é rural e industrial, com articulações direta e indireta [...] [do setor] financeiro, industrial agrícola e comercial” (IANNI, 2004, p.151; suprimimos; acrescentamos), pois o Estado não é neutro. Ele tem um posicionamento em relação às classes sociais: “o Estado em última instância é um órgão da classe dominante. O monopólio do aparelho estatal, diretamente ou por meio de grupos interpostos, é a condição básica do exercício de dominação” (IANNI, 1992, p. 31). Sua natureza é condicionada a atender aos interesses da burguesia, embora tenha que construir suportes hegemônicos, pautando consensos.

Na etapa contemporânea do desenvolvimento do capitalismo o Estado tem sido cada vez mais engolfado em funções diretas e indiretas que respondem pela garantia da apropriação privada da riqueza social. Ademais, a retração e fragmentação da classe trabalhadora para fazer valer de forma mais ampla seus interesses facilita um posicionamento cada vez mais largamente unilateral por parte do Estado, que não encontra nas classes trabalhadoras um sujeito político

organizado para fazer enfrentamento ao capital. As relações sociais são constituídas pelo conflito de interesses entre as classes sociais antagônicas. O Estado encontra-se inserido nestas relações, por meio das instituições públicas, para atender a uma das duas classes em conflito. Nos conflitos socioambientais do estado de Sergipe e dos outros estados da região Nordeste o Estado tem, na maioria dos casos, não somente apoiado os sujeitos políticos representantes do capital como ele mesmo configura-se como sujeito político deflagrador dos conflitos.

### 8.1. Sujeitos dos setores do capital envolvidos nos conflitos socioambientais

Atualmente a agroindústria, o capital financeiro e o Estado intensificaram a exploração dos recursos naturais e, conseqüentemente, aumentou-se o número de conflitos socioambientais no Brasil. No estado de Sergipe os conflitos são causados, principalmente, como já dito, pelas atividades do agronegócio. Estes conflitos envolvem sujeitos representantes da classe burguesa e sujeitos representantes da classe trabalhadora. Além disso, há instituições que apoiam as frações destas classes sociais que estão envolvidas nos conflitos. Com relação aos sujeitos representantes do capital identificamos, no *Mapa*, 10 setores do capital, além do Estado que aparece como sujeito deflagrador de conflitos como podemos observar no gráfico 4 (abaixo)



Fonte: Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, 2019. (Elaboração própria).

Observamos que o principal sujeito do setor do capital envolvido nos conflitos socioambientais de Sergipe são: **latifundiários/fazendeiros**, que correspondem a 27% (representando 08 sujeitos envolvidos); em seguida, e contraditoriamente, já que conceitualmente o Estado não possa ser simplesmente definido como agente unilateral do capital, os **agentes do Estado** aparecem como deflagradores, que equivale a 23,6% (representando 07 sujeitos); depois temos os **empresários do setor imobiliário**, que apresentam o percentual 16,6% (correspondendo a 05 sujeitos); posteriormente aparecem os **usineiros e o setor pesqueiro** representando o percentual de 6,6% (correspondendo a 02 sujeitos cada um)

Com relação aos **latifundiários/fazendeiros**, na pesquisa realizada no Mapa e em outras fontes não foi identificada a atividade econômica agrícola/agropecuária etc. à qual os mesmos possam estar vinculados. A informação obtida é que, do total de latifundiários/fazendeiros, 02 (que corresponde a 25%) possuem vínculo com outro setor econômico (um fazendeiro encontra-se ligado à uma indústria de alimentos e a uma *holding* de instituições não-financeiras e o outro fazendeiro possui uma empresa de transporte e sete emissoras de rádio); 02 (que equivale a 25%) não identificamos o vínculo com nenhum setor econômico, apesar de ter sido identificado o suposto nome do fazendeiro na descrição do conflito constante do Mapa; e 04 (que representa 50%) não foi identificado o nome do fazendeiro e/ou fazenda. Em razão da dificuldade e indisponibilidade de acesso às informações sobre os latifundiários/fazendeiros não foi possível fazer uma caracterização aprofundada desses sujeitos com relação ao ramo da produção econômica das fazendas. Contudo, a pesquisa bibliográfica aponta que

Apesar das transformações observadas no campo Sergipano, nas duas últimas décadas **as oligarquias rurais** tradicionais que dominam a política e a economia locais há muitos anos não deixaram de continuar a manter ‘um pé na terra’. **Diversificaram o campo de aplicação de seus capitais, investindo na construção civil, no setor industrial e agroindustrial e também na mídia – rádios, televisões e jornais –, porém não abriram mão de manter sua influência no meio rural, enquanto proprietários de fazendas e grandes extensões de terras e de continuar a se beneficiar dos privilégios concedidos pelo Estado brasileiro** aos grandes proprietários fundiários, ao longo do tempo (LOPES, 2001, p. 307; grifamos).

A oligarquia agrária sergipana tem diversificado as atividades econômicas para além da produção latifundiária baseada na monocultura. Segundo Lopes (2001, p. 310), “[...] são os empreendimentos no campo industrial, financeiro e nos meios de comunicação aqueles de maior interesse dos grupos capitalistas locais – incluindo as oligarquias rurais que se

‘modernizaram’ – e não a propriedade de latifundiários improdutivos”. Porém, como o próprio autor diz, a oligarquia agrária buscou desenvolver essas atividades sem deixar de manter “um pé na terra”. Como vimos no item anterior, as atividades agrícolas em destaque da cadeia produtiva do estado sergipano são: o milho, a laranja e a cana-de-açúcar, além da produção de leite. Cabe destacar a importância do cultivo da cana-de-açúcar (com a exportação de açúcares de cana) e da laranja (com a exportação do suco (sumo) de laranja e do óleo essencial de laranja) que é o principal item da pauta de exportações. Portanto, pode-se dizer que há um investimento em atividades agroindustriais no estado, sustentado na mecanização agrícola do espaço agrário.

Essa lógica de reprodução do capital no campo, que se desenvolve no controle da produção agrícola, nos insumos e na expansão dos produtos para exportação só foi possível em função da aliança que se produziu entre as empresas multinacionais com os fazendeiros e grandes proprietários de terra. Os fazendeiros se associam subordinadamente às corporações do capital financeiro e dispõem de grandes extensões de terra, da depredação do meio ambiente e da superexploração do trabalho agrícola [...] (BARROS, 2018, p. 181; suprimimos).

Ao observarmos o gráfico 4 (acima) podemos dizer que os sujeitos envolvidos nos conflitos, que estão diretamente vinculados ao **setor do agronegócio**, encontram-se representados por estas categorias: **latifundiários/fazendeiros, usineiros (produção de açúcar e álcool) e empresários do setor pesqueiro** (que correspondem a **40,2%** do total de sujeitos). Os fazendeiros estão envolvidos em conflitos, na disputa por terra, contra quilombolas, agricultores familiares e trabalhadores rurais sem terra. Identificamos que a violência é marcante quando os sujeitos envolvidos são os fazendeiros, principalmente quando a disputa ocorre com comunidades quilombolas, pois mesmo quando a comunidade consegue a titulação do território geralmente as ameaças continuam. A comunidade quilombola de Mocambo, localizada no município de Porto da Folha, vivencia esta situação. Depois de anos de diversas ameaças de violência por fazendeiros e de despejo judicial, as pessoas da comunidade ainda vivem sob a insegurança, sendo ameaçadas de morte por pessoas estranhas à comunidade.

Em Sergipe um dos latifundiários/fazendeiros (ex-deputado do estado), dono da **Serigy Agronegócios (Seragro)**, está envolvido no conflito com os posseiros de Santana dos Frades, no município de Pacatuba. Neste mesmo conflito estão envolvidas a **Santana Agroindustrial Ltda - Sanagro** (atual Agrisul - Unidade Japoatã), que pertence ao Grupo JP (José Pessoa de



Queiroz)<sup>70</sup> e a **Companhia Brasileira do Açúcar e do Alcool (CBAA)**<sup>71</sup> à qual a Sanagro é associada. O grupo JP atua no mercado sucroalcooleiro e disputa as terras que foram doadas aos agricultores familiares e aos quilombolas pelos Carmelitas de Santana dos Frades. De acordo com o Mapa da FIOCRUZ, a Sanagro negociou com a empresa Serigy Agronegócios (Seragro) para obter o arrendamento de terras pertencentes aos agricultores familiares e aos quilombolas, para plantação de cana-de-açúcar que seriam utilizadas pela usina.

No espaço rural sergipano a intensificação do plantio da cana-de-açúcar, sob a lógica do modelo do agronegócio da produção monocultora de agrocombustível tem significado a destruição da agricultura camponesa e a ocupação gradativa das áreas de cultivo alimentar camponês. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 2-3).

O complexo agroindustrial canavieiro causa impactos negativos para o meio ambiente e para população camponesa, pois modifica as relações de trabalho no espaço agrário. Segundo Silva (1995, p. 19) em Sergipe as consequências da produção canavieira não são diferentes dos outros estados do Nordeste. O camponês é transformado em proletário do campo, seja na condição de trabalhador assalariado permanente, seja na condição de trabalhador temporário. Nesta última categoria está inserido o “boia-fria” cortador de cana. Modifica-se também a estrutura fundiária aumentando a extensão dos latifúndios. Além disso, uma das consequências ambientais causadas pelo complexo agroindustrial canavieiro é a poluição dos cursos d’água, provocando a mortandade de peixes e impactando a vida de pescadores artesanais.

Outro sujeito do setor do agronegócio que tem causado conflitos socioambientais em Sergipe são os **empresários do setor pesqueiro**. Nos municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros a atividade predatória da criação de viveiros de camarão tem causado impactos negativos para pescadores artesanais e marisqueiras e o ecossistema, pois as áreas de vegetação

---

<sup>70</sup> “O Grupo José Pessoa começou a se formar em 1987 com a compra de terras em Alagoas para a produção de cana-de-açúcar. Em 1989 foi adquirida a Usina Seragro, em Sergipe (atual Agrisul - Unidade Japoatã). Pouco tempo depois em 1991 houve a incorporação da Energética Brasilândia (atual Agrisul - Unidade Brasilândia) em Mato Grosso do Sul. A Unidade Sidrolândia chegou ao Grupo em 1996, no mesmo Estado. No ano 2000 o Grupo iniciou sua introdução no Estado de São Paulo com a usina Sanagro (atual Agrisul - Unidade Icém). Representante da quarta geração de uma das mais tradicionais famílias de Pernambuco, José Pessoa de Queiroz Bisneto, Diretor Presidente do Grupo, recebeu os ensinamentos de seu bisavô, José Pessoa de Queiroz, que havia construído um império no Nordeste ligado ao setor sucroalcooleiro na primeira metade do século XX. [...] Apesar de sermos uma empresa que sempre teve seu alicerce pautado na produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol, estamos em constante busca de alternativas de produção, baseadas na produtividade [...]. Atualmente nossos principais focos são a produção e comercialização de cana-de-açúcar, eucalipto e grãos” (GRUPO JOSÉ PESSOA, n.d.;n.p.;suprimimos) Disponível em: <http://grupojosepessoa.com.br/novo/historico>

<sup>71</sup> Segundo a CBAA, seis usinas de açúcar e álcool estão em operação em Sergipe: Usinas de Itaquari, Iolando Leite e Junco Novo localizadas no município de Capela; Usina Campo Lindo em Nossa Senhora das Dores; Usina Pinheiro em Laranjeiras; Unidade Japoatã, localizada Disponível em: [http://www.novacana.com/usinas\\_brasil/estados/sergipe](http://www.novacana.com/usinas_brasil/estados/sergipe)

de manguezal são destruídas para implementação desta atividade. Para os pescadores e as marisqueiras o mangue configura-se como espaço de trabalho para garantia da produção e reprodução da sua existência. Cunha (2006, p. 28) ressalta que

A carcinicultura proporciona grande impacto ambiental, pois sua implantação requer o desmatamento de grandes áreas para a construção de viveiros, promovendo a extinção das áreas de mariscagem e captura de caranguejos, contribuindo assim para problemas de degradação ambiental e social, a partir da expulsão dessas populações e comprometendo a segurança alimentar da área.

É incontestável que as consequências ambientais da carcinicultura são maiores para as comunidades pesqueiras, pois a instalação de viveiros de camarão promove o desmatamento da vegetação causando a extinção de espécies da fauna e da flora marítima. Isso provoca a expulsão de pescadores e marisqueiras, ou reduz o acesso de sua área de trabalho devido à privatização de terras da união que tradicionalmente são utilizadas para o extrativismo da pesca artesanal. Além disso, o Mapa informa que no município de Aracaju as catadoras de mangaba lutam pela demarcação de reservas extrativistas. Há uma ameaça de substituição de mangabais pela atividade da carcinicultura e de culturas como a cana-de-açúcar e o coco. Outra ameaça ao extrativismo da mangaba é que, devido ao aumento do preço da mangaba no mercado regional e nacional, os proprietários de terras começaram a restringir o acesso das catadoras às áreas extrativistas.

Os conflitos que envolvem, principalmente, a disputa pelo uso e posse da terra acabam permanecendo na “invisibilidade” em razão da apologia feita ao agronegócio, realizada pela mídia, que o apresenta como um modelo econômico de geração de alta produtividade e aumento de riqueza do país. O agronegócio é um novo latifúndio, pois concentra e domina não apenas a terra, mas também a tecnologia, acentuando os conflitos e as injustiças sociais, pois a concentração da propriedade da terra e a expropriação do campesinato continuam sendo uma questão estrutural (FERNANDES, 2008, p. 210-211).

Sobre os **agentes do Estado** envolvidos nos conflitos identificamos a atuação das polícias militar e civil através das ações de violência e de discriminação nos territórios em que ocorrem conflitos para favorecer os grupos econômicos de latifundiários/fazendeiros, empresários do setor imobiliário, da indústria do turismo e do agronegócio (setor de produção de açúcar e álcool). Entretanto, as ações de violência por parte do Estado são mais intensas quando os conflitos ocorrem entre fazendeiros e quilombolas pela disputa da terra. Segundo o Mapa os quilombolas da comunidade da Maloca, localizada em Aracaju, têm enfrentado a

repressão da polícia civil e militar. “A força policial do Estado é acusada como o principal agente da discriminação, ao realizar prisões arbitrárias, praticar o racismo e a perseguição às religiões de matizes africanos, quando deveria prover segurança e tranquilidade às comunidades” (FIOCRUZ, n.d. n.p.).

Há ainda a falta de atuação efetiva das instituições públicas para agilizar o processo de titulação, como por exemplo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Este “[...] tem se mostrado incapaz de responder, seja pela crônica falta de estrutura e orçamento, seja por falta de vontade política para lidar com a questão e suas consequências” (FIOCRUZ, n.d. n.p.; suprimimos). A função do INCRA é identificada no *decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos* afirma que

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2003, p. 1).

A legislação fundiária é uma expressão da luta dos quilombolas pelo direito de permanência no seu território e, ao mesmo, é uma forma de o Estado conter os conflitos quando estes alcançam um nível de organização política que ameaça a estrutura agrária e as relações de produção no campo. A mesma funciona como um paliativo para amenizar a desigualdade no acesso ao uso e propriedade da terra. Entretanto, o INCRA, principal órgão que tem a função de executar a política fundiária, muitas vezes é omissa e age de forma a conduzir a inoperância legislação fundiária, o qual tem como base o Estatuto da Terra. Podemos dizer que este órgão funciona como

Um instrumento de cerco e desativação dos conflitos, de modo a garantir o desenvolvimento econômico baseado nos incentivos à progressiva e ampla penetração do grande capital na agropecuária. É uma válvula de escape que opera quando as tensões sociais chegam ao ponto em que podem transformar-se em tensões políticas. O estatuto está no centro da estratégia de governo para o campo e se combina com outras medidas de cerco a desativação dos conflitos, das reivindicações e das lutas sociais (MARTINS, 1984, p. 35)

Por isso, não basta que os quilombolas, assim como outros segmentos da classe trabalhadora, obtenham uma legislação que lhe “assegure” o direito à propriedade da terra, pois há situações em que legislação não é cumprida ou é alterada pela ofensiva neoliberal para restringir o acesso aos direitos sociais. Ela é um instrumento do Estado burguês que funciona para manter a ordem social. Configuram-se em armas de duplo fio: objetivam preservar a ordem social burguesa e, ao mesmo tempo, são instrumentos importantes para a classe trabalhadora, pois funcionam como fios condutores para a organização da luta pela superação da exploração/dominação de classe e pela supressão da propriedade privada dos meios de produção.

Há outro conflito que envolve o Estado e os Povos indígenas - Xocó-Kuará de Porto da Folha, que lutam em defesa da cultura, da manutenção do patrimônio público e dos direitos sociais. Os índios já conseguiram a demarcação de suas terras e “agora reivindicam o atendimento de seus direitos sociais. Ainda é precária a infraestrutura de atendimento médico e educacional da ilha. As ações voltadas para a promoção da saúde indígena ainda são esporádicas e pontuais” (FIOCRUZ, n.d, n.p.). Outra questão apontada no “Mapa” que intensifica a luta dessa etnia é a defesa de sua identidade cultural e restauração do patrimônio histórico.

A atuação do Estado a favor dos sujeitos dos setores do capital manifesta-se de múltiplas formas, dentre elas pela morosidade em que ocorrem os processos de regularização dos territórios dos sujeitos representantes da classe trabalhadora. Temos como exemplo o conflito do município de Poço Redondo que envolve a disputa de terra entre agricultores familiares e trabalhadores sem terra contra um fazendeiro de uma área, que para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é improdutiva. O Estado, representado pela 6ª Vara Federal da Seção Judiciária, é favorável ao fazendeiro quando solicita a anulação da avaliação do INCRA, alegando que houve ausência de notificação prévia da vistoria aos proprietários da fazenda.

A justiça, comprometida com a permanência do ‘status quo’, tem sido sempre uma ‘pedra no sapato’ dos ocupantes de terra, seja retardando processos de emissão de posse ao INCRA, revendo o valor das desapropriações ou, simplesmente, impedindo o ato desapropriatório (LOPES; SILVA, 1999, p. 21).

Observamos que os conflitos geralmente envolvem o Estado e deixam clara sua essência contraditória. O Estado, representado pelo judiciário, age para atender aos interesses da

oligarquia agrária. Quando as instituições do aparelho estatal dão facilidades aos setores do capital para apropriarem-se privadamente da terra, o mesmo está revelando seu posicionamento a favor da classe dominante, neste caso, a burguesia agrária de Sergipe. Portanto, o Estado jamais representou a falácia ideológica do bem comum:

O Estado é um instrumento essencial de dominação de classe na sociedade capitalista. Ele não está acima dos conflitos, mas profundamente envolvido neles. Sua intervenção no conflito é vital e se condiciona ao caráter essencial do Estado como meio de dominação de classe (CARNOY, 1988, p. 66-67)

Nas descrições dos conflitos, no “Mapa”, observamos que há uma relação estreita do Estado (que faz uso da violência por meio das ações policiais) com os fazendeiros. Isso revela a não neutralidade do Estado burguês e, obviamente, traduz uma das faces do Estado (a repressão) que se configura em uma das formas de tratamento do Estado em relação aos conflitos socioambientais, ou seja, a violência repressiva aos sujeitos da classe trabalhadora para garantir a propriedade privada da terra e manutenção do sistema capitalista.

O Estado é a instância que diz representar o interesse universal, mas representa o de uma classe. Ele cumpre a universalidade reproduzindo o interesse da classe dominante. Assim, o Estado tem a aparência de universalidade, mas a sua realidade efetiva é particular, na medida em que garante a organização das condições gerais de um sistema social (ou organização da produção) no qual e pelo qual a burguesia existe como classe dominante (MONTÃO; DURIGUETTO, 2011, p. 36-37).

Ainda com relação aos agentes do Estado estão envolvidos no conflito de Brejo Grande o **prefeito** (atualmente ex-prefeito) e uma **juíza** (mulher do vice-prefeito que estava no mandato). Eles fazem oposição, junto com fazendeiros e vereadores, à titulação do território quilombola de Brejão dos Negros; atuam de maneira hostil; e por estarem à frente de instituições governamentais criam barreiras para que a comunidade quilombola não obtenha a regularização das terras. No Município de Amparo de São Francisco o ex-prefeito da cidade está envolvido no conflito sendo auxiliado por fazendeiros e por outros políticos contrários à titulação da terra dos quilombolas. Segundo as informações disponibilizadas pelo Mapa da FIOCRUZ o grupo é acusado de invadir a comunidade quilombola, fazer cercamentos e impedir a passagem dos membros da comunidade por logradouros de uso comum, bem como o acesso a uma lagoa localizada em terras da União.

Isso nos leva a perceber o quanto são estreitas as relações entre a oligarquia agrária, o empresariado do setor imobiliário e do setor de turismo sergipanos com o Estado, pois exercem

poder sobre as instituições públicas. Conforme Lopes (2001, p. 310; suprimimos) “os principais ‘caciques’ e chefes políticos do interior de Sergipe, por sua vez, se não fazem parte da lista dos maiores latifundiários do estado, não deixam de estar entre os maiores nos seus respectivos municípios [...]”. Além de ter a força do poder coercitivo do Estado para fazer manobras e obter privilégios, a oligarquia agrária sergipana tem a mídia para manipular a opinião das classes subalternas.

Temos como o exemplo o conflito que envolve os quilombolas de Brejão dos Negros. O grupo contrário à titulação obteve apoio da emissora Rede Globo, que conseguiu impulsionar uma campanha ideológica contrária à titulação ao manipular informações e veicular em rede nacional uma série de reportagens que questionavam a legitimidade das demandas de comunidades quilombolas sob a ideia ultrapassada de que o reconhecimento de comunidade quilombola se daria na descendência direta a escravos fugidos. Contudo, os atuais Relatórios de Identificação e Delimitação do Território (RTID) quilombola e as próprias organizações do movimento negro afirmam que o conceito operado pelas políticas é pautado nas consequências geradas pelos séculos de dominação da escravidão e da invisibilidade da população negra na sociedade<sup>72</sup> (FIOCRUZ, n.d.).

Com relação ao **setor imobiliário**, identificamos o quantitativo de 05 sujeitos deste setor (que representa 16,6% do total de sujeitos). Dentre estes 01 está ligado ao setor da construção civil (que corresponde a 20% dos sujeitos do setor imobiliário)<sup>73</sup> e com maior expressividade temos o ramo do turismo, representando o quantitativo de 04 (que corresponde a 80% dos sujeitos do setor imobiliário). No ramo do turismo duas empresas estão envolvidas nos conflitos socioambientais em Sergipe: a *NORCON Nordeste Sociedade de Construções S.A.*, dona de um complexo turístico com hotéis, resorts e campos de golfe, que seria construído em terra de comunidades tradicionais, no município de Brejo Grande. Os pescadores artesanais e quilombolas obtiveram a titularidade das terras que ocupavam e continuam sendo ameaçados de expropriação pela Norcon; e a *CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens*. Esta empresa

---

<sup>72</sup> “[...] o termo Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio” (O'DWYER, 2010, p. 43; suprimimos).

<sup>73</sup> “A indústria da construção civil é de extrema importância para a economia sergipana respondendo por 7,5% do total do PIB Sergipano, em 2015. Deve-se atentar ainda para a composição da indústria da construção civil que abrange três seguimentos principais: construção de edifícios, obras de infraestrutura e Serviços especializados para construção” (ANDRADE, 2017, p. 43)

é dona do complexo hoteleiro Amarazul Eco-Resort, instalado no bairro Mosqueiro, localizado no município de Aracaju, e tem causado impactos negativos à vida de pescadores e pescadoras artesanais.

Além desses dois conflitos que envolvem as empresas citadas o Mapa da FIOCRUZ informa que há mais um conflito localizado também no município de Aracaju envolvendo sujeitos do setor da indústria do turismo e catadoras de mangabas; e outro no município de Barra dos Coqueiros que envolve o ramo do turismo e da especulação imobiliária. Porém, o mapa não informa quais empresas estão envolvidas nos conflitos destes municípios. A indústria do turismo é um dos segmentos econômicos no qual o capital financeiro tem investido. Segundo Paiva (2010, p. 210) na região Nordeste o cenário de desenvolvimento do turismo envolve uma dinâmica complexa ainda não completamente compreensível.

Trata-se da relação entre o crescimento do turismo nordestino com a valorização das terras e especulação imobiliária. As imobiliárias compram as terras e depois vendem para grupos de investidores internacionais, com estrangeiros já infiltrados no mercado imobiliário que executam todas as operações. Essas terras destinam-se não apenas à implantação de unidades hoteleiras, mas à segunda residência ou à primeira residência. Os grupos estrangeiros associam-se também a grupos locais, compram ações e participam de fundos de investimentos.

A indústria do turismo tornou-se mundializada. Na região Nordeste, por exemplo, tem ocorrido a fusão entre grupos econômicos estrangeiros e as redes hoteleiras para atender aos interesses das agências internacionais de financiamento. O desenvolvimento do turismo envolve associações entre empresas nacionais e internacionais sob o apoio do Estado (PAIVA, 2010). Atualmente, o turismo é um dos setores econômicos que mais tem propiciado o aumento da lucratividade do capital. Contudo, os impactos negativos dessa atividade econômica recaem sobre as populações tradicionais que sobrevivem das atividades extrativistas.

Com o avanço da indústria hoteleira sobre as comunidades costeiras do Nordeste [...] a discussão sobre o assunto se torna cada vez mais urgente. O modo como hotéis e resorts desse porte são [sic] geralmente instalados, ignorando direitos, tradições, meio ambiente e comunidades, é apenas reflexo de um modelo autoritário e desigual de desenvolvimento. Em geral, as populações atingidas chegam em pouco tempo à conclusão de que os custos sociais/ambientais superam os benefícios (FIOCRUZ, n.d. n.p.).

Compreendemos que o setor da especulação imobiliária e o turismo estão inter-relacionados e constituem-se como áreas atrativas de investimentos do capital. Segundo Santos e Vilar (2016, p. 364) “o Governo do Estado de Sergipe inicia, com maior ênfase na gestão de

2007-2011, a captura de imobiliários-turísticos e a promoção do litoral de Sergipe como destino do turismo imobiliário”. Segundo o Mapa o Estado tem dado apoio ao investimento turístico em Aracaju. Em 2004 tiveram início as negociações para implantação do complexo hoteleiro Amara Azul Eco-Resort; e em 2007 o empreendimento é aprovado pela Emurb (Empresa Municipal de Obras e Urbanização). A gestão do governo estadual deu apoio a CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens. Além disso, por meio da ADEMA, agiu com celeridade na concessão da licença de instalação (LI), na fase da construção do empreendimento. O poder público municipal e políticos tradicionais do estado também deram apoio a implantação deste complexo turístico fazendo, inclusive, alteração no Plano Diretor de Aracaju de forma a permitir a construção do empreendimento turístico na área desejada pelo Grupo CVC, pois antes a instalação foi impossibilitada pelo Plano Diretor.

A realidade da expansão urbana de Aracaju é marcada pela lógica capitalista do mercado imobiliário. Isso tem gerado confrontos de interesses divergentes entre os pescadores artesanais do povoado Mosqueiro e empresários do setor do turismo que disputam a apropriação do espaço urbano e ambiental. Segundo Nunes (2011, p. 49)

O processo de valorização do espaço no Mosqueiro através de uma infraestrutura urbana, turística que propicia a especulação imobiliária é reflexo de como o poder estatal tem interferido no Povoado, através de ações que visam o interesse do capital e consequentemente a expulsão da população pobre.

A questão urbana está associada à forma de ocupação do espaço pelo capital. Atualmente, a construção de condomínios, casas de veraneio e o crescimento dos espaços de lazer, em Aracaju, são causados pelo avanço do turismo e da especulação imobiliária, os quais estão associadas às expressões da questão urbana. Esta é resultante da apropriação privada dos meios de produção (do solo, dos recursos naturais etc.) que provocam o crescimento desordenado das cidades, a destruição ambiental e degradação das condições da vida humana. Segundo Guerra, Guimarães e Silva (2012, p. 2010) “A questão urbana se expressa de forma contundente nas cidades na ausência de moradia, nas condições degradantes de habitação, violência urbana, catástrofes ambientais e sociais, evidenciada na luta dos movimentos sociais”.

Com relação aos **empresários** dos setores: **ferrovias, rodovias, portos; produção de petróleo e gás natural; mineração; logística de transporte ferroviário; produção de cimentos; e produção de energia eólica**, identificamos que estes setores estão envolvidos em um único conflito localizado no município de Barra dos Coqueiros. O **Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB)**, conhecido como Porto de Sergipe, é uma das peças centrais do



conflito deste município. O Porto é propriedade da **Petrobrás** e era administrado pela mineradora **Vale S.A.** Posteriormente, o TMIB passou a ser operado pela **VLI Operações Portuárias** (empresa criada pela Vale S.A.), tendo também a empresa **Votorantim Cimentos** (subsidiária da Votorantim S.A.)<sup>74</sup> participação nas operações do porto.

O Terminal Marítimo Inácio Barbosa opera o transporte de madeira, coque, urânio, cimento, trigo, fertilizantes e sucos naturais. Ele é considerado um dos maiores exportadores nacionais de cimento, cujo destino principal são os Estados Unidos. Além disso as atividades da Vale S.A., a VLI Operações Portuárias e a Votorantim Cimentos têm causado poluição no município de Barra dos Coqueiros através da dispersão do coque, material derivado do petróleo, que chega por navios cargueiros ao TMIB e fica depositado a céu aberto até serem transportados por caminhões para serem utilizados nas indústrias de cimento nos municípios de Laranjeiras e Nossa Senhora do Socorro. A dispersão do coque tem acarretado problemas na saúde da população e degradação do meio ambiente local. O mapa relata a declaração de um membro do MST, o qual afirma que o Porto simboliza o avanço do modelo do agronegócio no estado de Sergipe (na produção de cana-de-açúcar, milho e laranja), pois parte desta produção é exportada pelo porto e acrescenta que “o agronegócio não produz alimentos, mas mercadorias que são vendidas no exterior. Para isto, ele expulsa os pequenos agricultores do campo”.

Soma-se a essa problemática a instalação do **Parque Eólico** neste mesmo município, em área ocupada por trabalhadores urbanos. O empreendimento foi construído nas proximidades do porto marítimo (TMIB) para facilitar o transporte dos aerogeradores vindos da China. A empresa responsável pela instalação da central geradora eólica foi a **Energen Energia Renováveis S.A.** (subsidiária da Statkraft Energias Renováveis S.A.). Além disso, o empreendimento do Parque Eólico teve apoio do governo do estado através do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI)<sup>75</sup> e da Companhia de Desenvolvimento

---

<sup>74</sup> A Votorantim possui um portfólio com operações em setores estratégicos da economia – cimento, metais e mineração, siderurgia, energia, celulose, suco de laranja e financeiro – e hoje está presente em 20 países. As sete empresas do Grupo – Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Banco Votorantim, Fibria, Citrosuco, CBA (Companhia Brasileira de Alumínio) e NEXA – fazem parte de um negócio que abriga mais de 536 unidades operacionais e emprega mais de 40 mil pessoas. Disponível em: <https://www.votorantimcimentos.com.br/institucional/quem-somos/>

<sup>75</sup> O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) tem o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico através de investimentos do estado. Este programa faz parte do conjunto de políticas de incentivo fiscal do Estado de Sergipe. Além deste temos as seguintes políticas: *Apoio Locacional* que se constitui na concessão ou venda terrenos do Estado para implementação de empreendimentos turísticos, industriais e de base tecnológica; *Apoio Fiscal*, que estabelece uma redução de 92% da taxa de pagamento do ICMC (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço) sobre compras de bens de capital importado ou compras de bens em outro estado da federação, além de compras de matérias-primas; *Apoio de Infraestrutura*; e *Zona de processamento de exportação de Sergipe (ZPE-SE)* localizado no município de Barra dos Coqueiros nas proximidades do Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB) (ANDRADE, 2017, 45-46; grifamos)

Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (Codise), que facilitou o processo de cessão de seu terreno para construção da obra; e teve um investimento de mais 120 milhões de reais, com recursos do Banco de Desenvolvimento da China (China Development Bank - CDB) (FIOCRUZ, n.d.).

Dentre os 11 conflitos socioambientais do estado de Sergipe o conflito da Barra dos Coqueiros é o que apresenta a maior quantidade de sujeitos dos setores do capital. Além desses sujeitos citados estão envolvidos o setor da *especulação imobiliária*, do *turismo* e da *carcinicultura*. Estes tem causado intensos conflitos socioambientais devido a degradação das áreas do manguezal, impulsionando a privatização de terras que comumente são utilizadas para o extrativismo da pesca e da mangaba. É também o conflito que apresenta a maior quantidade de sujeitos representantes da classe trabalhadora (agricultores familiares, extrativista, marisqueiras, pescadores artesanais, quilombolas, trabalhadores rurais sem terra).

O governo de Sergipe, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo (SEDETEC) e da ADEMA apoia estratégias para viabilizar aumento no fluxo de mercadorias transportadas pelo Porto. As perspectivas de ampliação do TMIB têm como um dos objetivos a utilização do terminal para exportação do álcool produzido pelas usinas de Sergipe e Alagoas e o transporte de outras *commodities* como: fertilizantes, farelo, grãos, coque e clínquer (material utilizado na produção de cimento).

Portanto, percebemos que há uma relação entre os sujeitos políticos que constituem os conflitos socioambientais do estado de Sergipe com as instituições do Estado. Estas estão envolvidas nos conflitos enquanto sujeitos deflagradores e/ou apoiadores dos setores do capital e, até mesmo, de sujeitos representantes da classe trabalhadora, pois algumas instituições do Estado são aliadas dos trabalhadores nos conflitos socioambientais. Isso revela a necessidade que o Estado tem em atender parte dos interesses da classe trabalhadora para manter a estrutura da sociedade burguesa intacta. Porém, constatamos também que o Estado se envolve no conflito ao fazer uso da repressão aos sujeitos da classe trabalhadora por meio da força da polícia civil e militar para expropriá-los de seus territórios e transformá-los em propriedade privada de fazendeiros/latifundiários ou de empresas/indústrias. Além disso, apoia o agronegócio, a instalação de empreendimentos econômicos que destroem as formas de manutenção da existência da classe trabalhadora - como o turismo e a especulação imobiliária. Soma-se a isso a falta de responsabilização do Estado em relação a implementação e ao acesso da classe trabalhadora as políticas sociais como causa de um dos conflitos identificado no *Mapa*.

## **8.2. Sujeitos dos setores da classe trabalhadora envolvidos nos conflitos socioambientais**

Historicamente o Brasil apresenta uma grande desigualdade no acesso ao uso e propriedade da terra. A agroindústria é uma das bases da produção econômica que tem provocado a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, aumentado a concentração fundiária. Essa situação é favorecida, como sempre, pela atuação do Estado, que vem deixando de lado, há anos, a proposta da reforma agrária, acarretando vários conflitos socioambientais envolvendo a disputa por terra.

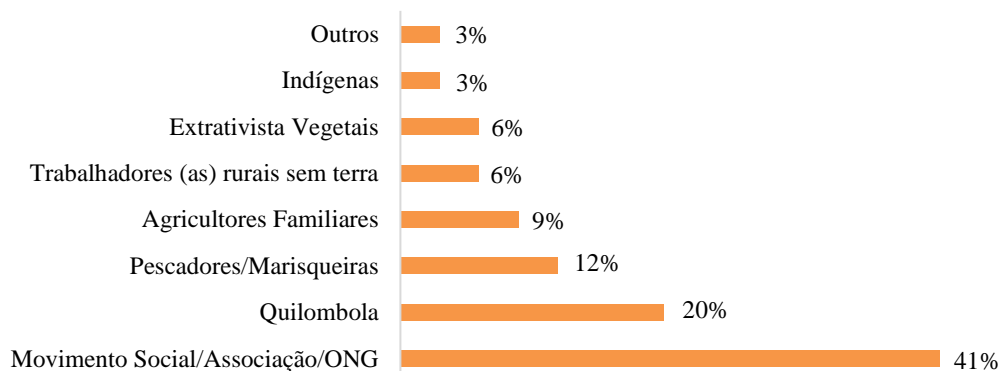
A luta pela terra, no Brasil, vem de longe. E agrava-se em certas épocas. Há frequentes surtos mais ou menos intensos de pendências e conflitos. Provavelmente têm relação com os surtos de expansão do capital no campo. A entrada do país na industrialização acelerada, com a acentuada participação do poder estatal, parece ter inaugurado outra onda de pendências e conflitos. (IANNI, 2004, p. 177)

O investimento brasileiro nos últimos anos na produção agropecuária tem causado conflitos agrários. A intervenção do Estado nesses conflitos tem sido a criação de políticas fundiárias direcionadas à contenção da luta de classes para amenizar a reivindicação da classe trabalhadora por uma reforma agrária efetivamente pautada na igualdade de acesso à posse e ao uso da terra.

O quadro agrário nacional, em geral, e o sergipano em particular, é marcado pela expansão do modo de produção capitalista de produção. As conseqüências mais evidentes dessa expansão tem sido a concentração cada vez maior da estrutura fundiária, com agravamento dos problemas agrários - êxodo rural, grandes demandas sociais por terra, conflitos pela posse da terra e o empobrecimento de camponeses expropriados e trabalhadores rurais espoliados (SILVA, 1996, p. 17).

Os conflitos socioambientais do estado de Sergipe são causados principalmente pela atividade econômica do agro-hidronegócio. Neles estão envolvidos os sujeitos dos setores do capital (oligarquia agrária, empresas nacionais e multinacionais e o Estado); e os sujeitos representantes da classe trabalhadora, que historicamente são expropriados pelo capital e resistem ao processo destrutivo de apropriação privada dos recursos naturais. No gráfico 5 a seguir podemos verificar quem são esses os sujeitos.

Gráfico 05 Sujeitos (refrações da classe trabalhadora) envolvidos nos conflitos socioambientais em Sergipe, 2010/2016.



Fonte: Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, 2019. (Elaboração própria).

Visualizamos que os sujeitos representantes da classe trabalhadora envolvidos nos conflitos socioambientais de Sergipe são: **Movimentos Sociais/Associações/ONG**, que corresponde a 41% (representando 14 do total de sujeitos envolvidos);<sup>76</sup> **Quilombolas**, que corresponde a 20% (representando 07 do total de sujeitos); **Pescadores/Marisqueiras**, que corresponde a 12% (representando 04 do total de sujeitos); **Agricultores Familiares**, que corresponde a 9% (representando 03); **Extrativistas Vegetais e Trabalhadores (as) Rurais Sem Terra** que corresponde a 6% (representando o quantitativo de 02 cada); **Indígenas e Moradores de Bairro Robalo**, classificado na categoria “**Outros**”, que corresponde a 3% (representando 01 cada). Com relação aos quilombolas devemos ressaltar que nos conflitos em que esses sujeitos estão envolvidos há intensas ações de violência e ameaça de morte aos que lutam pela permanência em seu território e aos líderes que apoiam as comunidades.

[...] os conflitos mais violentos resultam da sua própria criminalização, quando inclusive a intervenção policial se interpõe para garantir os direitos dos latifundiários e agentes expropriadores dos direitos dessas comunidades

<sup>76</sup> A partir da pesquisa realizada no Mapa da Fiocruz verificamos que nos conflitos socioambientais do estado de Sergipe, movimentos sociais, fundações, associações, organizações não governamentais, agentes políticos, instituições estatais e instituições religiosas, aparecem nos conflitos como sujeitos envolvidos, ou aparecem como sujeitos apoiadores das frações da classe trabalhadora. Eles serão tratados ao longo das discussões sobre os conflitos mapeados.

tradicionais. Trata-se de uma situação que se reproduz há séculos (LEITE, 2010, p. 31; suprimimos).

A história da formação dos quilombos no Brasil é secular. São caracterizados como lugares de formação comunitária e de resistência dos negros que lutavam pela sua libertação. Os quilombolas foram historicamente perseguidos pelos jagunços dos fazendeiros que os capturavam e os levavam de volta para os engenhos. O sistema escravocrata trouxe como resultado uma desigualdade étnico-racial estrutural. Isso motivou o fortalecimento da luta das comunidades remanescentes de quilombos por direitos, sobretudo pelo direito à regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas. De acordo com o Art. 2º do decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003, p. 1).

A **comunidade quilombola do Mocambo**, de Porto da Folha, organizou-se em torno da **Associação dos Remanescentes do Quilombo Antônio do Alto** contra a ação violenta de fazendeiros na disputa de terras ocupadas pela comunidade. Com o apoio da comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Fundação Cultural Palmares (FCP)<sup>77</sup> os quilombolas conseguiram obter a titulação das terras. Contudo, após titulação parte das terras ficaram nas mãos de pessoas estranhas à comunidade. A onda de insegurança voltou à comunidade inclusive com apoio de policiais. Somente depois de anos de luta a comunidade conseguiu a emissão de posse dos últimos imóveis do território. Além disso, a luta contra a omissão do Estado no atendimento à saúde e à promoção da educação são pautas de reivindicação constantes da comunidade.

No município de Amparo do São Francisco, a **comunidade quilombolas de Pontal dos Crioulos** (ou Lagoa dos Campinhos) tem enfrentado um grupo de políticos e fazendeiros

---

<sup>77</sup> Esta instituição cumpre uma função fundamental no apoio à luta dos quilombolas pelo acesso ao uso e propriedade da terra. De acordo com o Art. 5º do decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos “Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto” (BRASIL, 2003, p. 2)

contrários à titulação do território quilombola. Por intermédio de jagunços cometem violência e invasão da comunidade e fazem cercamentos para drenagem de água em territórios ocupados por quilombolas. A comunidade tem como aliados na luta pela regularização fundiária o Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE); a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); a Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social (Seides); a Diocese de Propriá; e o apoio de uma parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como já foi dito, a burguesia tem o Estado como instrumento de dominação de classe e através deste exerce o controle social, entendido, aqui, como pressão social exercida pela imposição ou pelo convencimento. Ora ele atua nos conflitos apoiando os setores do capital, ora atua apoiando os sujeitos da classe trabalhadora, pois é dessa forma que o mesmo exerce sua função para garantir a reprodução das relações sociais, seja por meio de leis, decretos, regulamentações, seja através de mecanismo de coerção (fazendo uso da força policial e do exército).

Na **comunidade quilombola Brejão dos Negros**, localizada no município de Brejo Grande, os conflitos também são causados por agentes políticos e fazendeiros que se constituem como frente de oposição à regularização fundiária do território pertencente à comunidade. Os quilombolas tem se organizado e conduzido a luta pelo auto-reconhecimento da população e pela titulação do território em torno da **Associação Santa Cruz**. Os mesmos têm como aliado empenhado na articulação contra a oligarquia local o padre da Diocese de Propriá, o qual tem recebido ameaças de morte por ser considerado, pela oligarquia dominante, como um dos idealizadores da reivindicação quilombola. Além disso, tem recebido apoio da Fundação Cultural dos Palmares (FCP).

A repressão violenta aos líderes de movimentos sociais e às organizações sociais que lutam para defender os povos tradicionais revela a marca histórica de um Estado burguês opressor. As ações de discriminação, violência, ameaça, perseguição e/ou intimidação nos conflitos socioambientais em Sergipe que envolvem os quilombolas são frequentes. A brutalidade da força policial e de jagunços configura-se em situação de destruição de casas e/ou plantações dos quilombolas; casos de ataque e violência que envolvem a ameaça de despejo e privação de uso de outros recursos naturais.

O padrão de atuação violenta da polícia revela o elemento de conservadorismo da cultura policial, inúmeras vezes a serviço das elites agrárias, reprimindo os escravos, os sem-terra e agora os quilombos. Esta forma de violência apresenta-se sistematicamente para tratar como criminosos os líderes das

associações. Em algumas situações, a forma oficial de lidar com a nova ordem é a defesa explícita dos interesses dos que constam como expropriadores. A titulação das terras das comunidades quilombolas demonstra ser este presente instrumento uma forma de desconcentração da propriedade fundiária, contrapondo-se frontalmente à dominação oligárquica. Não é por outra razão que os antagonismos sociais têm se acirrado estando as comunidades quilombolas cercadas e com suas vias de acesso interditadas por interesses latifundiários (LEITE, 2010, p. 32).

No município de Aracaju encontra-se localizada a **comunidade quilombola da Maloca** (quilombo urbano tantas vezes já mencionado aqui) **organizada em torno da ONG Criliber - Criança e Liberdade** - desde 1982. A luta pela permanência em seu território tem sido alvo de discriminações e violência por parte do Estado, representado na Companhia de Choque da Polícia Militar do Estado de Sergipe, que é o principal agente desta discriminação. As organizações envolvidas no conflito são: **Associação Estadual das Comunidades Quilombolas de Sergipe (ASSECQS)**; **Movimento Zumbi Pela Vida** e as entidades ligadas ao **Movimento Negro**. Elas têm lutado em defesa do território da Maloca e contra o racismo e as discriminações que a comunidade tem vivenciado. A Criliber tem contado com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SE) para conter as ações de violência da polícia militar. Até 2014 a comunidade ainda não tinha obtido a regularização fundiária, apesar de ser certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como o segundo quilombo urbano oficialmente reconhecido no Brasil.

As ações do Estado são contraditórias, como não poderia deixar de ser. Enquanto a polícia militar de Sergipe age com violência e discriminação a Secretaria de Assistência e do Desenvolvimento Social - SEIDES - tem atuado em parceria com a Criliber. Já o Incra na sua suposta “neutralidade” tem agido com morosidade, consequentemente dificultando o processo de regularização fundiária do território quilombola. Segundo Silva (2002, p. 147),

O INCRA é um órgão de governo que exerce oficialmente a ação de mediador dos conflitos de terra. Nesse particular, ele é a presença do governo no campo, é um aparelho de Estado. Agindo nesse sentido, tem por objetivo defender, em última instância, os interesses do Estado que, consequentemente, [sic] terminam sendo, quase sempre, os interesses das classes dominantes rurais.

Nas suas ações o Estado acaba expressando seu posicionamento perante as frações das classes sociais envolvidas nos conflitos, seja através da violência, seja pela falta de atuação na garantia dos direitos expressos constitucionalmente. Todavia, ainda que seja muito inexpressiva a atuação do Estado na garantia dos direitos dos sujeitos dos setores da classe trabalhadora

envolvidos nos conflitos, identificamos instituições estatais que apoiam representantes desta classe, não porque o Estado tenha a pretensão de garantir o “bem comum” de todos cidadãos, mas porque é da própria natureza do Estado burguês esta dupla face: fazer uso da repressão e garantir minimamente políticas sociais com o objetivo de intervir nos conflitos entre as classes sociais para que não sejam demolidas as bases fundamentais que estruturam o capital.

O apoio de instituições do Estado aos sujeitos representantes da classe trabalhadora pode ser identificado no conflito que ocorre na **comunidade de Resina**, localizada em Brejo Grande, envolvendo a disputa por terras entre **quilombolas**, **pescadores artesanais** e a empresa Norcon. A comunidade tem o apoio da Diocese de Propriá na luta pela regularização fundiária e permanência no território. O Ministério Público Federal de Sergipe (MPF/SE) tem sido um dos principais parceiros da comunidade dos pescadores. Sua atuação tem sido fundamental para uma base de contestação legal à empresa Norcon, que se diz proprietária de terras pertencentes aos pescadores e quilombolas. O Ministério também solicitou proteção policial à comunidade em razão das ameaças de violência de jagunços contratados pela empresa e por fazendeiros, dos quais a Norcon afirma ter obtido a terra para construção de complexo turístico. A comunidade também recebeu apoio de um membro parlamentar do Partido Trabalhadores (PT), o qual denunciou no plenário da câmara as ameaças de violência e de remoção que os pescadores e quilombolas tem sofrido em território já regularizado.

No município de Pacatuba **quilombolas e agricultores familiares** lutam pela posse de terras que lhes foram doadas por Frades Carmelitas. Após a saída dos religiosos da localidade, os fazendeiros avançaram sobre as terras dos posseiros. O agravamento do conflito se deu quando ocorreu a instalação da usina Sanagro. Esta teria feito arrendamento das terras (doadas aos quilombolas e agricultores) para fazendeiros. O **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**; a Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>78</sup>; a Diocese de Propriá<sup>79</sup>; e o Centro Dom José Brandão de Castro<sup>80</sup> tem atuado na defesa dos quilombolas e dos agricultores familiares que têm sofrido com os ataques violentos e ameaças de jagunços.

---

<sup>78</sup> Grzybowski (1985, p. 268 apud SILVA, 2002, p. 117; suprimimos) compreende “A CPT na sua intervenção e ação no interior dos movimentos como desempenhando uma função de ‘intelectual orgânica’, isto é, diretiva e organizativa dos colonos. É uma função claramente política que, dadas as condições históricas nossas, vem ‘educativamente’ articulada com um trabalho de pastoral da Igreja”.

<sup>79</sup> Em Sergipe a diocese de Propriá, [...] tem se colocado, nos últimos anos juntamente com outros grupos, na vanguarda da defesa de posseiros trabalhadores rurais em luta por reivindicações trabalhistas e trabalhadores rurais sem-terra que brigam por um pedaço chão. [...] com intuito de ajudar os camponeses e os trabalhadores rurais em suas lutas e reivindicações, articula-se politicamente com vários setores da sociedade civil. (SILVA, 2002, p.121-122).

<sup>80</sup> Silva (2002, p. 113 grifado no original) cita a opinião emitida do Bispo D. José Brandão de Castro, o qual afirma que “A igreja entra nesses conflitos consciente [sic] de que ela está cumprindo a sua missão, de ir em auxílio, em apoio daqueles que estão precisando de apoio, de auxílio, em apoio daqueles que estão precisando de apoio, de



Segundo o sociólogo Eliano Azevedo Lopes, a luta pela terra no município de Pacatuba é uma das mais significativas no Estado de Sergipe, em que a Comissão Pastoral da Terra, a Diocese de Propriá, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Centro Dom José Brandão de Castro têm se alternado, quando não atuando juntos na defesa dos camponeses. Lopes observa que ‘a Diocese de Propriá foi o divisor de águas entre uma situação historicamente caracterizada pela resignação e pela acomodação dos pobres do campo à exploração das oligarquias rurais e um novo horizonte que surgia, colocando-os na cena política como atores sociais importantes e sujeitos de direitos’ (FIOCRUZ, n.d. n.p.).

Em Poço Redondo a Fazenda Santa Maria durante alguns anos foi palco de conflitos entre fazendeiros, **agricultores familiares e trabalhadores rurais sem terra**. De acordo com o Mapa da FIOCRUZ a fazenda foi ocupada por famílias ligadas ao **MST** com o apoio da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer Brasil) e a Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas). Após vistoria realizada pelo INCRA o conflito se intensificou, pois a fazenda foi classificada como imóvel improdutivo e considerada como de interesse social para fins de reforma agrária. Em 2010 uma das lideranças do MST tornou-se deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT); em 2012 um membro pertencente ao quadro dirigente do MST tornou-se prefeito de Poço Redondo. Isso foi significativo para a luta do MST, pois obteve maior abertura para reivindicações relacionadas à regularização fundiária. Em 2014 as famílias que ocupavam a fazenda Santa Maria obtiveram a emissão da posse da terra ocupada. De acordo com as informações apresentadas no Mapa, o fato de as lideranças do MST terem entrado na “cena” política criou um

[...] novo quadro político e de acordo com a pesquisadora Thereza Cristina Zavaris Tanezini [...], especificamente do ponto de vista da luta pela terra e da implantação da reforma agrária no Sertão Sergipano, criou-se por parte dos movimentos camponeses uma expectativa de ampliação do diálogo e diminuição da repressão às ocupações. No entanto, o MST manteve a pressão sobre o governo, com o acirramento da luta na base, multiplicando as ocupações/acampamentos e, ao mesmo tempo, dando continuidade às negociações (FIOCRUZ n.d. n.p.; suprimimos).

---

auxílio e de ajuda. **A igreja não tem como objetivo fazer reforma agrária**, nem mesmo entrar em conflitos; mas ela toma parte nesses conflitos muitas vezes e ultimamente essa participação tem sido muito grande, devido a sua filosofia segundo a qual, afinal de contas, a terra foi feita para todos e não é justo que, enquanto poucos detêm grandes áreas de terras inaproveitadas, fiquem outros assim sem-terra nenhuma para plantar, então ela entra como questão de justiça, primeiramente.

Com relação aos Moradores do bairro Robalo (classificados na categoria “**Outros**”) e aos **Pescadores/Marisqueiras** o conflito ocorre devido à implantação de um projeto turístico. De acordo com o Mapa, estes sujeitos lutam há anos pela manutenção do ecossistema costeiro da cidade e contra a instalação de um Resort (complexo hoteleiro Amara Azul Eco-Resort) de propriedade do grupo CVC Brasil (Operadora e Agência de Viagens) localizado em município de Aracaju, no bairro Mosqueiro. Os moradores do bairro de Robalo têm organizado frentes de resistência junto a **Associação Desportiva, Cultural e Ambiental do Robalo (ADCAR)**. Na 1ª Conferência do Meio Ambiente realizada em Aracaju discutiram as consequências do empreendimento turístico. Além disso, a ADCAR protocolou nos Ministérios Públicos de Sergipe (MPE) e Federal (MPF) uma representação questionando vários aspectos do resort com relação às medidas de compensação à comunidade, bem como os impactos para a população em geral e sobretudo ao extrativismo, principalmente para a pesca.

O avanço do capital a partir da expansão do turismo predatório e da especulação imobiliária tem restringido os locais de trabalho dos pescadores e pescadoras artesanais, ou até mesmo provocado a expulsão de seu território.

O modelo de desenvolvimento do Povoado pensado pelo Estado, na verdade impõe um modelo de urbanização que não respeita as especificidades da comunidade que historicamente produziu o que chamamos de Mosqueiro enquanto espaço de reprodução da atividade pesqueira artesanal. O espaço que para os pescadores e marisqueiras é espaço de vida, se torna o espaço vendido como mercadoria. (NUNES, 2011, p. 46).

As **mangabeiras** vivenciam uma problemática semelhante, porém além do impacto do turismo, atividades econômicas como a especulação imobiliária, a construção civil e a monocultura têm sido instaladas em áreas do extrativismo da mangaba, causando seu o desmatamento. As mangabeiras tem como principal organização representativa o **Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM)**. A articulação das catadoras com instituições tem sido uma das estratégias de luta pela preservação e criação de reservas extrativistas. Uma das instituições que tem apoiado as catadoras de mangas é Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Este tem pressionado as instituições para realizar demarcações de reservas extrativistas. Por meio do apoio da EMBRAPA as catadoras têm conseguido realizar ações para reivindicar das autoridades públicas a preservação dos mangabais e articular a luta das diversas comunidades atingidas. A UFS e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe (Consean) têm apoiado as mangabeiras com a divulgação de seu trabalho e com pesquisas sobre a vida e trabalho das catadoras.

Além disso, o Mapa informa que uma deputada estadual do PT apresentou um projeto de lei reconhecendo-as como grupo social culturalmente diferenciado, que tem um papel importante na preservação da biodiversidade, bem como defendeu a criação e implementação de políticas públicas. A mesma encaminhou ao Ministério do Meio Ambiente o projeto para que as áreas de mangabais sejam incluídas como área de preservação ambiental, pois reconhece que a renda obtida com as vendas da mangaba é para a sobrevivência das catadoras.

As mudanças na estrutura produtiva das áreas litorâneas do Estado de Sergipe influenciam o modo de vida das populações tradicionais, cujas bases econômicas estão centradas na agricultura de subsistência, pesca artesanal, artesanato e extrativismo de produtos vegetais e animais. A valorização do solo, a especulação imobiliária e a consequente degradação das áreas de restinga e manguezal, advindas com as atividades turísticas, a expansão urbana e a carcinicultura, representam ameaças para essas populações e suas estratégias de reprodução social fortemente vinculadas ao meio ambiente e, por isso, vulneráveis (PEREIRA, 2008, 181).

As populações tradicionais do litoral sergipano enfrentam dificuldades para garantir o acesso aos recursos extrativos e necessários a sua produção e reprodução social. Cada vez mais são pressionadas pela forma como o capital tem se apropriado dos recursos naturais. A mercantilização da terra e dos ecossistemas na região litorânea faz parte de um modelo de desenvolvimento que aniquila as formas de sobrevivência de frações da classe trabalhadora.

O conflito localizado na Barra dos Coqueiros tem uma particularidade, pois como relatado no item anterior envolve diversos sujeitos dos setores do capital. É permeado por atividades que estão inter-relacionadas e afetam diretamente diferentes segmentos da classe trabalhadora (**agricultores familiares, extrativistas, marisqueiras, pescadores artesanais, quilombolas, trabalhadores rurais sem terra**). As organizações da classe trabalhadora que são sujeitos coletivos desse conflito são o **Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (Motu)**; **Associação Estadual dos Quilombos de Sergipe (ASSECQS)**; **Associação de Pescadores do Jatobá e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. As organizações que apoiam estes segmentos da classe trabalhadora: o Ministério Público Federal de Sergipe; Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Deve-se ressaltar que a classe trabalhadora, na atual conjuntura, tem encontrado dificuldades de organização, pois com a crise que se arrasta desde 1970 a nova dinâmica da acumulação capitalista, pautada no ideário neoliberal, alterou a organização da produção e trouxe rebatimentos nas condições de inserção da classe trabalhadora no mercado de trabalho, no sistema de proteção social e no campo ideológico da subjetividade do trabalhador. A

desmobilização da classe trabalhadora e a fragmentação das lutas sociais dos trabalhadores implicaram na dissolução ou fragilização de movimentos sociais classistas. Há também a polarização dos partidos políticos e a fragmentação dos partidos de esquerda, fragilizando a organização da classe trabalhadora na atualidade.

Com relação **aos indígenas da tribo Xocó-Kaurá**, depois de garantida a posse e o uso da terra lutam pelo acesso aos direitos sociais devido à precária infraestrutura no atendimento médico e educacional, além da luta pela preservação da identidade e reestruturação do patrimônio histórico representado na igreja de São José. Não foi identificado no conflito nenhuma instituição em apoio aos índios Xocó-Kaurá. O Estado aqui é o sujeito deflagrador do conflito devido a não garantia de políticas sociais.

A luta que os camponeses e os povos originários vêm travando adquire um sentido mais amplo e diz respeito a toda a humanidade e aos destinos da vida no planeta não só por suas lutas históricas contra a desterritorialização/expropriação, mas também pela defesa das culturas em sua diversidade, posto que suas lutas implicam a defesa das condições naturais de existência com as quais desenvolveram valores que emprestam sentidos a suas práticas (cultura) [...] (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 39; suprimimos).

Em suma, observamos que nos conflitos socioambientais do estado de Sergipe temos instituições estatais que apoiam os sujeitos representantes da classe trabalhadora e instituições que apoiam os sujeitos representantes do capital. Como já afirmamos aqui, esta é a natureza do Estado burguês: atende aos interesses do capital e do trabalhador. Porém, quando atende aos interesses deste é para manter vigente a ordem instituída por aquele. Além disso, concluímos que o principal sujeito representante da classe trabalhadora é, em sua maioria, a organização desta classe (*Movimentos Sociais/Associações/ONG*), que são sujeitos coletivos dos conflitos. Isso revela que por mais que o imperialismo ecológico, manifestado pelo avanço do capital sobre os recursos naturais, sobretudo, dos países periféricos, por meio do processo de acumulação por despossessão, resulte na expropriação dos territórios dos sujeitos da classe trabalhadora e ameace a sua existência material e étnico-cultural, considerando ainda sua dificuldade de organização (sua fragmentação e fragilidade perante ao novo modelo de acumulação de capital e o avanço do ultraneoliberal), esta classe resiste e resistirá para permanecer nos seus territórios, para ter acesso a trabalho e renda, enquanto se prepara para constituir novas formas e avançar. E não poderia ser diferente, pois a história da sociedade é a história da luta de classes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos em meio a uma crise estrutural do capital que afeta todas as dimensões da vida social: uma delas é a dimensão socioambiental. O avanço do capital sobre os recursos naturais de forma predatória revela que a atual conjuntura da crise estrutural do capital intensificou os níveis de degradação da natureza, chegando a configurar um quadro de ameaça à sustentabilidade planetária. Esse quadro de exploração ilimitada dos recursos naturais está relacionado à hegemonia do imperialismo ecológico que se manifesta na relação de dominação/exploração dos países de economia central sobre os países de economia periférica.

Na atual fase do novo imperialismo a relação do homem com a natureza torna-se cada vez mais complexa, e o desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas permitiu o avanço do capital sobre a recursos naturais, intensificando a “falha sociometabólica”. A natureza vem sendo submetida a um intenso processo de exploração predatória pelo avanço dos Estados-nação de economia central sobre as riquezas dos países periféricos. Isso tem aumentado o número de conflitos socioambientais em países como o Brasil, notadamente a região Nordeste e Sergipe tem volumes consideráveis de recursos ambientais.

O agronegócio é uma das principais bases produtivas da economia nordestina. O mesmo provocou a industrialização do campo e, conseqüentemente, o aumento da degradação da natureza para produzir mercadorias voltadas aos interesses do capital internacional, principalmente a produção de commodities. Atividades como a mineração, a indústria do turismo, a especulação imobiliária e os megaprojetos estatais e privados têm resultado na exploração perdulária dos recursos naturais e na disputa pelos mesmos entre os setores do capital e da classe trabalhadora.

Dessa forma, delimitei como objeto de estudo a análise dos conflitos socioambientais no estado de Sergipe. As hipóteses das quais partimos foram as seguintes: **1) nos conflitos socioambientais do estado de Sergipe a terra e a água são os principais recursos ambientais em disputa pelos sujeitos envolvidos; 2) Na relação entre os conflitos das frações das classes burguesa e trabalhadora o Estado burguês está envolvido, atuando contraditoriamente, como sujeito deflagrador de conflitos e/ou apoiador dos sujeitos do capital e da classe trabalhadora, para favorecer aos setores do capital.**

A primeira hipótese pôde ser evidenciada no segundo capítulo, no qual demonstramos – por meio dados coletados nos *relatórios elaborados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)*, sobre o Conflitos no Campo, ocorridos no Brasil no período compreendido entre 2010 e 2018 – que, **a disputa pelo recurso água apresenta o valor percentual de 56%; e a disputa pelo**

**recurso terra com o valor percentual de 44%.** Atestamos esta hipótese ainda por meio da coleta de dados no banco de dados do *Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil*, que **a disputa pelo o recurso terra representa 73% dos conflitos mapeados; e a disputa pelo recurso terra/água apresentando 9% dos conflitos.** O mapa deixa claro que

**A luta pela terra em Sergipe é hoje um dos problemas mais agudos do estado.** Depois de séculos de opressão das grandes oligarquias agrárias, diversas comunidades tradicionais - como pescadores artesanais, indígenas e quilombolas - passaram a se organizar com o intuito de garantir seu direito à terra dentro de um contexto social marcado pela violência e pela morosidade do Estado. **Ao mesmo tempo em que comunidades adquirem a consciência de serem portadoras de direitos constitucionais, elas se encontram ameaçadas por um modelo de desenvolvimento que tende a concentrar mais terras nas mãos de poucos grupos econômicos,** pondo em risco seu domínio sobre territórios tradicionais, muitos dos quais conquistados e garantidos durante séculos de luta (FIOCRUZ, n.d.; n.p.; grifamos).

A consciência política da classe trabalhadora de serem portadores de direitos é evidenciada na organização coletiva desses sujeitos na luta pela permanência em seu território. Como foi identificado *os Movimentos Sociais/Associações/ONG* são os principais sujeitos representantes da classe trabalhadora envolvidos nos conflitos. Em contraposição foi demonstrado que os fazendeiros/latifundiários são os principais sujeitos deflagradores dos conflitos dos setores do capital. Com relação a estes sujeitos não foi possível identificar no mapa o ramo da produção econômica das fazendas. Ainda assim ficou evidente que na maioria dos conflitos há o envolvimento dos fazendeiros/latifundiários como sujeitos deflagradores.

Entretanto, nota-se que “a burguesia agrária e os latifundiários de Sergipe exercem forte controle sobre a vida rural do estado, especialmente no que diz respeito às classes subalternas.” (SILVA, 2002, p. 129). Este controle é conjugado pela força repressiva e ideológica exercida pelo Estado. Não é sem razão (confirmada aqui nossa segunda hipótese a cima) que o Estado também aparece como sujeito deflagrador de conflitos e/ou apoiador dos sujeitos dos setores da burguesia e da classe trabalhadora, revelando sua natureza contraditória. A atuação do Estado como sujeito nos conflitos é identificada pelo uso da repressão da companhia de choque da polícia militar e da polícia civil do estado de Sergipe aos sujeitos da classe trabalhadora; pela omissão das instituições estatais, como por exemplo, a morosidade do INCRA no processo de regularização fundiária dos territórios pertencentes aos trabalhadores; pelo apoio à empreendimento econômicos do setor da especulação imobiliária e da indústria do turismo; e também pela falta de atuação na garantia dos direitos sociais aos sujeitos representantes da classe trabalhadora. Por outro lado, o Estado (por meio de secretarias municipais, fundações

públicas, instituições como o Ministério Público etc.) tem atuado em defesa dos sujeitos representantes trabalhadores. O Estado, por meio de algumas de suas instituições, atua de forma pontual para atender alguns interesses e demandas dos segmentos da classe trabalhadora. Entretanto, notamos que apoia e atua incisivamente para atender aos interesses do capital, demonstrando seu posicionamento frente as classes sociais.

Todo esse conjunto de complexos que constituem os conflitos socioambientais do estado de Sergipe revela a natureza contraditória do Estado burguês. Sua atuação entre os conflitos das frações da classe burguesa e trabalhadora consiste em permitir ao capital avançar sobre a terra, as águas e os ecossistemas. Para tanto, a história tem mostrado que a crise estrutural do capitalismo expressa os próprios limites intrínsecos deste sistema. Suas consequências atingem todas as dimensões da vida social. A exponenciação da exploração natureza é uma das mais nefastas e consequências que a humanidade enfrenta.

## REFERÊNCIAS:

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. Desenvolvimento Industrial e Mudança Social: 1964-1984. In: **Os Despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.1985, p. 10-29.
- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri; MELO, Cecília Campello de A; BEZERRA, Gustavo das Neves. Movimentos por justiça *versus* senso comum ambiental não é “democrática”. In: **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 11- 45.
- ADM. **A força da ADM na América do Sul**. Disponível em: <https://www.adm.com/adm-worldwide/south-america-pt> Acesso em: 29 mai. 2019.
- ALCOFORADO, Fernando Antônio Gonçalves. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. Tese (Doutorado) Universidade de Barcelona. Barcelona, 2003. Disponível em: <https://www.tdx.cat/handle/10803/1944> Acesso em: 12 mar. 2019.
- ALVES, Giovanni. O toyotismo – “momento predominante” do complexo da reestruturação produtiva. In: **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005. (Coleção Mundo do Trabalho). p. 29-64.
- ANDRADE. J. Serviço de apoio ao investidor: guia básico do estado de Sergipe. **Núcleo de Informações Econômicas da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (NIE)**. Sistema FIES, 2017. Disponível em: [http://nie.fies.org.br/nie/assets/revista/livro\\_fies\\_ver-2018-WEB-ilovepdf-compressed.pdf](http://nie.fies.org.br/nie/assets/revista/livro_fies_ver-2018-WEB-ilovepdf-compressed.pdf) Acesso em: 15 jul. 2019.
- ANDRADES, Thiago Oliveira de.; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, v. 21. p. 43-56. 2007. Disponível em: [https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao\\_verde.pdf](https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf) Acesso em: 25 jun. 2019.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 50, 1996, p. 79.
- ANTUNES, Ricardo. Fordismo, Toyotismo e acumulação flexível. In: **Adeus ao Trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 13-38.
- ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. **Hegemonia burguesa no Brasil contemporâneo: o governo Lula-PT como seu instrumento ideológico**. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.



ARAÚJO, Nailsa Maria Souza.; SILVA, Maria das Graças e. Economia verde: a nova ofensiva ideológica do ecocapitalismo. **Temporalis**, v. 12, n. 24, p. 127-143, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2012v12n24p127-143> Acesso em: 16 out. 2018.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares. O Serviço Social e a gestão pública do meio ambiente. In: ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares; SILVA, Maria das Graças e. (org.) **Educação ambiental e Serviço Social: O PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012. p. 63-100.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares; SILVA, Maria das Graças e. "Consumo consciente": o ecocapitalismo como ideologia. **Katálisis**, v. 15, n. 1, p. 95-111, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a10v15n1.pdf> Acesso em: 16 out. 2018.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, nordestes: que nordeste. Federalismo no Brasil: Desigualdade Regionais e Desenvolvimento, 1995.

ARAÚJO, Tania Bacelar de. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Feraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida de.; LASTRE, Helena Maria Martins. (org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14600/1/Um%20olhar%20territorial-Nordeste desenvolvimento%20recente%20e%20perspectivas%20cap.%2019\\_P BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14600/1/Um%20olhar%20territorial-Nordeste%20desenvolvimento%20recente%20e%20perspectivas%20cap.%2019_P_BD.pdf) Acesso em: 27 mar. 2018.

BARBOSA, Anézia Maria Fonseca, et al. Bacias hidrográficas e os conflitos pelos usos das águas no estado de Sergipe. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 40, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/20493> Acesso em: 19 jun. 2019.

BARROS, Ilena Felipe. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 131, p. 175-195, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n131/0101-6628-sssoc-131-0175.pdf> Acesso em: 23 jun. 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Considerações finais. In: **Política social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de serviço social; v. 2). p.192-199.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. 11ª ed., v. 1. Tradução de Carmen C. Varriale. Revisão geral de João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4197102/mod\\_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4197102/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf) Acesso em: 29 jan. 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. Prefácio. In: SANTOS, J. S. et al. (org.) **Reconfiguração do estado e suas expressões na política social brasileira**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015. p. 5-7.

BRAGA, Tânia Moreira; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Presidência da República, [2003]. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis09.pdf> Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007**. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Brasília: Câmara Federal, [2007]. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6025-22-janeiro-2007-549809-normaatuizada-pe.pdf> Acesso em 20 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6040 de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Brasília: Presidência da República, [2007]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) Acesso em: 01 nov. 2018.

BRASIL. **PAC 7º balanço 2015-2018**. n.d. p. 1-64. Disponível em <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/37855886e9418dce3f9baf3128444233.pdf> Acesso em: 20 jun. 2019.

BRAZ. Marcelo. O PAC e o Serviço Social: crescimento para quem? Os setenta anos da profissão e os desafios conjunturais. **Serviço Social & Sociedade**, ano XXVIII. São Paulo: Cortez, 2007, p. 49-61.

BUNGE. **A Bunge: Perfil**. Disponível em: <http://www.bunge.com.br/Bunge/Perfil.aspx> Acesso em: 27 mai. 2019.

CANUTO, Antônio.; LUZ, Cássia Regina da Silva.; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo – Brasil 2018**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018?Itemid=0> Acesso em: 05 jun. 2019.

CANUTO, Antônio.; LUZ, Cássia Regina da Silva.; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo – Brasil 2017**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14110-conflitos-no-campo-brasil-2017-web?Itemid=0> Acesso em: 05 jun. 2019.

CANUTO, Antônio.; LUZ, Cássia Regina da Silva.; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14061-conflitos-no-campo-brasil-2016?Itemid=0> Acesso em: 05 jun. 2019

CANUTO, Antônio.; LUZ, Cássia Regina da Silva.; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?Itemid=0> Acesso em: 05 jun. 2019.

CANUTO, Antônio.; LUZ, Cássia Regina da Silva.; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo – Brasil 2014**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/2392-conflitos-no-campo-brasil-2014?Itemid=0> Acesso em: 05 jun. 2019.

CANUTO, Antônio.; LUZ, Cássia Regina da Silva.; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo – Brasil 2013**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344-conflitos-no-campo-brasil-2013?Itemid=0> Acesso em: 05 jun. 2019.

CANUTO, Antônio.; LUZ, Cássia Regina da Silva.; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo – Brasil 2012**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2012. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/316-conflitos-no-campo-brasil-2012?Itemid=0> Acesso em: 05 jun. 2019.

CANUTO, Antônio.; LUZ, Cássia Regina da Silva.; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo – Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2011. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/292-conflitos-no-campo-brasil-2011-nova-versao?Itemid=0> Acesso em: 05 jun. 2019.

CANUTO, Antônio.; LUZ, Cássia Regina da Silva.; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo – Brasil 2010**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2010. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/192-conflitosnocampo2011?Itemid=0> Acesso em: 05 junho. 2019.

CARGILL **Cargill no Brasil**. Disponível em: [https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/sobre](https://www.cargill.com.br/pt_BR/sobre) Acesso em: 27 mai. 2019.

CARNOY, M. Marx, Engels, Lenin e o Estado. In: **Estado e Teoria Política**. 2ªed. São Paulo: Papirus, 1988, p. 63-117.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, v. 1, n. 112, p. 613-636, 2012. Disponível em: [http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/12.10.RodrigoCastelo-decadencia\\_ideologica.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/12.10.RodrigoCastelo-decadencia_ideologica.pdf) Acesso em 21 mai. 2018.

COMPANHIA BRASILEIRA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL. **CBAA** [https://www.novacana.com/usinas\\_brasil/grupos/j-pessoa---cbaa](https://www.novacana.com/usinas_brasil/grupos/j-pessoa---cbaa) Disponível em: 25 jun. 2019.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, v. 4, n. 2, p. 1-30, 1995. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643195/10739> Acesso em 30. jan. 2019.

CHESNAIS, François. As contradições e os antagonismos próprios ao capitalismo mundializado e suas ameaças para humanidade. **Outubro**, n. 16, p. 11-33, 2007. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-16-Artigo-01.pdf> Acesso em: 27 set. 2018

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro**, v. 5, p. 7-28, 2001. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf> Acesso em: 27 set. 2018.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. "Ecologia" e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, v.16, p. 39-75, 2003. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo95artigo2.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo95artigo2.pdf) Acesso em 18 out. de 2018.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Panorama do Agro**. CNA, 2018. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro> Acesso em: 17 jan. 2019.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A expansão do agronegócio no campo de Sergipe. **GeoNordeste**, n. 2, 2011. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/2412> Acesso em: 15 jul 2019.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Meridiano**, n. 02, p. 81-104, 2013. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/estado-capital-e-a-farsa-da-expansao-do-agronego3b3cio.pdf> Acesso em: 17 jan. 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA **Índices exportação do agronegócio/2019**. CPEA, 2019. Disponível em: [https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea\\_ExportAgro\\_1quadrimestre2019.pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_ExportAgro_1quadrimestre2019.pdf) Acesso em: 23 jun. 2019.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Índices exportação do agronegócio/2018**. CPEA, 2018. Disponível em: [https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea\\_ExportAgro\\_2018.pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_ExportAgro_2018.pdf) Acesso em: 23 jun. 2019.

CUNHA, Cleidinilson de Jesus. **Sustentabilidade de agroecossistemas: um estudo de caso no estuário do Rio São Francisco**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Núcleo de Pós-Graduação e Estudos em Recursos Naturais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6629/1/CLEIDINILSON\\_JESUS\\_CUNHA.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6629/1/CLEIDINILSON_JESUS_CUNHA.pdf) Acesso em 25 jul. 2019.

ENGELS, Friederich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). **Trabalho Necessário**, v. 4, n. 4, 2006. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4603/423> Acesso em: 18 set. 2018

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. São Paulo: Editora Unicamp, 2008. p. 173-230.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O novo nome é agribusiness. **Publicações Nera**, 2004. Disponível em: <http://docs.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf> Acesso em: 30 abr. 2018.

FERREIRA, Gustavo Henrique CEPOLINI. O agronegócio no Brasil e a produção capitalista do território. **Geografia em questão**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4829/4937> Acesso em: 23 mai. 2019.

FIRPO, Marcelo (Coord. Geral) **Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil**. Pesquisa sob responsabilidade da Fundação Oswaldo Cruz e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; FASE, 2014. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/> Acesso em: 11 jan. de 2018.

FLORESTAN, Fernandes. A concretização da Revolução Burguesa. In: **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 (Biblioteca de Ciências Sociais).

FOLADORI, Guillermo. A questão ambiental em Marx. **Crítica marxista**, n. 4, p. 140-161, 1997. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo29Artigo8.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo29Artigo8.pdf) Acesso em: 18 nov. 2018.

FOLADORI, Guillermo. A reedição capitalista das crises ambientais. **Outubro**, p. 191-207. 2008 Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-17-Artigo-07.pdf> Acesso em: 12 dez. 2018

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. **Crítica marxista**, n. 12, p. 105-117, 2001. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo7505folad.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7505folad.pdf) Acesso em: 18 set. 2018.

FOSTER, John Bellamy. A financeirização do capital e a crise. **Outubro**, n. 18, p. 9-41. 2009. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-18-Artigo-01.pdf> Acesso em: 12 dez. 2018.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. Imperialismo Ecológico: a maldição do capitalismo. In: **Socialist register**, p. 225-244, 2004. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/10\\_foster.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/10_foster.pdf) Acesso em 28 mar. 2018.

GIL, Antonio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, José Sidnei. Reprimarização ou Desindustrialização da Economia Brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010. **Análises e indicadores do agronegócio**, v. 6, n.12, 2011. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-40-2011.pdf> Acesso em 19 mai. 2019.

GRUPO JOSÉ PESSOA. **Nosso Histórico**. Disponível em: <http://grupojosepessoa.com.br/novo/historico> Acesso em: 25 jul. 2019.

HARVEY, David. A acumulação via espoliação. In: **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/> Acesso em 03 nov. 2018.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Censo Agro avança pela fronteira agrícola e mostra o Maranhão rural**. Agência IBGE Notícias. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19116-censo-agro-avanca-pela-fronteira-agricola-e-mostra-o-maranhao-rural.html> Acesso em 03 nov. 2018.

JESUS, José Novais de. A expansão da fronteira agrícola na região do Matopiba. VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **Anais**. Curitiba, 2017. Disponível em: [https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt08\\_1504473874\\_arquivo\\_aexpansaodafronteiraagricolanaregiaodomatopiba.pdf](https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt08_1504473874_arquivo_aexpansaodafronteiraagricolanaregiaodomatopiba.pdf) Acesso em: 28 abr. 2018.

LACERDA, Ricardo. A agricultura Sergipana em 1970. **Núcleo de Informações Econômicas da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (NIE)**. 2013. Disponível em: <http://nie.fies.org.br/conteudo/5/862/a-agricultura-sergipana-em-1970.html> Acesso em: 08 jun. 2019.

LACERDA, Ricardo. A economia agrícola sergipana na década de noventa. **Núcleo de Informações Econômicas da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (NIE)**. 2014. Disponível em: <http://nie.fies.org.br/conteudo/5/1809/a-economia-agricola-sergipana-na-decada-de-noventa.html> Acesso em: 08 jun. 2019.

LACERDA, Ricardo. A economia de sergipana na década de noventa, 1ª parte. **Núcleo de Informações Econômicas da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (NIE)**. 2014. Disponível em: <http://nie.fies.org.br/conteudo/5/1785/a-economia-sergipana-na-decada-de-noventa,-1-parte.html> Acesso em: 08 jun. 2019.

LACERDA, Ricardo. A economia de sergipana na década de noventa, 2ª parte. **Núcleo de Informações Econômicas da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (NIE)**. 2014. Disponível em: <http://nie.fies.org.br/conteudo/5/1808/a-economia-sergipana-na-decada-de-noventa---2-parte.html> Acesso em: 08 jun. 2019.

LACERDA, Ricardo. A economia de Sergipe nos anos oitenta, 1ª parte. **Núcleo de Informações Econômicas da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (NIE)**. 2013. Disponível em: <http://nie.fies.org.br/conteudo/5/865/a-economia-de-sergipe-nos-anos-oitenta,-1-parte.html> Acesso em: 08 jun. 2019.

LÁZARO JÚNIOR, José.; RIBEIRO, Alexsandro.; FREITAS, Rosiane Correia de. **Brasil tem 4.536 áreas com risco de conflito socioambiental, indica estudo**. Cotidiano-UOL Notícias, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/12/10/brasil-tem-4536-areas-com-risco-de-conflito-socioambiental-indica-estudo.htm?fbclid=IwAR1GNl6VTFZ-UOI8GBVKkZ6GQLMkLW5Ty9rcdiIxxq-x-3Y6nsAmkiBk8Cw> Acesso em 29 mai. 2019.

LOUIS DREYFUS COMPANY NO BRASIL (LDC) n.p. n.d. Disponível em: <http://www ldc.com/br/pr/sobre-nos/louis-dreyfus-company-no-brasil/> Acesso em: 29 mai. 2019.

LEFF, Enrique. A água como bem comum ou bem privado. In: **Discursos sustentáveis**. Tradução. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010. p. 109-118

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al (org.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**, v. 1, n. 2. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA, 2010.

LÊNIN, Vladimir. **O Imperialismo**: estágio superior do capitalismo. 3ª ed. Tradução Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1985. (Coleção bases; 23)

LESSA, Sérgio. Lukács e a ontologia: uma introdução. **Outubro**, v. 5, n. 1, p. 89-100, 2001. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-06.pdf> Acesso em: 18 set. 2018.

LESSA, Sérgio. A Categoria Trabalho In: **Para compreender a ontologia de Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015. p. 14-25. Disponível em: <http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/paracompreender.pdf> Acesso em: 18 set. 2018.

LIMA, Gustavo. Ferreira. da. Costa. Crise ambiental, educação e cidadania: um desafio da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. (org.) **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 109-141.

LIMA, Rodrigo Pereira Roxa. et al. Análise da Balança Comercial Sergipana | 1º trimestre de 2019. **Núcleo de Informações Econômicas da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (NIE)**. Disponível em: <http://nie.fies.org.br/publicacoes-box/3241> Acesso em: 15 jul. 2019.

LITTLE, Paul Ellio. Os Conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de Ação - Política. In: BURSZTYN, M (org.). **A Difícil sustentabilidade política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Estrutura agrária e produção de alimentos em Sergipe. In: SILVA, Nilton Pedro da.; HANSEN, Dean Lee. (org.). **Economia regional e outros ensaios**. Aracaju: Editora UFS, 2001, p. 293-332.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo.; SILVA, Rosemiro Magno. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe**. Aracaju: Editora UFS, 1996.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: A alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006> Acesso em 18 out. 2018.

MADEIRO, Carlos. **Conflitos por água batem recorde e atingem mais de 368 mil pessoas em 2018**. Cotidiano-UOL Notícias, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/03/22/conflitos-por-agua-batem-recorde-e-atingem-mais-de-73-mil-pessoas-em-2018.htm> Acesso em: 14 jun. 2019

MANDEL, Enest. **O Capitalismo Tardio**. Introdução de Paulo Singer. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Reis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

MANDEL, Enest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. Tradução de Juarez Guimarães, João Machado Borges. São Paulo: Ensaio. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Introdução de Paulo Singer. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Reis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

MARTINS, José de Souza. Os novos sujeitos das lutas sociais, dos direitos e da política no Brasil rural (Entre a expansão capitalista e a insuficiência das alternativas de participação). In: **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984. p. 75-112.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro. 1, Tomo. 2, Tradução. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. (Coleção Os economistas.).

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro. 1, v. 1. Tomo. 1, Tradução. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. (Coleção Os economistas.).

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. (1844). 2007, n.p. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm> Acesso em: 15 set. 2018.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 28ª ed. - livro 1, vol.1. Tradução. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Expressão Popular, 2008.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.



MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 11 ed. São Paulo: UNESP, 2009.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. **Economia Sergipana Contemporânea (1970-2010)**. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de.; SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos.; FEITOSA, Cid Olival. Indústria e desenvolvimento em Sergipe. **Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 2. p. 331-343, 2009. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/355/304> Acesso em: 14 mai. 2019.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. 1998. **Outubro**, 4ª ed, n. 2, p. 7-14, 2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf> Acesso em: 15 set. 2018

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIOTO, Regina Célia Tamasso.; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**, v. 10 n. esp. 2007, p. 37-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf> Acesso em: 20 mar. 2017.

MIRANDA, Humberto. Expansão da agricultura e sua vinculação com o processo de urbanização na região Nordeste/Brasil (1990-2010) **EURE (Santiago)**, v. 38, n. 114, p. 173-201, 2012. Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0250-71612012000200007&script=sci\\_arttext](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0250-71612012000200007&script=sci_arttext) Acesso em: 27 dez. 2018.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de serviço social; v. 5).

MOTA, Ana. Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos e Sociais e competências profissionais**. Brasília/DF, 2009. p. 1-19.

MUNIZ, Lenir Moraes. Ecologia política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, n. 12, p.181-196, 2009. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/64/45> Acesso em: 20 mar. 2017

NETTO, José, Paulo. A autocracia burguesa e o mundo da cultura. In: **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José. Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 111, p. 413-413, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002> Acesso em: 20 nov. 2018.

NETTO, José. Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José. Paulo.; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de serviço social; v. 1).

NUNES, Shauane Itainhara Freire. **A pesca artesanal como mediação da relação homem natureza:** permanência e resistência dos pescadores nas comunidades pesqueiras do povoado Mosqueiro/Aracaju/SE. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011. Disponível em: [http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/shauane\\_nunes.pdf](http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/shauane_nunes.pdf) Acesso em 17 de dez de 2019.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al (org). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social:** Territórios quilombolas e conflitos. v 1, n. 02. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA, 2010. Disponível em: [http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/livro\\_territorios\\_quilombolas\\_conflitos.pdf](http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/livro_territorios_quilombolas_conflitos.pdf) Acesso em 17 de dez de 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. **Terra livre**, v. 1, n. 26, p. 13-43, 2006. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/206/190> Acesso em: 22 jun. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. **Anais**. São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf> Acesso em: 28 mar. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: [http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo\\_capitalista.pdf](http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf) Acesso em: 10 jul. 2019.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes Venâncio. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6922/5489> Acesso em 15 jul. 2019.

PEREIRA, Emanuel Oliveira. Populações extrativista e reforma agrária no estado de Sergipe: o caso do Povoado Alagamar. In: CURADO, Fernando Fleury.; LOPES, Eliano Sérgio.; SANTANA, Mônica (org.). **Do plural ao singular:** dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. p. 167-199.

POCHMANN, Marcio. O curso atual da Divisão Internacional do Trabalho. In: **Emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. Editora: Boitempo. 2001, p. 11-40. (coleção Mundo do Trabalho)

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; ROCHA, Diogo Ferreira da; FINAMORE, Renan. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental

crítico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4071- 4080, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n10/4071-4080/> Acesso em: 29 jan. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 9, n. 1, p. 16-50, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16/23002> Acesso em: 05 ago. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A natureza da globalização e a globalização da natureza In: SADER, Sader. (org.) **O desafio ambiental**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. p.11-75. (Coleção. Os porquês da desordem mundial. Mestres que explicam a globalização).

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil: Colônia e Império**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental. **Educação Ambiental no Brasil**. Salto para o Futuro/TVEscola. Ano XVIII, boletim 01, 2008. p. 30-40.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental**. Brasília: IBAMA, 2006.

RIBEIRO, Maria Rita.; REIHER, Carla. A expansão das atividades de turismo e lazer: as transformações e impactos sobre uma comunidade ribeirinha. XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL. **Anais**. Terezina: UFPI, 2012. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT22-14.pdf> Acesso em 15 jun de 2019.

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação** 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época; v. 31).

SALVADOR. Evilásio. Crise do capital e o socorro do fundo público. In: BOSCHETTI, I. et al (org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 35-63.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de Serviço Social; v.6).

SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena. **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Maureen, Verena Glass, organizadoras. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018. Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/atlas\\_agro\\_final\\_06-09.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf) Acesso em: 06 dez. 2019

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 16ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, Priscila Pereira; VILAR, José Wellington Carvalho. Os conflitos ambientais da implantação do imobiliário-turístico no litoral de Sergipe (Brasil). **Geosaberes**, Fortaleza, v.

6, n. 3, p. 360-374, 2016. Disponível em:  
<http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/483> Acesso em: 06 dez. 2019.

SCOTTO, Gabriela. **Conflitos ambientais no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns?** Rio de Janeiro: IBASE, 1997. Disponível em:  
[http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/472/Documentos/Mural\\_PlanosdeFiscalizacao/FormacaoSocioambiental/Referencias/IBASE%20-%20CONFLITOS%20AMBIENTAIS%20NO%20BRASIL%201.pdf](http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/472/Documentos/Mural_PlanosdeFiscalizacao/FormacaoSocioambiental/Referencias/IBASE%20-%20CONFLITOS%20AMBIENTAIS%20NO%20BRASIL%201.pdf) Acesso em: 25 out. 2018

SICSÚ, Abraham, Benzaquen. Processos de modernização das fronteiras agrícolas: aspectos gerais. In: SILVA, Nilton Pedro da.; HANSEN, Dean Lee. (org.). **Economia regional e outros ensaios**. Aracaju: Editora UFS, 2001, p. 259-291.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, Maria. das. Graças. e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Nilton Pedro da. Sergipe: formação econômica. In: SILVA, Nilton Pedro da.; HANSEN, Dean Lee. (org.). **Economia regional e outros ensaios**. Aracaju: Editora UFS, 2001, p. 11- 43.

SILVA, Rosemiro Magno da. **A luta dos posseiros de Santana dos Frades**. São Cristóvão: Editora UFS. Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

SILVA, Rosemiro Magno da. **Assentamentos de pequenos produtores rurais em Sergipe 1945-1992**. Aracaju: Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação, 1996.

SOARES, Samira. Iasbeck. de. Oliveira. Sobre conflitos. In: **Mediação de conflitos ambientais: um novo caminho para a governança da água no Brasil?** Curitiba: Juruá, 2010. p. 65-89.

SOTO, William Héctor Gómez. **Os conflitos sócio-ambientais e os desafios teóricos das ciências sociais brasileiras: uma análise a partir da noção lefebvriana de espaço social**. n.d. p. 1-9.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Classes Rurais na Sociedade Agrícola**. Tradução: M. André. São Paulo: Loyola, 1979.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma “cruzada” contra a fome e o agrohidronegócio - nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada** v. 9, n. 1, 2008. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1637> Acesso em: 19 jun. 2019.

TOZONI-REIS, Marília. Freitas. de Campos. Pesquisa científica em andamento. In: **Introdução a pesquisa científica em educação**. n.d., p. 1-19. Disponível em

<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/196/3/01d10a02.pdf> Acesso em 23. set 2017.

VERÍSSIMO, Michele Polline; XAVIER, Clésio Lourenço. Tipos de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 18, n. 2, p. 267-295, 2014. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/images/blog/REC\\_18.2\\_05\\_Tipos-de-commodities-tx-cambio-crescimento-economico.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/blog/REC_18.2_05_Tipos-de-commodities-tx-cambio-crescimento-economico.pdf) Acesso em: 06 jun. de 2019.

VIÉGAS, Rodrigo. Nuñez. As resoluções de conflito ambiental na esfera pública brasileira: uma análise crítica. **Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 9, n. 2, p. 23-50, 2007. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31856985/revista\\_confluencias\\_vol\\_02.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Drevista\\_confluencias\\_vol\\_02.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20191124%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4\\_request&X-Amz-Date=20191124T191201Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=11c9a48519e8179fc30000984ac3b8b72605568575a123538c9b8b1146fb79b2#page=23](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31856985/revista_confluencias_vol_02.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Drevista_confluencias_vol_02.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20191124%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20191124T191201Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=11c9a48519e8179fc30000984ac3b8b72605568575a123538c9b8b1146fb79b2#page=23) Acesso em: 03 nov. 2018.

VILANI, Rodrigo Machado; MACHADO, Carlos José Saldanha. Uma análise crítica das diretrizes ambientais do PAC-2 na área de energia. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, v. 1, n. 5, 2015. Disponível em: <http://www.avalrevista.ufc.br/index.php/revistaaval/article/view/53/75> Acesso em: 26 mai. 2019.

VINHAS, M. **Problemas agrários-camponeses do Brasil**. 2ª ed. v. 65. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. (Coleção retratos do Brasil) 1972.

WELCH, Cliff. Agribusiness: uma breve história do modelo norteamericano. **Anais. Por uma geografia Latino-Americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade**, 2005 Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CliffAgronegocios.pdf> Acesso em: 2 mar.

## **APÊNDICE**

## **ROTEIRO PARA ORIENTAÇÃO DA PESQUISA**

### **Buscar as informações centrais da pesquisa sobre:**

As instituições estatais que apoiam os sujeitos políticos envolvidos nos conflitos socioambientais de Sergipe;

Os grupos econômicos envolvidos nos conflitos socioambientais;

O ramo de produção das empresas/indústrias nacionais e transnacionais que estão envolvidas nos conflitos socioambientais;

### **Revisar as informações catalogadas no Mapa sobre:**

A quantidade e localização dos socioambientais em Sergipe

Os elementos deflagradores dos conflitos socioambientais

Os recursos ambientais disputados pelos sujeitos políticos